

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 9



SENADO FEDERAL



HISTÓRIA E JORNALISMO

Para que serve conhecer a história do Brasil? Não podemos encarar o conhecimento histórico apenas como um museu que visitamos para contemplar passagens curiosas do passado. Muito mais do que isso, devemos utilizar a história a nosso favor, como instrumento que nos mostre como surgiram os problemas do presente e nos ajude a encontrar as soluções.

É com essa ideia sempre em mente que a seção Arquivo S, do Portal Senado Notícias, explora a riqueza dos documentos antigos que estão sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília. Todo mês, numa mistura de jornalismo e história, um episódio importante do passado do Brasil é narrado a partir dos projetos de lei e dos pronunciamentos dos senadores da época em questão. As reportagens do Arquivo S apresentam a nossa história por um prisma inédito e mostram que os grandes temas nacionais, de uma forma ou de outra, sempre passam pelo Senado.

Textos novos são publicados no Portal Senado Notícias na primeira sexta-feira do mês. A cada ano, o material é compilado em um livro da coleção *Arquivo S – O Senado na História do Brasil*, que pode ser encontrada na Biblioteca do Senado e na Livraria do Senado.

O Arquivo S é resultado de uma parceria entre a Agência Senado e o Arquivo do Senado.



AGÊNCIA SENADO

Quem produz as reportagens do Arquivo S é a equipe de jornalistas da Agência Senado. Eles também noticiam os trabalhos diários dos senadores, com textos e fotos disponibilizados no Portal Senado Notícias minutos depois dos acontecimentos – dos pronunciamentos às CPIs, das audiências públicas à votação dos projetos de lei. Ao lado da Agência Senado na missão de dar transparência às atividades legislativas, estão a TV Senado e a Rádio Senado, que transmitem ao vivo e sem cortes as sessões do Plenário e as reuniões das comissões. As notícias também podem ser acompanhadas pelas postagens do Senado nas redes sociais.

ARQUIVO DO SENADO

O Arquivo do Senado é a fonte das reportagens do Arquivo S. Desde a instalação da Casa, em 1826, os documentos produzidos na ação parlamentar são tratados e preservados pelo Arquivo. As salas do acervo têm controle de temperatura e umidade, para garantir a preservação do material. Os documentos, que crescem a cada dia, retratam toda a trajetória do Poder Legislativo, e parte deles está no portal do Senado na internet. O Arquivo é uma valiosa fonte de informação para pesquisadores e, principalmente, um instrumento de aproximação do cidadão com o Senado e os senadores.

Imagem da capa:

Indígena umauá da região do Rio Solimões

Foto de Albert Frisch (Convênio Leibniz-Institut für Länderkunde, Leipzig/Acervo Instituto Moreira Salles)

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 9



SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023–2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Weverton

SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

QUARTO-SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senadora Ivete da Silveira

Senador Dr. Hiran

Senador Mecias de Jesus

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Ilana Trombka

DIRETORA-GERAL

Gustavo A. Sabóia Vieira

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

ARQUIVO **S**

O Senado na História do Brasil

Volume 9



Textos

Ricardo Westin

Ilustrações

Cássio Costa

Pesquisa histórica

Arquivo do Senado



Expediente

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin

Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues

Diretor de Jornalismo: Mikhail Lopes

SECRETARIA AGÊNCIA SENADO

Diretora: Paola Lima

Coordenador-geral: Silvio Burle

ARQUIVOS — O SENADO NA HISTÓRIA DO BRASIL — VOL. 9

Reportagem e edição: Ricardo Westin

Revisão: Mariana Sanmartin de Mello

Ilustrações: Cássio Costa

Diagramação: Bruno Bazílio e Ronaldo Alves

Pesquisa de fotos: Ana Volpe, Bernardo Ururahy,

Braz Félix e Pillar Pedreira

Infográficos: Bruno Bazílio

Capa: Bruno Bazílio, com foto de Albert Frisch

(Convênio Leibniz-Institut für Länderkunde,

Leipzig/Acervo Instituto Moreira Salles)

Impressão:

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO

E PUBLICAÇÕES

Diretor: Rafael André Chervenski da Silva

SECRETARIA DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Diretora: Daliane Aparecida Silverio de Sousa

Coordenador-geral: Maciel Rodrigues Pereira

Coordenação de Arquivo: Diogo Vieira Guerra

Serviço de Gestão de Arquivo Permanente: Carla Mendes de Jesus

Pesquisa: Danilo Aires Oliveira da Silva, Ellen Jennifer Rodrigues Cezar, Elisângela Barros da Conceição, João Marcello de Lima Marques, Jorge Bitar, Lucélia Garcia Pinto, Luiz Fernando Gomes Porto, Suelen Dal Osto Bidinoto e Vitória Rebeca Rodrigues da Silva

Colaboração: Biblioteca do Senado, Livraria do Senado, Serviço de Publicações Técnico-Legislativas e TV Senado

Os textos deste livro foram publicados originalmente pelo Portal Senado Notícias entre fevereiro e dezembro de 2023.

Westin, Ricardo.

Arquivo S / textos Ricardo Westin ; ilustrações Cássio Costa ; pesquisa histórica Arquivo do Senado. -- Brasília : Senado Federal, 2024.

164 p. : il., fots., gravs. -- (O Senado na história do Brasil; v. 9).

ISBN 978-65-5676-531-0

1. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal, história. 2. Poder legislativo, história, Brasil. I. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Arquivo. II. Título. III. Série.

CDD 328.8109

Sumário

Primeiro Reinado	
1º Parlamento sofreu golpe, mas lançou no país bases da democracia.....	6
Segundo Reinado	
Pedro II dividiu Pará e criou Amazonas para proteger selva.....	20
Segundo Reinado	
Banco do Brasil foi privado e financiou a Guerra do Paraguai.....	34
República	
Futebol feminino já foi proibido no Brasil, e CPI pediu legalização.....	46
República de 1946	
Camponês recebeu direitos depois de trabalhador urbano.....	58
Ditadura Militar	
Estatuto do Índio surgiu para afastar acusação de genocídio.....	72
Ditadura Militar	
Ulysses desafiou a ditadura e se lançou ‘anticandidato’ à Presidência.....	90
Ditadura Militar	
A pouco conhecida história da 1ª senadora negra do Brasil.....	104
Ditadura Militar e Nova República	
Aids chegou ao Brasil trazendo terror, preconceito e desinformação.....	118
Nova República	
Brasil foi às urnas decidir se teria rei e primeiro-ministro.....	134
Nova República	
Pelé foi ministro do Esporte e agiu contra o racismo.....	150

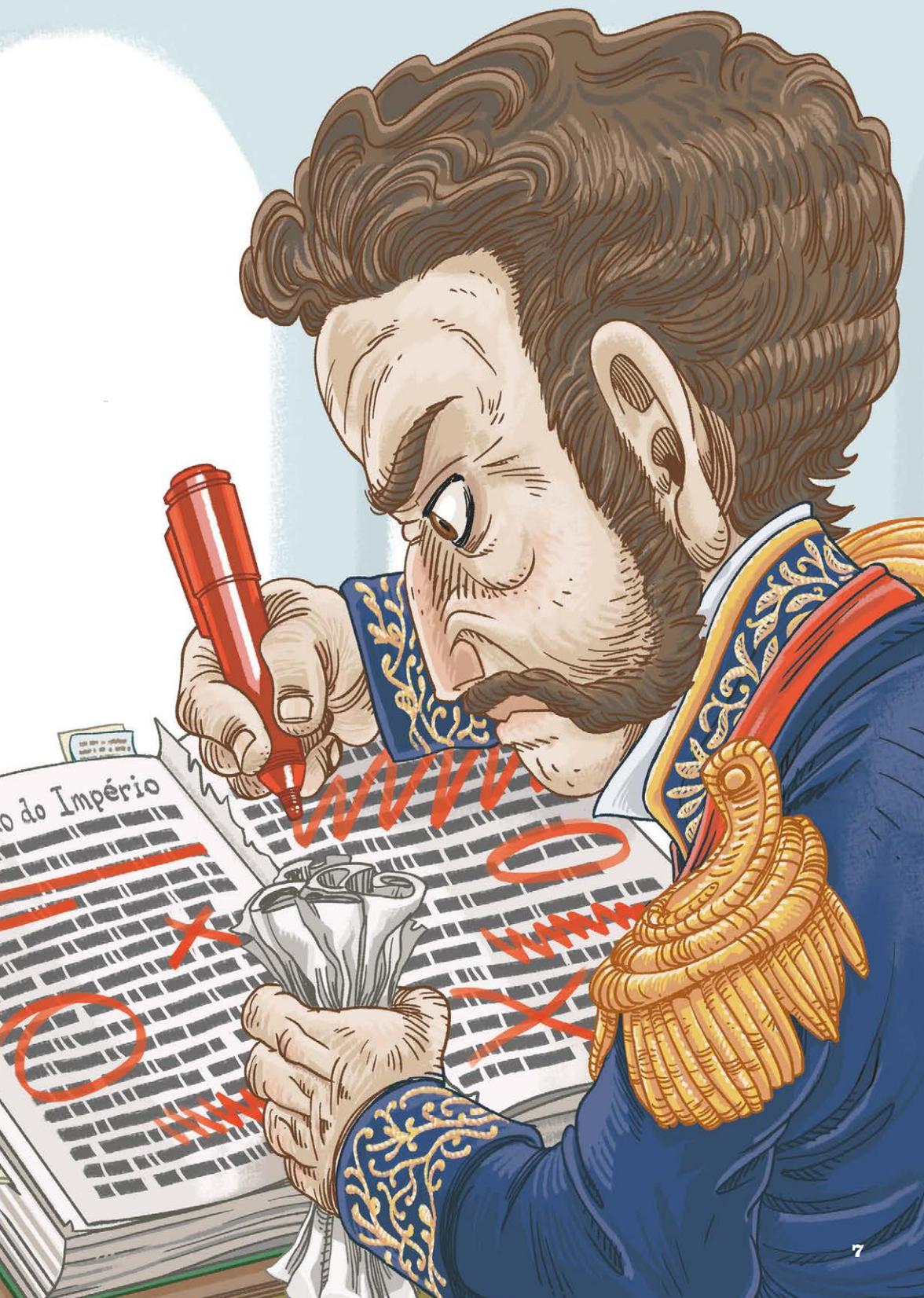


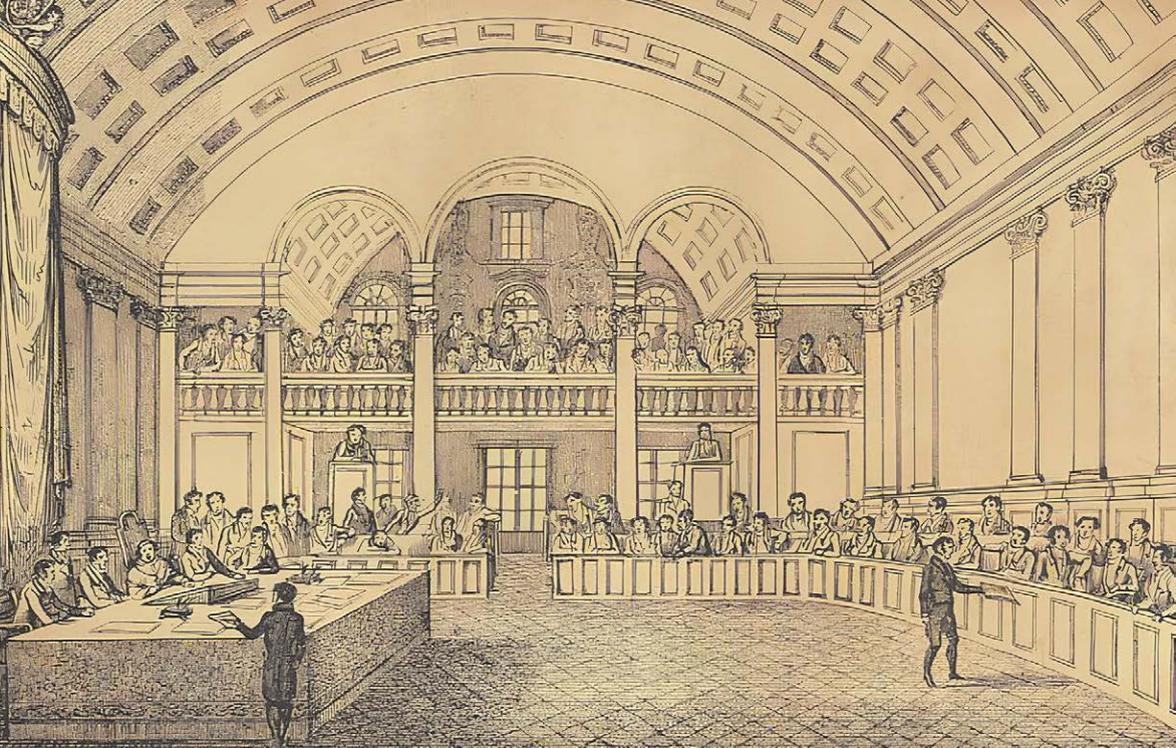
1º Parlamento sofreu golpe, mas lançou no país bases da democracia



*Assembleia Nacional Constituinte
se reuniu em 1823, logo depois
da Independência, mas não
chegou a aprovar a primeira
Constituição do Brasil porque foi
fechada por D. Pedro I antes
de concluir os trabalhos*







Interior da Cadeia Velha por volta de 1828, como sede da Câmara dos Deputados

LIVRO NOTICES OF BRAZIL, DE R.
WALSH/BIBLIOTECA DO SENADO

As 12h30 daquele sábado, 3 de maio de 1823, os cavalos pararam na frente da Cadeia Velha, no Rio de Janeiro, e da carruagem desceu D. Pedro I.

Fazia alguns anos que o prédio não servia mais de prisão e era usado pelo governo com outros fins. A partir daquela tarde, abrigaria a Assembleia Constituinte, que tinha a missão de escrever, discutir e aprovar a primeira Constituição da história do Brasil.

Dom Pedro I foi recepcionado do lado de fora da Cadeia Velha por 12 deputados, que o escoltaram até o Plenário.

— Afinal raiou o grande dia para este vasto Império, que fará época na sua história. Está junta a Assembleia para constituir a nação. Que prazer! Que fortuna para todos nós! — discursou ele, acomodado num trono.

O Brasil independente engatinhava. Fazia apenas oito meses que D. Pedro I dera o grito às margens do Riacho do Ipiranga.

A criação de uma Constituição era urgente, já que essa é a lei que serve de base a qualquer nação, fixando o sistema de governo e estabelecendo direitos e deveres para os cidadãos.

— Disse ao povo, no dia em que fui coroado, que com a minha espada

defenderia a pátria, a nação e a Constituição, se [a Constituição] fosse digna do Brasil e de mim — prosseguiu o imperador. — Ratifico hoje mui solenemente perante vós essa promessa e espero que me ajudeis a desempenhá-la, fazendo uma Constituição sábia, justa, adequada e executável, ditada pela razão, e não pelo capricho.

A histórica cerimônia marcou o nascimento do Parlamento brasileiro. Desde esse momento, tirando alguns poucos anos de exceção no Império e na República, o país sempre teve o Poder Legislativo atuando.

O discurso em que D. Pedro I exigiu uma Constituição “digna do Brasil e de mim” faz parte, hoje, do acervo do Arquivo do Senado. Os documentos dos debates da Assembleia Constituinte de 1823, por sua vez, estão guardados no Arquivo da Câmara dos Deputados.

Pelos papéis, vê-se que os primeiros parlamentares ainda não tinham clareza sobre qual adjetivo deveriam usar para descrever as coisas do Brasil. Enquanto alguns diziam “brasileiro”, outros preferiam “brasiliense”, “brasiliano” e até “brasilico”.

Os documentos mostram que os deputados constituintes se reuniram algumas vezes antes de 3 de maio para decidir os detalhes do inédito cerimonial de inauguração do Parlamento.

Discutiram, por exemplo, se D. Pedro I deveria se posicionar na mesma altura do presidente da Assembleia ou um degrau acima dele.

— Sou de parecer que a posição que se lhe deve designar seja no mesmo plano onde estiver o senhor presidente, pois naquele ato é cabeça inseparável do corpo moral que representa a nação. Deixaria de o ser quando tivesse superior — opinou o deputado José Custódio Dias (MG).

Os parlamentares também debateram se D. Pedro I deveria ou não levar a coroa sobre a cabeça.



ARQUIVO CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cadeia Velha, no Rio: sede do primeiro Parlamento, em 1823

— O imperador deve entrar com a coroa e conservá-la enquanto durar a sessão — discursou o deputado Carneiro de Campos (BA). — Fundo-me em que o imperador vem instalar a Assembleia como chefe da nação e, por isso, não acho razão para que não conserve uma das principais insígnias na augusta função que ele vem exercer como imperante ou chefe da nação.

Não eram detalhes insignificantes. O deputado Antônio Carlos de Andrada (SP) explicou que, naquele momento em que o Poder Executivo passaria a compartilhar o governo do Brasil com o Poder Legislativo, a simbologia importava muito:

— Sendo Sua Majestade Imperial um Poder constitucional e a Assembleia outro, deve ser igual a situação de ambos quando presentes. Como a Assembleia não se cobre, também Sua Majestade Imperial deve entrar descoberto.

Ele continuou:

— Eu estou persuadido que no sistema constitucional se deve ser pródigo de honras, glória e esplendor para com o monarca e econômico de poder, [tendo ele tanto] poder quanto baste para o exato desempenho das funções que lhe atribui a Constituição, e não mais [poder] que lhe facilite a opressão dos outros Poderes igualmente constituídos.

No momento em que o Brasil se tornou independente, o mundo assistia à chegada de uma nova cultura política. O Ocidente, empurrado pela Independência dos Estados Unidos (1776) e pela Revolução Francesa (1789), deixava os tempos do absolutismo e mergulhava nos tempos do liberalismo constitucional.

Era, portanto, novidade que os governantes se submetessem a uma Constituição e dividissem as rédeas da nação com um Poder Legislativo eleito pelo voto.

No fim das contas, D. Pedro I entrou e discursou sem a coroa sobre a cabeça, mas seu trono foi posto num local mais alto que o da mesa do presidente da Assembleia.

O 3 de maio foi escolhido a dedo para a abertura do Poder Legislativo. Na época, acreditava-se que esse era o aniversário do Brasil. Só depois os estudiosos desfizeram o equívoco e concluíram que Pedro Álvares Cabral havia aportado na Bahia um pouco antes, em 22 de abril de 1500.

De acordo com os documentos de 1823, a cidadania foi um dos temas que mais mobilizaram os deputados. Por vários dias, discutiram quais

que fiz de brevidade por uma, em tres mezes.

« Afinal raiou o grande dia para este vasto imperio, que fará época na sua historia. Está junta a assembléa para constituir a nação. Que prazer! Que fortuna para todos nós!

« Como imperador constitucional, e mui principalmente como defensor perpetuo deste imperio, disse ao povo no dia 1º de Dezembro do anno proximo passado, em que fui coroado, e sagrado, que com a minha espada defenderia a patria, a nação e a constituição, se fosse digna do Brazil e de mim.

« Ratifico hoje mui solemnemente perante vós esta promessa, e espero que me ajudeis a desempenhal-a, fazendo uma constituição sábia, justa, adequada, e executavel, ditada pela razão, e não pelo capricho, que tenha em vista tão sómente a fidelidade geral, que nunca pôde ser grande, sem que esta constituição tenha bases solidas, bases que a sabedoria dos seculos tenha mostrado, que são as verdadeiras, para darem uma justa liberdade aos povos, e toda a força necessaria ao poder executivo. Uma constituição em que os tres poderes sejam bem divididos de fôrma, que não possam arrogar direitos, que lhe não compitam mas que sejam de tal modo *organizados e harmonizados*, que se lhe torne impossível, ainda pelo decurso do tempo fazerem-se inimigos, e cada vez mais concorram de mãos dadas para a felicidade geral do estado: Afinal

Discurso de 3 de maio de 1823 em que D. Pedro I abre o Parlamento e pede uma Constituição digna do Brasil

habitantes do Brasil mereciam o status de cidadãos e as prerrogativas disso decorrentes, como votar e ser votado.

O deputado José Martiniano Pereira de Alencar (CE), que era padre e seria pai do escritor José de Alencar, discursou:

— Ainda que pareça que deveríamos fazer cidadãos a todos os habitantes do território do Brasil, não podemos seguir esse princípio sem ofender a suprema lei da salvação do Estado. É essa lei que nos inibe de fazer cidadãos aos escravos porque, além de serem propriedades de outros, amorteceríamos a agricultura, um dos primeiros mananciais da riqueza da nação, e abriríamos um foco de desordens na sociedade introduzindo nela de repente um bando de homens que, saídos do cativeiro, mal poderiam guiar-se por princípios de bem entendida liberdade.

O deputado Costa Barros (CE) seguiu o mesmo raciocínio:

— Eu nunca poderei conformar-me a que se dê o título de cidadão brasileiro indistintamente a todo escravo que alcançou carta de alforria.

Negros boçais sem ofício nem benefício não são, no meu entender, dignos dessa honrosa prerrogativa. Eu os encaro antes como membros danosos à sociedade, à qual vêm servir de peso quando não lhe causem males.

Ele, então, apresentou uma emenda que previa a cidadania apenas para os ex-escravizados que tivessem “emprego ou ofício”.

O deputado Carneiro da Cunha (PB) discordou da exigência proposta e defendeu que todos os libertos se tornassem automaticamente cidadãos. Ele explicou:

— O escravo que se liberta tem a seu favor a presunção de bom



JOHANN MORITZ RUGENDAS



JEAN-BAPTISTE DEBRET

Indígenas e escravizados são massacrados: Constituinte de 1823 debateu se deveriam ser considerados cidadãos

comportamento e de atividade porque cumpriu com as suas obrigações e ainda, pelo seu trabalho, comprou a liberdade. Acho, por isso, que tais homens bem merecem o foro de cidadãos.

Costa Barros pediu novamente a palavra:

— Eu não estou persuadido disso. As cartas de alforria são quase sempre passadas por amor e a maior parte, a escravos malcriados.

O deputado José da Silva Lisboa (BA), futuro Visconde de Cairu, recorreu a um caso específico para defender a parcela negra da sociedade brasileira:

— Sou testemunha da indústria [trabalho] de um africano forro na Bahia, o qual tinha de arrendamento uma pequena terra vizinha a uma roça minha. Eu tinha escravos e ele, nenhum. Trabalhava com sua mulher e alguns filhos menores. A sua terra produzia muito mais e estava tão limpa que quase não se via folha ou planta inútil. Ele no domingo se banquetava com galinhas que criava e na semana ainda lhe restava tempo para ir carregar cadeira na cidade. Ali vi a imagem da felicidade doméstica. E por que não se multiplicarão esses exemplos havendo boa legislação e polícia?

Segundo o deputado Maciel da Costa (MG), seria um erro conceder a cidadania aos libertos por “filantropia”. Ele lembrou a Revolução do Haiti. Na antiga colônia francesa, três décadas antes, os escravizados negros se rebelaram, massacraram os colonos brancos e tomaram o poder.

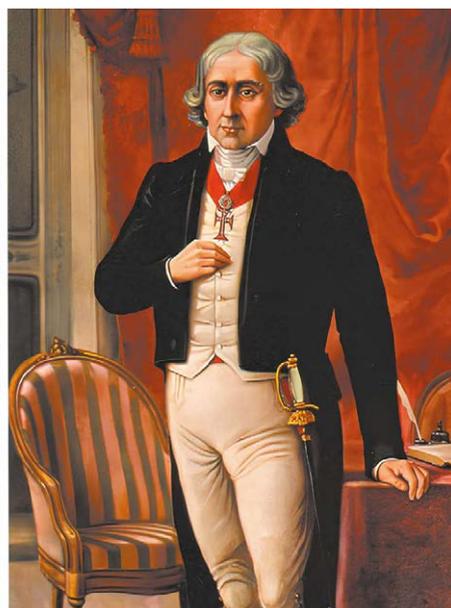
— Segurança política, e não filantropia, deve ser a base de nossas decisões. A filantropia deitou já a perder florentíssimas colônias francesas. Logo que ali soou a declaração dos chamados direitos do homem [da Revolução Francesa], os espíritos aqueceram e os africanos serviram de instrumento aos maiores horrores que pode conceber a imaginação.

Ele ainda lembrou que os Estados Unidos haviam acabado de criar na costa da África a colônia da Libéria, para onde estavam despachando os libertos em vez de conceder-lhes a cidadania norte-americana.

O destino dos indígenas também foi colocado na discussão. Discursou o deputado Manoel José de Souza França (RJ):

— Querem que todos os homens livres habitantes do Brasil e nele nascidos sejam cidadãos brasileiros. Agora pergunto eu: um tapuia é habitante do Brasil? É. Um tapuia é nascido no Brasil? É. Um tapuia é livre? É. Logo é cidadão brasileiro? Não.

O deputado Montezuma (BA), futuro Visconde de Jequitinhonha,



O imperador D. Pedro I e o deputado José Bonifácio de Andrada e Silva

concordou:

— Os índios, falo dos não domesticados, estão fora do grêmio da nossa sociedade, não são súditos do Império, não reconhecem suas autoridades e vivem em guerra aberta conosco. Não podem de forma alguma ter direitos.

O primeiro Parlamento do Brasil se compôs apenas de deputados, eleitos pelas províncias. Não houve senadores. O projeto de Constituição em debate, contudo, já previa que o Parlamento seria dividido entre a “Sala de Deputados” e a “Sala de Senadores” assim que os trabalhos constituintes se encerrassem.

Apenas as províncias do Pará, do Maranhão, do Piauí e Cisplatina (hoje o Uruguai) não conseguiram mandar representantes para o Rio de Janeiro. Em maio de 1823 ainda estavam mergulhadas nas guerras da Independência e só meses depois confirmariam a separação do Reino de Portugal e a adesão ao Império do Brasil.

Apesar de o Parlamento convocado por D. Pedro I ser uma grande novidade, os brasileiros não a estranharam. Pelo contrário, abraçaram-na de imediato.

Em diversas sessões, as galerias da Assembleia Constituinte ficaram

repletas de espectadores, numa demonstração de que reconheciam a legitimidade e a soberania do novo Poder.

Apoiar a Assembleia, contudo, nem sempre significava apoiar as suas decisões. No dia em que foi discutido o destino dos portugueses que haviam lutado contra a Independência, os “sussurros” (palavra usada pelos taquígrafos que transcreviam os debates) do público ficaram tão altos que os deputados se irritaram.

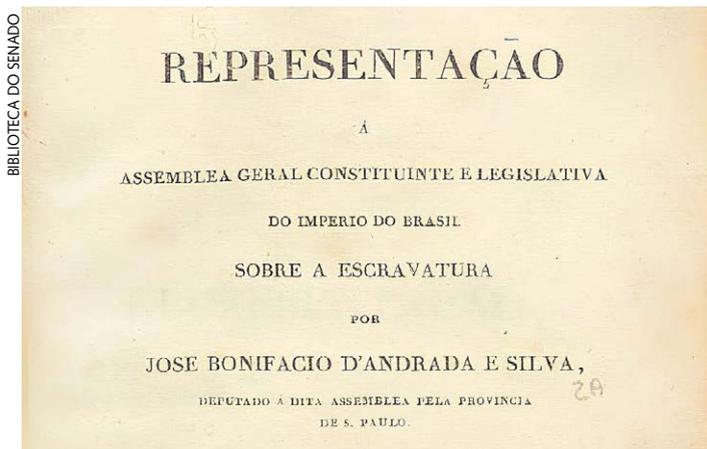
— Senhor presidente, tratemos de manter a ordem. O povo não deve tomar parte nas nossas discussões. Ordem, senhor presidente, é preciso ordem — esbravejou o deputado paulista Antônio Carlos de Andrada.

— Senhor presidente, o povo das galerias tem ousado perturbar com seus gritos os nossos discursos. Isso é contra o regimento. Eu peço a sua observância — apoiou o deputado Muniz Tavares (PE).

— À ordem, senhores das galerias, senão chamo a guarda e mando prender a todos — ameaçou o presidente da Assembleia, deputado Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (MG).

Outro sinal do apoio popular ao Parlamento como instituição foram as inúmeras petições populares enviadas de todos os cantos do Império aos deputados.

Muitas das petições que chegaram ao prédio da Cadeia Velha continham demandas políticas corriqueiras. O arraial de Pouso Alegre, na província de Minas Gerais, por exemplo, solicitou à Assembleia que fosse separado de Campanha e elevado à categoria de vila.



Documento em que o deputado José Bonifácio defende o fim da escravidão no Brasil

Outras trouxeram súplicas individuais que hoje em dia soariam estapafúrdias. Os herdeiros de uma senhora de Salvador pediram que a Assembleia os ajudasse no processo judicial que moviam contra um convento. Na ação, exigiam a devolução de uma fortuna doada pela bisavó, anos antes, aos religiosos da congregação.

As petições eram um instrumento de demanda popular comum na época do absolutismo português e sobreviveram aos novos tempos. Antes dirigidas apenas ao rei, passaram a ser remetidas também ao Parlamento.

O Poder Legislativo é considerado o coração da democracia contemporânea porque, entre outras razões, abriga parlamentares de diferentes posições políticas e reflete em algum grau a diversidade da nação. Tal característica apareceu na Assembleia Constituinte de 1823.

Talvez tenha sido o deputado José Bonifácio de Andrada e Silva (SP) o exemplo mais ilustrativo. Num tempo em que a escravidão era quase

DECRETO

« Havendo eu convocado, como tinha direito de convocar, a assembléa geral constituinte e legislativa, por decreto de 3 de Junho do anno proximo passado ; afim de salvar o Brazil dos perigos que lhe estavam imminentes ; e havendo esta assembléa perjurado ao tao solemne juramento que prestou á nação de defender a integridade do imperio, sua indêpendencia, e a minha dynastia : Hei por bem, como imperador e defensor perpetuo do Brazil, dissolver a mesma assembléa, e convocar já uma outra na fôrma das instrucções feitas para convocação desta, que agora acaba, a qual deverá trabalhar sobre o projecto de constituição que eu lhe hei de em breve apresentar, que será duplicadamente mais liberal do que o que a extincta assembléa acabou de fazer. Os meus ministros e secretarios de estado de todas as differentes repartições o tenham assim entendido e fação executar a hem da salvação do imperio.

« Paço, 12 de Novembro de 1823, segundo da independencia e do imperio.— Com a rubrica de S. M. Imperial.— *Clemente Ferreira França.*— *José de Otiveira Barboza.* »

Decreto de D. Pedro I ordenando o fechamento da Constituinte: primeiro golpe do Brasil

naturalizada e pouco questionada, ele surgiu no Parlamento como voz dissonante e redigiu um documento pedindo aos colegas que aprovassem medidas em direção à abolição.

Bonifácio também surpreendeu a sociedade brasileira quando advogou pela transferência da capital do Império para o Planalto Central, pela proteção dos povos indígenas, pela conservação das florestas e pela execução da reforma agrária.

A escravidão apareceu apenas de forma superficial nos debates parlamentares de 1823, sem que se planejasse o fim desse sistema de exploração humana. Bonifácio não teve tempo de apresentar formalmente seu documento abolicionista porque D. Pedro I mandou as tropas cercar a Cadeia Velha e fechar sumariamente a Assembleia Constituinte em 12 de novembro.

O primeiro Parlamento do Brasil durou apenas oito meses, antes que pudesse aprovar a Constituição.

O imperador não estava satisfeito com o andamento dos trabalhos. Em primeiro lugar, ele queria que os legisladores aprovassem logo uma lei de imprensa que reprimisse os jornais que o criticavam — a Assembleia não estava incumbida apenas da Constituição, mas também das primeiras leis comuns do Brasil. A lei de mordação da imprensa nunca veio.

Em segundo lugar, a Constituição que a Assembleia estava desenhando não dava superpoderes ao monarca. Isso contrariou D. Pedro I, que conservava certas lógicas do tempo do absolutismo e esperava estar acima do Poder Legislativo. Ele, em suma, entendeu que a Constituição não seria “digna do Brasil e de mim”.

Esse foi o primeiro golpe de Estado do Brasil, de acordo com a historiadora Neuma Brilhante, professora da Universidade de Brasília (UnB). Ela afirma:

— Houve uma ruptura à força da organização política estabelecida. Um Poder do Império derrubou o outro. Tratou-se, sim, de um golpe. Apesar de não ter podido cumprir a missão de entregar uma Constituição, seria um equívoco afirmar que aquele Parlamento fracassou e não serviu para nada.

Brilhante explica que os trabalhos desenvolvidos naqueles oito meses de 1823 dentro do prédio da Cadeia Velha foram decisivos para o moldar o Brasil:

— Ao contrário do que por muito tempo se disse, a Independência não veio porque já existia um sentimento de nacionalidade no Brasil. A Independência veio primeiro, e só depois se construiu a nacionalidade brasileira. Em termos institucionais, foi o Parlamento de 1823 que pensou o Brasil e o brasileiro que seriam criados após a Independência. Quem seriam os cidadãos? Quais seriam os direitos? Como seria repartido o poder? Os parlamentares tinham claro que a lei era capaz de construir e transformar a sociedade.

A historiadora lembra que o Parlamento deu voz às províncias, que eram um grupo heterogêneo, e assim harmonizou os interesses conflitantes. Isso foi importante, segundo ela, para que o Brasil ganhasse estabilidade política e não se fragmentasse em nações menores naqueles primeiros anos da Independência.

— Isto é algo que perdurou e temos até hoje: o Parlamento é o lugar mais privilegiado para pensar a diversidade do Brasil — ela avalia.

Os taquígrafos de 1823 transcreveram a reação dos constituintes ao receber o anúncio de que a Assembleia estava dissolvida.

— Pode o senhor oficial assegurar a Sua Majestade, da parte da Assembleia, que ela se dissolve — sem resistência, disse o presidente, deputado Maciel da Costa, ao oficial armado.

Indignados, alguns deputados não aceitaram a dissolução e pediram a palavra.

— Não sei para que se pede a palavra. As nossas discussões estão acabadas — resignou-se o deputado cearense José Martiniano Pereira de Alencar.

— Nós já não temos o que fazer aqui. O que resta é cumprir o que Sua Majestade ordena — acrescentou o deputado Antônio Carlos de Andrada.

Seis deputados, incluindo os irmãos Antônio Carlos e José Bonifácio, foram presos e mandados para fora do Brasil.

O Parlamento passou quase dois anos e meio fechado. Nesse ínterim, D. Pedro I outorgou a primeira Constituição do Brasil.

A Carta de 1824 foi baseada no projeto dos constituintes de 1823, com algumas diferenças importantes. Em vez de três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o Brasil passou a ter quatro.

O Poder Moderador desequilibrou a balança, fazendo-a pender para o lado do imperador. Ele ganhou a prerrogativa de dissolver a Câmara dos

Deputados nos momentos de crise e convocar novas eleições.

D. Pedro I retardou a reabertura do Parlamento o máximo que pôde.
O Senado e a Câmara seriam inaugurados apenas em 3 de maio de 1826.





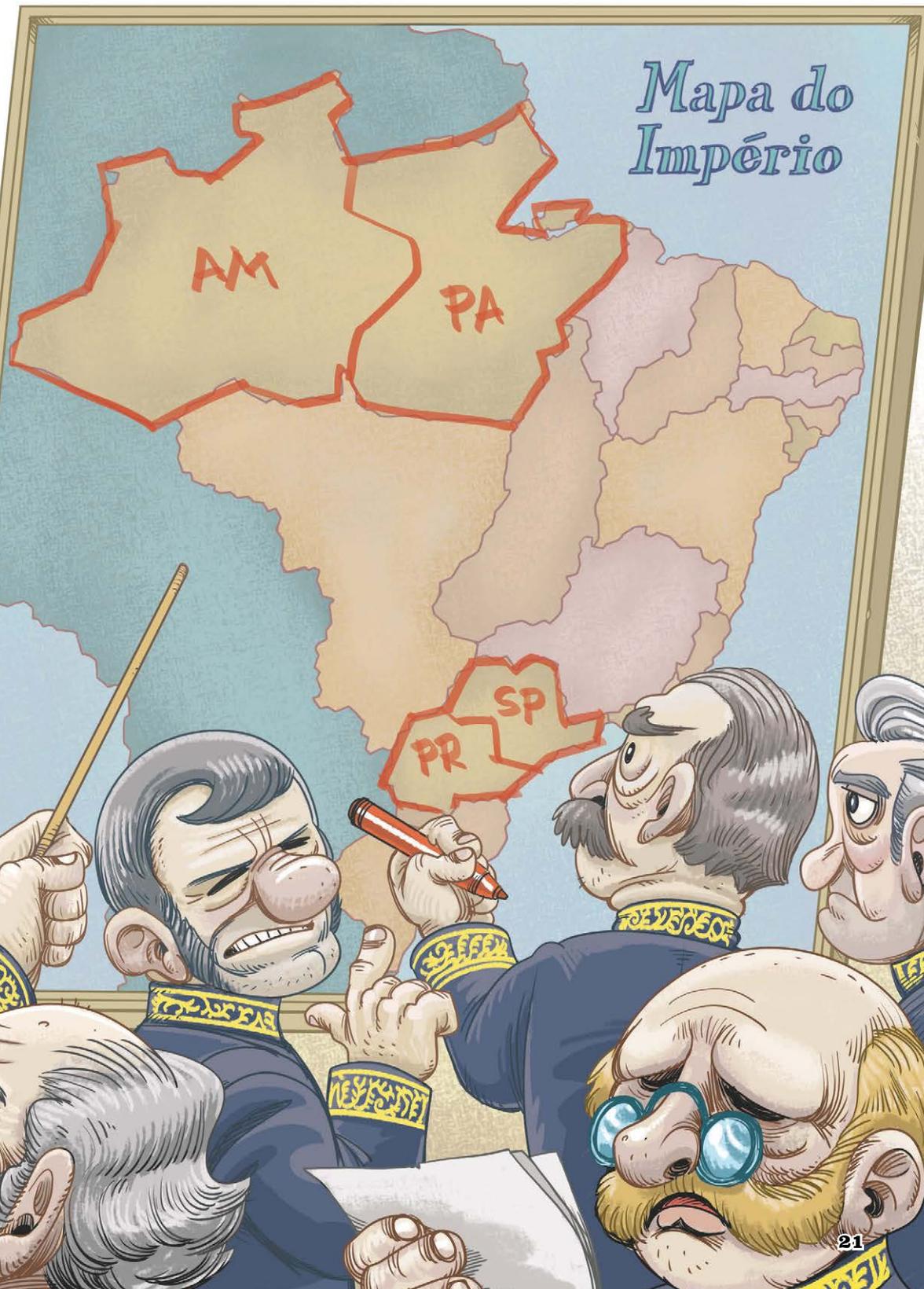
Pedro II dividiu Pará e criou Amazonas para proteger selva



Na mesma época, o governo imperial reduziu São Paulo e formou o Paraná. Foi uma forma de recompensar as elites de Curitiba por não terem aderido à Revolta Liberal de São Paulo, de 1842, nem à Revolução Farrroupilha, entre 1835 e 1845



Mapa do Império



Em 1823, meses após a Independência do Brasil, o deputado Arouche Rendon (SP) lembrou num discurso que São Paulo, sua província, tinha um território gigantesco. Para provar que não exagerava, ele citou duas vilas paulistas localizadas em pontos remotos:

— Há a vila de Curitiba em cima da serra e a vila de Paranaguá na marinha. Ambas distam 100 léguas da capital da província.

Em 1843, o senador Carneiro Leão (MG) discursou sobre os planos do governo imperial de importar frades capuchinhos da Itália para catequizar indígenas na Floresta Amazônica:

— No Pará, conviria que se fixasse o centro das missões na Cidade do Pará [atual Belém] ou na Vila da Barra do Rio Negro [atual Manaus] e que daí se mudassem esses religiosos [para o interior] quando cumprisse.

As duas falas fazem parte do acervo histórico do Arquivo do Senado, em Brasília. Embora elas sugiram o contrário, o deputado e o senador não eram ruins de geografia. O Paraná e o Amazonas não existiam nos primórdios do Brasil independente. Curitiba e Paranaguá se localizavam mesmo em São Paulo, e a vila que mais tarde seria Manaus ficava de fato no Pará.

O Paraná foi desmembrado de São Paulo em 1853. O Amazonas se separou do Pará na mesma época, em 1850.

Foram as duas únicas províncias criadas nos tempos do Império. Para



BIBLIOTECA DO SENADO

Desenho de barcos em rio amazônico pertencente ao livro *The Amazon and Madeira Rivers*, de 1878



Mapa do Império publicado em 1868 por Cândido Mendes de Almeida, futuro senador

que essa redivisão interna do Brasil fosse feita, os paulistas e os paraenses tiveram que abrir mão de praticamente a metade de seus territórios.

O historiador Vitor Marcos Gregório, que é professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e fez uma tese de doutorado sobre a criação das duas províncias, explica que essa medida no reinado de D. Pedro II foi motivada por fatores internacionais e domésticos.

De acordo com ele, a Floresta Amazônica brasileira corria o risco de ser invadida pela Inglaterra e pela França. As maiores potências militares da época sonhavam com expandir as colônias da Guiana Inglesa e da Guiana Francesa até as margens do Rio Amazonas, tomando terras do Brasil. Na época, o traçado das fronteiras amazônicas ainda era nebuloso.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, que já mostravam inclinação ao imperialismo, pressionavam para que a navegação no Rio Amazonas fosse liberada para navios estrangeiros, o que o governo brasileiro não aceitava. Temia-se que os americanos, insatisfeitos, acabassem invadindo a Amazônia.

— O governo imperial entendeu que a criação da província do Amazonas iria, por um lado, estimular o povoamento dessa parte da Amazônia e, por outro, levar o poder público e as forças de segurança para perto das fronteiras. Foi uma maneira de proteger a integridade do território nacional — afirma Gregório.

Na esfera doméstica, pesou na decisão de dividir o Pará o trauma da Cabanagem, a maior revolta social da história do Brasil, que explodiu em Belém em 1835 e só acabou em 1840, com um saldo estimado de 40 mil mortos (em torno de 25% da população da Amazônia).

Atribui-se a longa duração da Cabanagem à vastidão territorial do Pará. Grande parte dos insurgentes fugiu para o interior da província, de onde continuou conspirando contra o governo. As autoridades paraenses não dispunham de meios para alcançar os rebeldes embrenhados nos confins da Amazônia.

Quanto ao Paraná, a questão internacional que motivou a criação da província foi a instabilidade na região do Rio da Prata. Por causa da influência brasileira na política do Uruguai, eram tensas as relações de D. Pedro II com o Paraguai e a Argentina. Por isso, o governo imperial julgava prudente dispor de uma nova autoridade provincial que cuidasse de perto da tríplice fronteira.

No aspecto doméstico, a emancipação do Paraná foi um desdobramento indireto da Revolta Liberal de São Paulo, ocorrida em Sorocaba em 1842, e da Revolução Farroupilha, que se estendeu de 1835 a 1845 e chegou a proclamar as províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina independentes do Brasil.

O historiador do IFPR acrescenta que São Paulo já vivia a pujança do café nesse momento, e a elite da região de Curitiba, dedicada ao cultivo da erva-mate, ressentia-se da atenção exclusiva que o governo paulista dava aos cafezais e desejava a emancipação. Ele afirma:

— O governo imperial e a elite curitibana fecharam um acordo que foi bom para ambas as partes. Curitiba cumpriu a promessa de não apoiar

~~...comarca de Curitiba à categoria de província.~~
 “Emenda ao art. 1º. As comarcas do Alto Amazonas, na província do Grão Pará, e a de Curitiba, na província de S. Paulo, ficam elevadas à categoria de províncias, a primeira com a denominação de província do Amazonas, a segunda com a denominação de província do Paraná.

“A extensão e limites das referidas províncias serão os mesmos das comarcas do Rio Negro, e Curitiba. — *Carneiro Leão.*”

~~...Um novo artigo é anexo, sendo retirada a emenda do Sr. Barys...~~

Emenda do senador Carneiro Leão prevê a emancipação simultânea das províncias do Amazonas e do Paraná

os liberais de Sorocaba nem os farrapos. Os dois grupos rebeldes acabaram derrotados. Em troca, o governo imperial recompensou Curitiba apresentando no Parlamento um projeto de lei prevendo a criação da província do Paraná — afirma.

A criação, portanto, não foi automática nem imediata. O projeto de lei teve que ser discutido e aprovado pela Câmara e pelo Senado e sancionado pelo imperador D. Pedro II. O mesmo processo ocorreu na emancipação do Amazonas.

Os documentos do Arquivo do Senado mostram que, nos dois casos, os debates parlamentares foram acirrados.

Na época, o atual Amazonas correspondia à comarca do Rio Negro. Os defensores da emancipação no Senado argumentaram que a comarca, incrustada na floresta, ficava afastada demais da capital do Pará e só deixaria de ser um vazio demográfico e econômico quando passasse a contar com um governo provincial próprio.

Um desses defensores foi o senador Paula Souza (SP), que afirmou:

— É certo que a comarca do Rio Negro existe muito longe da capital da província e por isso lhe podem faltar recursos, mormente não havendo ainda navegação por vapor. A comunicação da capital do Pará a esse lugar é demasiadamente retardada. Creio que é de muitos meses.

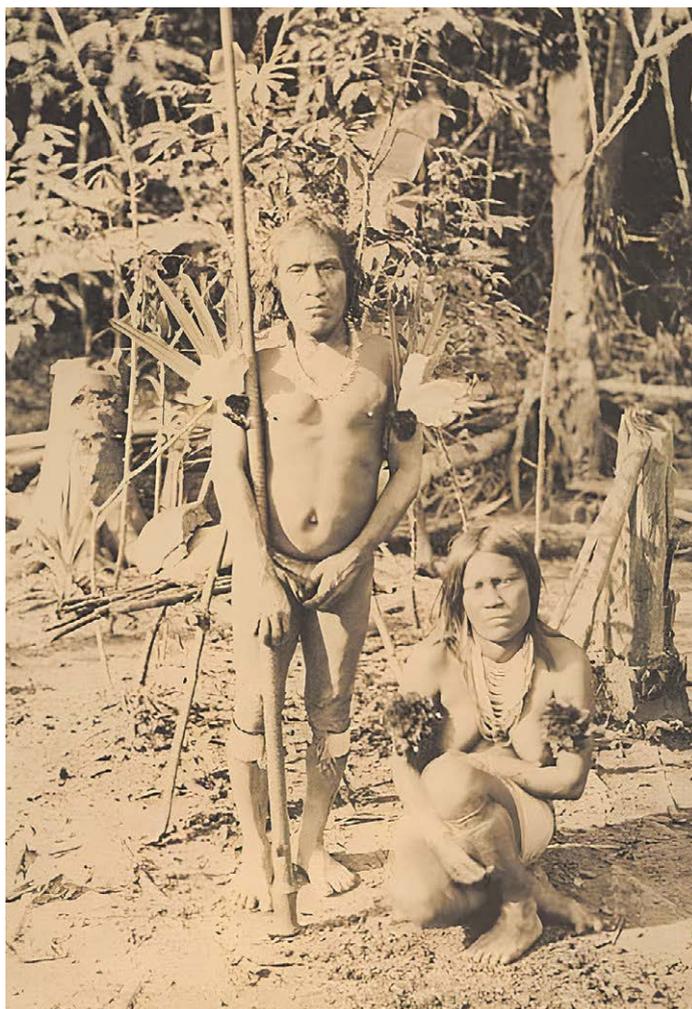
O senador mineiro Carneiro Leão concordou:

— A grande distância que vai da Cidade do Pará à cabeça da comarca do Rio Negro tem demorado todas as providências e feito com que pouco se atenda às necessidades daquela comarca. Acontece muitas vezes que um presidente [cargo equivalente ao de governador] do Pará comunica a sua posse para aqueles lugares e, quando vem a resposta, o presidente já está mudado.

Quando algum colega afirmou que criar instituições provinciais e

contratar servidores públicos custaria demais aos cofres imperiais, o senador Saturnino da Costa Pereira (MT) pediu a palavra para rebater o argumento. Ele garantiu que os gastos com a emancipação se pagariam em pouco tempo:

— Quem não semeia não pode colher. Será mais um suprimento que tenha de fazer o Império enquanto as rendas do Rio Negro não crescerem. Portugal avançou grossos capitais para engrandecer e povoar o Brasil, que lhe era totalmente desconhecido. Portugal e nós, seus descendentes, vemos o lucro que apareceu desse avanço de despesas. Sem essa criação nova [a província do Amazonas], perder-se-á para sempre aquele precioso



ALBERT FRISCH/LEIBNIZ-INSTITUT FÜR LAENDERKUNDE/INSTITUTO MOREIRA SALLES

Indígenas do povo ticuna na Amazônia em 1867

território, para ser habitado por homens selvagens e feras das matas.

Outro defensor da criação do Amazonas, o senador Visconde de Abrantes (CE) disse que a porção ocidental do Pará tinha condições de superar a decadência que amargava no Império, já que vivera momentos áureos no passado:

— A comarca ou capitania do Rio Negro, ainda em 1819, exportou o valor de 170 contos de réis fortes em gêneros e produtos que passarei a mencionar: tabaco, salsa, café, cacau, cravo fino, anil, quina, breu, óleo de copaíba, algodão em rama, manteiga de tartaruga etc. Existiam vários estabelecimentos fabris, cujos produtos eram exportados até para o estrangeiro. Havia cordas de muito valor e outros artefatos, inclusive louça para o consumo da província do Pará. A maior parte desses estabelecimentos não existe hoje. Por quê, senhores? Porque o Rio Negro não tem sido administrado.

Nesse momento, pouco se exploravam as seringueiras. O ciclo da borracha, responsável pelo renascimento da prosperidade amazônica, só ocorreria a partir da década de 1870, para alimentar as fábricas da Europa e dos Estados Unidos na Segunda Revolução Industrial.

No Senado, um parlamentar avaliou que seria inviável criar uma província com tão poucos habitantes. O Visconde de Abrantes discordou:

— Não se trata de organizar uma província em sertão absolutamente ermo. A comarca do Rio Negro, pela última estatística, contém 23 mil habitantes livres e calcula-se que as tribos indígenas excedem de 120 mil almas, sendo todas essas tribos de índole pacífica e mui suscetíveis de civilização. Não me parece que deva ser o projeto rejeitado só porque a população não é grande.

Recorrendo a uma comparação, o senador prosseguiu:

— Quando foi criada a província de Mato Grosso, qual era a sua população? A estatística atual dá para a população livre de Mato Grosso 36 mil almas. E eu pergunto: qual seria a população de Mato Grosso há 40 anos ou na época em que foi elevado em capitania geral ou em província? Hoje deve ter duplicado. As mesmas circunstâncias que levaram o poder de então a organizar ali uma província com tão mesquinha população são as mesmas ou talvez menos poderosas que as que hoje aconselham a elevação do Rio Negro.

As tensões internacionais também apareceram nos debates

EXPEDIENTE

Uma representação da Assembléia Provincial do Pará, pedindo a aprovação do projeto vindo da Câmara dos Srs. Deputados em 1843, elevando a Comarca do Rio Negro à categoria de Província, com a denominação de Província do Alto Amazonas. — Às comissões de Constituição e de Estatística.

Os Anais do Senado apontam uma representação enviada aos senadores pelos deputados provinciais do Pará em 1850 pedindo a emancipação do Amazonas

parlamentares. O senador Bernardo Pereira de Vasconcelos (MG) apontou o perigo:

— Para mim, é indubitável que o governo inglês tem por objetivo apoderar-se do gigante Amazonas e dentro de pouco tempo expelir de suas margens os ribeirinhos, exercer a mais pesada inspeção em todos os barcos, visitá-los, detê-los, capturá-los até a pretexto de negreiros e assim acabar nossa navegação interna, como tem já acabado a de longo curso e a de costa a costa. As folhas [jornais] inglesas não ocultam o pérfido pensamento de seu governo. Elas asseveram que o Amazonas deve pertencer à Inglaterra.

O senador Carneiro Leão alertou:

— Há pretensões sobre parte do território que atualmente ainda está ocupada por posse, mas essa mesma posse desaparecerá se nós não a tornarmos mais efetiva, procurando guarnecer esses pontos da nossa fronteira, e se não pusermos ali uma administração local que mais depressa possa ser instruída das tentativas de usurpação que se fizerem.

Segundo os papéis históricos do Arquivo do Senado, o adversário mais ferrenho da criação do Amazonas foi o senador Vergueiro (MG).

Além de afirmar que a área não tinha população nem arrecadação tributária suficientes para tornar-se autônoma, ele argumentou que a abertura de instituições e repartições governamentais na pequena Vila da Barra do Rio Negro provocaria efeitos colaterais nefastos na alta sociedade local:

— Talvez tenha reinado até hoje a paz naquela comarca. Passando a província, hão de se devorar uns aos outros os seus habitantes com intrigas, que é o que acontece nessas províncias pequenas. Uma família quer preponderar e disso resultam rivalidades e depois desordens continuadas, o que não acontece numa província que seja populosa e ao mesmo tempo civilizada. Não sei do estado de civilização do Rio Negro, mas, a avaliar-se

a sua civilização pela sua localidade, suponho que não pode estar muito adiantada.

Enquanto estudavam o projeto de lei, os senadores receberam duas representações remetidas por autoridades paraenses pedindo a criação do Amazonas — uma assinada pelos vereadores da Câmara Municipal da Vila da Barra do Rio Negro e a outra encaminhada pelos deputados da Assembleia Provincial do Pará.

Com o apoio dos próprios paraenses, o projeto de divisão do Pará foi transformado em lei em 1850 sem enfrentar maiores dificuldades.

O atual Paraná correspondia à comarca paulista de Curitiba e Paranaguá. Para os defensores da emancipação, essa comarca deveria ser elevada a província por já ser desenvolvida e povoada e ter renda suficiente para manter-se por conta própria — argumento diametralmente oposto ao empregado pelos apoiadores da criação do Amazonas.

Em 1850, o senador Batista de Oliveira (CE) apresentou uma emenda ao projeto de lei de emancipação do Amazonas prevendo a separação simultânea do Paraná. Num discurso, ele apresentou seus motivos:

— Primeiramente, suponho eu, pelas informações que tenho, que a comarca de Curitiba não só possui uma população maior do que a do Alto Amazonas, como uma indústria mais desenvolvida do que essa parte do território do Pará. Em segundo lugar, a comarca de Curitiba tem um bom



MARC FERREZ/BIBLIOTECA NACIONAL

Estação de trens de Piraquara, entre Curitiba e Paranaguá, por volta de 1880

porto de mar em Paranaguá, o qual deve muito contribuir para a prosperidade dessa nova província.

Ao lado do porto, a grande fonte de renda na comarca de Curitiba e Paranaguá eram os impostos cobrados do gado transportado do Rio Grande do Sul para São Paulo e vendido para toda a província numa feira em Sorocaba. Os animais eram taxados pelas autoridades paulistas assim que entravam no território da comarca.

Na avaliação do senador Carneiro Leão, a região de Curitiba só conseguiria se desenvolver plenamente depois de se separar da província de São Paulo. Ele explicou que a emancipação ainda não havia acontecido porque os seus representantes políticos não eram tão numerosos e poderosos quanto os das demais comarcas paulistas. Ele disse:

— Um dos obstáculos à prosperidade da comarca de Curitiba, que está apartada da grande massa da civilização, é a pouca influência que ela tem nas eleições. Não tem meios de se pronunciar para sua elevação a província porque, se na Assembleia Provincial há dois deputados que pertençam a Curitiba, há 33 ou 34 pertencentes a outras localidades que esmagam esse voto legal. Se recorre à Câmara [dos Deputados], raras vezes nela se contempla um curitibano.

O senador acrescentou:

— Daí provém que, não obstante ser pela província de Curitiba que se arrecada a maior parte da renda da província de São Paulo, ela tem estado quase abandonada. O governo provincial não se ocupa daquela comarca. É por isso que os seus habitantes desejam muito a criação de uma administração local que se cure mais de perto dos seus interesses materiais.

Houve resistência na bancada de São Paulo. Indignado, o senador Paula Souza se manifestou com veemência contra a “mutilação” de sua província:

— Qual o motivo por que uma província como São Paulo, que tem alguma história, que tem sido sempre tão útil ao Brasil, há de descer de sua categoria, há de ficar reduzida a província de última ordem? Todos sabem que já se lhe tirou uma parte para o Rio de Janeiro e se pretendem ainda tirar várias vilas. Tirada a comarca de Curitiba, o que resta a São Paulo? Isso fere o amor que os provincianos têm e devem ter à sua província. Se isso fosse em proveito do Brasil todo, bem, devíamos sacrificar o interesse local ao interesse geral, mas não resulta isso da medida de que se trata.

Na tentativa de convencer os colegas a não aprovar o projeto, Paula Souza avaliou que seria injusto diminuir apenas São Paulo e conservar intactas todas as demais 17 províncias do Império:

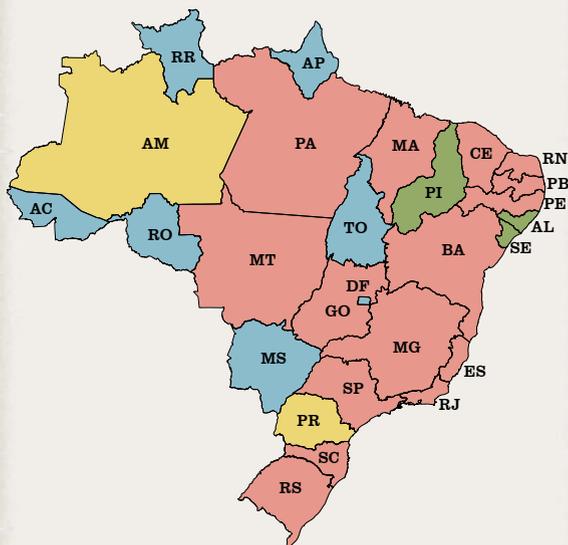
— Se há o pensamento de reduzir as províncias a pequenas divisões, então faça-se isso por uma medida geral, assim como se fez na França, reduzindo-se as antigas províncias a departamentos, como também se fez na Espanha depois da sua última revolução e como igualmente em ponto menor se fez em Portugal. Isso compreendo eu. Então não haverá ofensas nem desgostos, não se chocarão os ânimos. Ora, estamos nós em posição de dever chocar ânimos? Não é, antes, tão melindrosa a nossa atual posição? Eu, pois, julgo ser inoportuna medida.

O senador Vergueiro, que já era contrário à criação do Amazonas, também se apresentou como grande adversário da emancipação do Paraná. Ele rechaçou os argumentos de que Curitiba tinha porte de capital e vinha sendo escanteada por São Paulo:

— Ainda não há muito tempo, criou-se na cidade de Curitiba um liceu, que, se não está em plena ação, é por falta de mestres que queiram ali exercer o magistério. A Assembleia [Provincial

Quando cada estado foi criado

Os atuais estados nasceram, na maioria, do desmembramento de unidades territoriais maiores. A redivisão foi feita pelos governos português e brasileiro em diferentes épocas



Quando as unidades foram criadas

- Na Colônia (1500–1808)
- Nos tempos de D. João VI no Brasil (1808–1821)
- No Império (1822–1889)
- Na República (1889–hoje)

de São Paulo] fez aquilo que estava da sua parte, que foi a criação do liceu e o estabelecimento de ordenados. Não há, pois, motivo nenhum de queixa, não podendo [os curitibanos] alegar que seus interesses são desprezados.

Na direção inversa da tomada pelos deputados provinciais do Pará, que apoiaram a criação do Amazonas, a Assembleia Provincial de São Paulo enviou uma representação aos senadores pedindo que não aprovassem a emancipação do Paraná.

Por causa da oposição dos paulistas, a criação do Paraná foi mais difícil e demorada que a do Amazonas. A divisão de São Paulo poderia ter sido aprovada junto com a do Pará, em 1850, mas os debates no Parlamento se estenderam por mais tempo e a aprovação só ocorreu três anos depois.

O historiador Vitor Marcos Gregório, do IFPR, entende que o processo de criação do Amazonas e do Paraná mostra com clareza que o sistema político representativo, caracterizado por um Poder Legislativo forte e atuante, funcionava plenamente no Brasil já no período imperial:

— Apesar de o país ser uma Monarquia e o imperador dispor do Poder Moderador, o monarca não tinha poderes absolutos e ilimitados. A palavra dele não era ordem. Isso era verdade na época do Antigo Regime, do absolutismo. O Brasil colonial era uma propriedade particular do rei de Portugal, que podia dividir e redividir o território ao seu bel-prazer. O



PEDRO AMÉRICO

Pintura mostra D. Pedro II na Fala do Trono: num desses discursos, ele pediu a criação da província do São Francisco

Brasil imperial, não. D. Pedro II chegou a pedir ao Parlamento a aprovação da província do São Francisco, mas esse pedido nunca foi atendido. A palavra do partido que estava no poder também não era ordem. O governo precisava negociar com o Senado e a Câmara, que tinham liberdade para aprovar ou rejeitar os projetos de lei.

Ele prossegue:

— Se compararmos um mapa do Brasil imperial com um mapa atual, veremos que eles são bastante parecidos. Isso ocorre porque a criação de novas unidades subnacionais não é algo simples e exige muito debate político e negociação. Os parlamentares sempre evitaram mudar o mapa porque sabem que, quando dividem alguma província ou estado, abre-se espaço para que outras unidades passem pelo mesmo processo e a próxima a ser diminuída seja a deles próprios. A tendência é a conservação do território.

No Império, os parlamentares também analisaram projetos que previam a criação das províncias do Tocantins, de Minas do Sul, de Minas Novas e do Oiapóquia (correspondente ao atual Amapá). Sem o apoio do Parlamento, nenhum deles vingou.

Gregório afirma que, quando olhamos o mapa do Brasil de hoje, o traçado nos parece natural. Segundo ele, porém, nada tem de espontâneo:

— Essa sensação de naturalidade vem, em larga medida, do antigo discurso político que transformou o território, aquele “do Oiapoque ao Chuí”, num elemento decisivo da nossa identidade brasileira, do nosso nacionalismo. Esse discurso também ajuda a explicar a tendência à conservação do traçado do território brasileiro. Quando conhecemos a história da criação do Amazonas, do Paraná e de qualquer outro estado, entendemos que nada foi natural ou fruto do acaso. O território que temos hoje é resultado de cálculos, estratégias, negociações, escolhas, decisões.

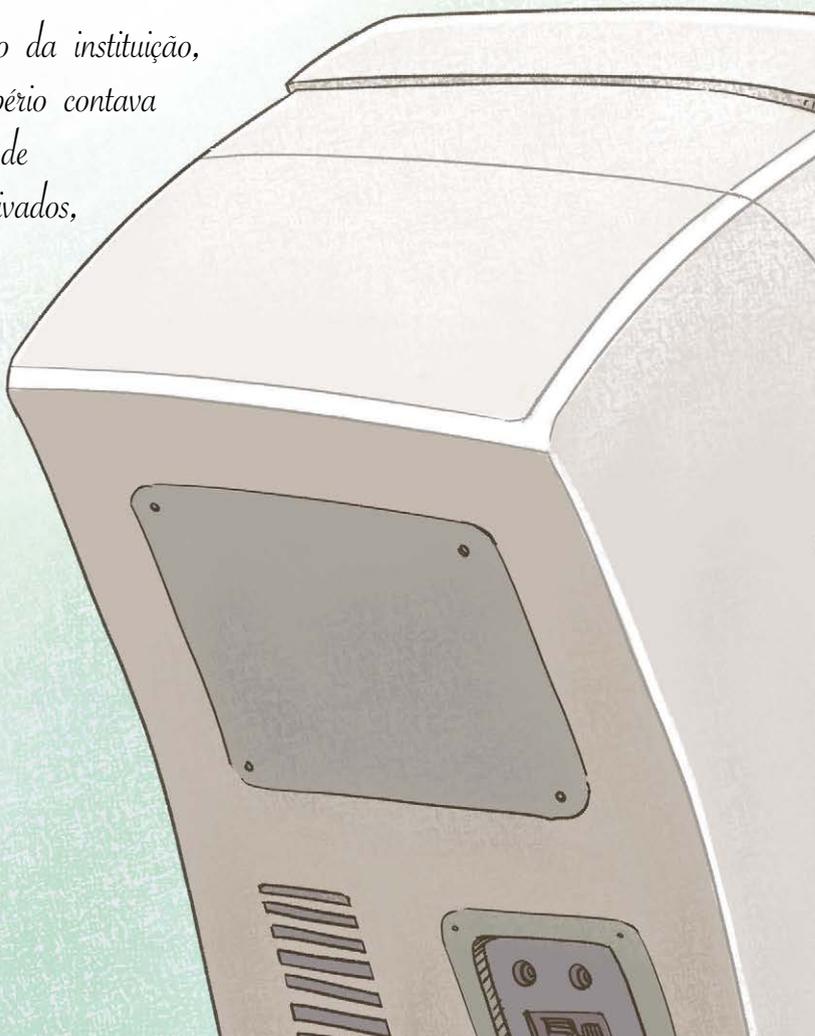




Banco do Brasil foi privado e financiou a Guerra do Paraguai



Antes da criação da instituição, em 1853, o Império contava com meia dúzia de bancos, todos privados, localizados em algumas capitais. Os brasileiros que precisavam de dinheiro emprestado recorriam a agiotas





Em maio de 1853, D. Pedro II usou a Fala do Trono (discurso que os imperadores do Brasil proferiam no Parlamento no início e no fim de cada ano legislativo) para pedir aos senadores e deputados que, com urgência, autorizassem o governo a criar um banco nacional.

De acordo com documentos históricos hoje guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, D. Pedro II discursou:

— Augustos e digníssimos representantes da nação, recomendo-vos a criação de um banco solidamente constituído, que dê atividade e expansão às operações do comércio e da indústria. Nas circunstâncias em que felizmente já nos achamos, semelhante instituição é um elemento indispensável de nossa organização econômica.

O pedido do imperador foi uma ordem. Em questão de semanas, o Senado e a Câmara dos Deputados aprovaram o projeto de lei redigido pelo governo. Em 5 de julho, D. Pedro II assinou a lei bancária.

Assim nasceu o Banco do Brasil. Trata-se do banco mais longo do país. A Caixa Econômica, sem o adjetivo “Federal” e com ação limitada ao Rio de Janeiro, seria fundada oito anos depois.

Uma das explicações para o projeto do Banco do Brasil ter virado lei com tanta rapidez está no entendimento unânime de que o Império carecia de uma instituição responsável por organizar e conduzir o sistema bancário nacional.

Os papéis do Arquivo do Senado mostram que os senadores vitalícios do Império, não importando a orientação política, pensavam da mesma forma.

— Senhores, o grande melhoramento material que há a fazer no meu país é, sem dúvida, relativamente ao estabelecimento de um banco — avaliou o senador Holanda Cavalcanti (PE).

— Devo dizer que voto pelo projeto [de criação do Banco do Brasil] porque, além de outras vantagens, deve produzir duas muito importantes: regularizar a ação dos bancos existentes e contrariar a dos bancos estrangeiros — argumentou o senador Alves Branco (BA).

O sistema financeiro brasileiro era primitivo. Quando D. Pedro II proferiu aquela Fala do Trono, o Império contava com meia dúzia de bancos, todos privados, localizados em certas capitais e com pouco ou nenhum alcance fora de suas províncias.

No geral, quem precisava de dinheiro emprestado recorria a agiotas. Naquele Brasil já inserido no capitalismo, isso era um atraso clamoroso que atravancava os negócios. O governo, por sua vez, buscava crédito em bancos britânicos.

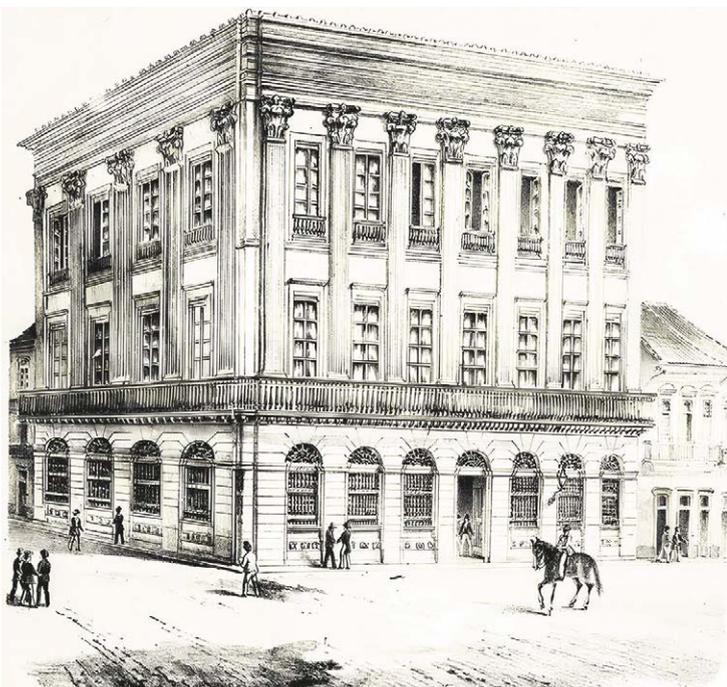
A primeira experiência bancária do Brasil remonta a 1808. Depois de fugir de Lisboa e instalar-se no Rio de Janeiro, o príncipe regente D. João criou o primeiro Banco do Brasil, que teve como missão financiar o império luso-brasileiro.

Forçado a voltar para Lisboa em 1821, o rei D. João VI levou consigo boa parte dos recursos do banco. As dificuldades financeiras viraram uma bola de neve, e o Banco do Brasil foi liquidado oito anos mais tarde, no reinado de D. Pedro I.

Em 1833, a Regência chegou a aprovar uma lei prevendo a criação de um novo banco nacional, mas ele não saiu do papel. Os possíveis investidores, traumatizados pelo fracasso da primeira experiência, recusaram-se a apostar no projeto.

Depois da ruína do primeiro Banco do Brasil, passaria quase uma década até que outras instituições bancárias surgissem. Uma das pioneiras foi

PIETER COTFRED BERTICHEN/BRASILIANA ICONOGRÁFICA



Edifício que entre 1854 e 1926 abrigou a sede do Banco do Brasil, na Rua da Alfândega, no Rio de Janeiro

o Banco Comercial do Rio de Janeiro, organizado em 1838 por negociantes e emprestadores particulares.

Em 1851, o empresário Irineu Evangelista de Sousa (futuro Barão de Mauá) criou no Rio de Janeiro uma instituição privada chamada Banco do Brasil (a segunda com esse nome), que imediatamente se transformou na maior empresa do ramo no Império.

Por essa razão, a missão número um do Banco do Brasil — criado pela lei de 1853 (o terceiro banco com esse nome) — foi recolher do mercado os vales dos bancos privados e substituí-los por cédulas oficiais. Ele ganhou o monopólio das emissões.

Por meio do Banco do Brasil, o governo imperial passaria a ter controle sobre o papel-moeda, elevando ou reduzindo sua disponibilidade na praça conforme as necessidades econômicas do momento.

Apesar de estar ligado ao Estado, esse Banco do Brasil era privado. Ele resultou da fusão do Banco Comercial de 1838 com o Banco do Brasil de 1851 e herdou o nome desse último. Os proprietários das duas instituições extintas passaram automaticamente a ser acionistas do novo banco.

Não foi por acaso que se optou pela fusão. Primeiro, porque o caixa dos dois bancos garantiria o capital necessário ao funcionamento do novo Banco do Brasil. O governo imperial não dispunha de recursos suficientes para criar um banco estatal. Depois, porque a fusão seria a forma mais fácil de se livrar dos dois bancos que mais emitiam vales no Império.

A lei de 1853 determinou que caberia ao governo imperial a escolha



Cédula de 50 mil-réis emitida pelo Banco do Brasil em 1857

do presidente e do vice-presidente do Banco do Brasil. Os escolhidos, contudo, precisavam ser acionistas da instituição. Foi graças a esse expediente que o Estado pôde utilizar um banco privado para direcionar a política monetária do país.

Houve senadores que viram com preocupação a possibilidade de a ligação entre o Estado e o principal banco do país se estreitar demais. Um deles foi o senador Manoel de Assis Mascarenhas (RN), mais conhecido como D. Manoel, que apontou um risco econômico:

— Além do arbítrio para a nomeação do presidente, o projeto dá ao governo a faculdade para aumentar o fundo capital, criar caixas filiais onde e como entender etc. Tudo se dá ao governo, e nada se reserva ao Corpo Legislativo! Não posso concorrer com o meu voto para semelhante arbítrio. Tais autorizações, no caso de um governo esbanjador e de agentes indiscretos, podem acarretar as mais deploráveis consequências.

O senador Holanda Cavalcanti, por sua vez, vislumbrou um risco político:

— Uma corporação comercial, senhora de todas as transações internas, podendo dispor de capitais consideráveis, há de ter uma grande influência política. Ou o governo há de sempre transigir com ela, ou ela é que dará sempre governadores ao país.

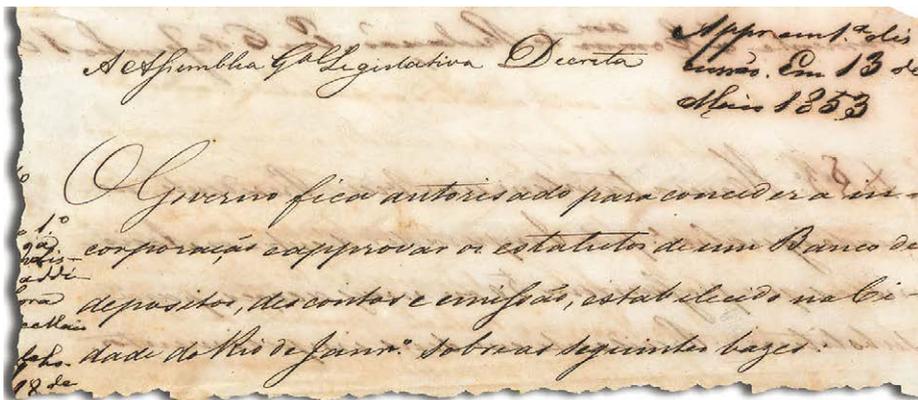
Um dos problemas crônicos daquele sistema bancário rudimentar era a falta de cédulas e moedas em circulação no Império. Para suprir essa deficiência do Tesouro, os bancos privados emitiam vales, que eram cédulas paralelas tão aceitas no mercado quanto as cédulas oficiais do Tesouro.

Esses vales provocaram um efeito colateral sério. Os bancos se sentiam estimulados a produzi-los desenfreadamente porque, quanto mais emissões faziam, mais eles lucravam e mais dividendos os seus acionistas recebiam.

Para o governo, a economia e a população em geral, isso era péssimo. O excesso de dinheiro em circulação alimentava a inflação e desvalorizava a moeda brasileira no mercado internacional, afetando as importações e as exportações do Império.

Nas discussões do projeto bancário de 1853, o senador Visconde de Olinda (PE) avaliou:

— É indispensável pôr em ordem o meio circulante, porque o seu estado é verdadeiramente forçado. Retirar, porém, o papel existente sem



Trecho do projeto levado ao Parlamento em maio de 1853: "O governo fica autorizado para conceder a incorporação e aprovar os estatutos de um banco de depósitos, descontos e emissão, estabelecido na cidade do Rio de Janeiro"

um intermédio que o substitua é impossível, e esse intermédio só pode obter-se por meio de um banco.

O senador D. Manoel concordou:

— Não me oponho de forma alguma a que se regenerem as finanças do país, a que se retire gradualmente de circulação a grande massa de papel fiduciário que existe. Deve-se, portanto, criar um estabelecimento que devidamente preencha esses fins.

Para o senador Holanda Cavalcanti, a emissão de papel-moeda deveria ser uma incumbência exclusiva do Estado:

— Entendo que banco é sinônimo de casa de moeda e que casa de moeda não a pode ter ninguém senão o governo. Portanto, o banco que emite sendo estranho ao Estado ou é uma anomalia, ou é um *status in statu* [Estado paralelo].

O economista Thiago Gambi, estudioso do Banco do Brasil do Império e professor de história econômica na Universidade Federal de Alfenas (Unifal), entende que aquele banco dos tempos de D. Pedro II tem semelhanças com a Petrobras de hoje:

— O Banco do Brasil era uma instituição privada com interesse público. Enquanto os acionistas almejavam o lucro, o governo utilizava o banco buscando manter a economia saudável. Os embates entre os dois lados eram constantes. A Petrobras, que é uma empresa de capital misto, repartida entre a União e os acionistas, vive uma situação parecida. Os acionistas

pressionam para que o preço dos combustíveis siga o valor internacional, para que tenham mais lucro. O governo, por sua vez, age para segurar o preço dos combustíveis, de modo a manter a inflação mais baixa.

Surgiram outras críticas ao Banco do Brasil. Na discussão do projeto de lei, o senador D. Manoel avaliou que seria um erro se o futuro banco não oferecesse linhas de crédito à agricultura. A economia do Império dependia dos cafezais e da mão de obra escrava. D. Manoel disse:

— A Fala do Trono recomenda a criação de um banco “que dê atividade e expansão às operações do comércio e da indústria”. É claro que não se trata da indústria agrícola, e sim da manufatureira. Destina-se o banco, portanto, a proteger o comércio, que é o ramo de indústria mais protegido no país. A lavoura, que é o ramo que deve merecer a mais especial atenção, que se acha na maior decadência, que corre risco de desaparecer em poucos anos se não for já e já protegida, essa não encontra proteção no novo estabelecimento bancário.

O principal idealizador do Banco do Brasil foi o senador Rodrigues Torres (RJ), que em 1853 também era o ministro da Fazenda e o primeiro-ministro do governo imperial. Da tribuna do Senado, ele confirmou:

— O banco de que se trata não pode proteger a agricultura. Seria uma utopia exigir essa proteção de um banco que, por sua organização, só pode descontar letras com sólidas garantias e a curtos prazos. Um banco dessa natureza que fizesse empréstimos à agricultura ver-se-ia em pouco tempo obrigado a suspender seus pagamentos. Um agricultor não pode pedir ao banco 12 contos de réis a três ou quatro meses, melhorar nesse tempo o seu estabelecimento rural e habilitar-se para pagar-lhes. Os capitais empregados na agricultura não reaparecem senão depois de muitos anos em pequenas parcelas. Esses bancos só atendem ao comércio e à indústria fabril ou manufatureira. Quanto à agrícola, não a podem beneficiar senão indiretamente, e esse benefício indireto já é muito.

Deixando claro que a principal missão do Banco do Brasil seria sanear a disponibilidade de papel-moeda no Império, Rodrigues Torres avisou que a nova instituição se dedicaria apenas lateralmente a ampliar o crédito disponível aos empresários:

— A simples criação do banco não terá a virtude de espalhar capitais por todas as províncias, nem os bancos podem ter a vara de condão de fazerem aparecer o crédito onde o crédito já não existe, nem capitais,

indústria e comércio onde os não há. Podem dar impulsos, atividade e energia às operações do comércio e indústria, mas não podem por certo fazer aquele milagre.

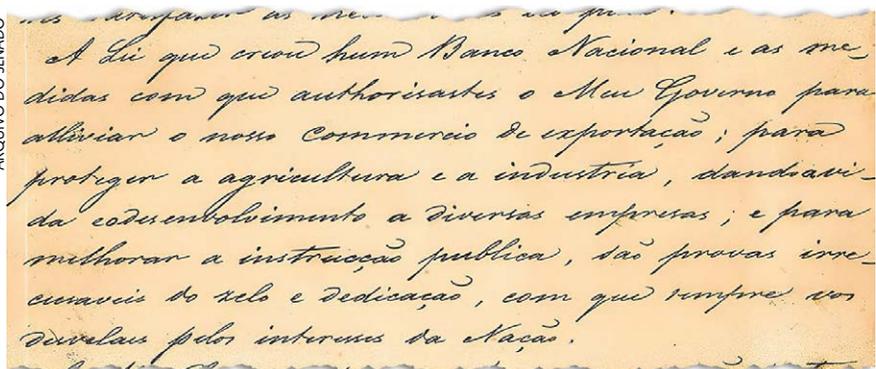
Um dos expoentes do Partido Conservador, Rodrigues Torres mais tarde seria o terceiro e o sexto presidente do Banco do Brasil. O primeiro presidente também foi um conservador, o ex-deputado João Duarte Lisboa Serra (MA).

O economista Renato Leite Marcondes, professor da Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto, explica que a criação do Banco do Brasil fez parte de um grande pacote de mudanças:

— Em 1850, o Império vivia uma fase de estabilidade política e econômica, e o governo aproveitou a bonança para pôr em prática o seu projeto de modernização do Brasil. Nesse ano, o Parlamento aprovou o Código Comercial, a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico de pessoas escravizadas. Os capitais que estavam alocados no tráfico negreiro foram liberados para outras atividades econômicas, a exemplo das sociedades por ações, como foi o próprio banco do Barão de Mauá. O Banco do Brasil de 1853, nesse cenário, atuaria para manter o ambiente monetário e bancário adequado para a circulação do dinheiro.

Segundo Marcondes, o que se buscou foi uma “modernização conservadora”, que não incluía o fim imediato da escravidão.

O Banco do Brasil se desviou da missão original quando explodiu a Guerra do Paraguai, em 1864. O governo imperial precisou recorrer a ele



Trecho da Fala do Trono de setembro de 1853 em que D. Pedro II agradece aos senadores e deputados pela criação do Banco do Brasil: “A lei que criou um banco nacional e as medidas [...] são provas irrecusáveis do zelo e dedicação com que sempre vos desvelais pelos interesses da nação”



Escritório do presidente do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1926

para fazer frente aos elevados gastos militares que inesperadamente surgiram. Para dar conta da nova demanda, o banco se viu obrigado a fazer grandes emissões de papel-moeda.

Em 1866, com a Guerra do Paraguai em curso, o governo imperial decidiu tirar do Banco do Brasil a incumbência de fazer emissões, transferindo-a para o Tesouro. Dessa forma, buscou baixar os juros dos empréstimos governamentais decorrentes da guerra.

Tal mudança se fez por meio de um projeto de lei aprovado pelo Senado e pela Câmara. O autor da proposta foi o senador Silveira da Mota (GO), para quem o banco deveria ter outra missão:

— O meu pensamento principal é dar um corretivo aos inconvenientes que o Banco do Brasil tem manifestado como banco de circulação e, ao mesmo tempo, substituir esse banco por uma instituição que o país mais altamente reclama, a de um banco hipotecário. Assim, ele poderá servir mais eficazmente à indústria principal do país, que é a lavoura, oprimida pela falta de capitais que a alimentem para o futuro e sob a pressão dos pagamentos das dívidas que a oneram.

Embora continuasse grande, o Banco do Brasil perdeu a importância política e, na prática, tornou-se um banco comercial como qualquer



SEBASTIEN AUGUSTE SISSON



JOAQUIM INSLEY PACHECO



REPRODUÇÃO



BANCO DO BRASIL

Barão de Mauá, criador do Banco do Brasil de 1851; Rodrigues Torres, idealizador do banco de 1853; João Duarte Lisboa Serra, primeiro presidente do banco de 1853; e Tarciana Medeiros, primeira mulher a presidir a instituição

outro. Nos empréstimos aos latifundiários, de acordo com historiadores, aceitava pessoas escravizadas como garantia — prática bancária comum no Império.

Em 1893, já na República, fundiu-se com outro banco e perdeu o nome original. Tornou-se o Banco da República do Brasil.

Na década seguinte, ficou à beira da falência. Para evitar que o maior banco do país quebrasse e deflagrasse uma crise bancária generalizada, com clientes sacando todo o seu dinheiro, o governo viu-se obrigado a resgatá-lo em 1905. Acabou, assim, tornando-se o acionista majoritário.

Sem que isso estivesse nos planos do presidente Rodrigues Alves, o banco que havia sido criado em 1853 se transformou numa instituição pública. O nome original foi recuperado.

O crescimento se deu de forma significativa na República. Logo o Banco do Brasil se transformou no financiador oficial da agricultura, status que até hoje conserva. Ele voltou a ser, tal qual no Império, o principal instrumento do governo para as políticas monetárias — o Banco Central, atual autoridade monetária, só seria criado em 1964.

Hoje uma empresa de economia mista, é a segunda maior instituição bancária do país em ativos, atrás apenas do Bradesco.

Existem divergências sobre o ano de fundação do atual Banco do Brasil. Há aqueles que apontam 1808, por causa do banco criado por D. João, ou 1851, considerando o empreendimento do Barão de Mauá. O primeiro, contudo, foi fechado e não tem ligação direta com o atual. O segundo, por sua vez, foi puramente comercial e não esteve sob a tutela do Estado.

Há, ainda, aqueles que entendem que o atual Banco do Brasil foi criado em 1905, quando o governo assumiu o controle acionário. Isso, porém,

desconsidera que, apesar de ter passado por inúmeras reformas ao longo desse tempo, a instituição funcionava ininterruptamente desde a lei de 1853.

Em 2023, a presidência do Banco do Brasil foi ocupada por Tarciana Medeiros, funcionária de carreira da instituição. Foi a primeira mulher a dirigir o banco. Medeiros é negra, nordestina de Campina Grande (PB), de origem pobre e militante das causas LGBT.





Futebol feminino já foi proibido no Brasil, e CPI pediu legalização

Afirmava-se que as mulheres eram delicadas demais para o esporte e que, por isso, aquelas que entrassem nesse mundo ficariam masculinizadas no corpo e no comportamento. Regulamentação só veio em 1983



Por mais de 40 anos, as brasileiras foram proibidas de jogar futebol. O veto começou em 1941, na ditadura do Estado Novo (1937-1945), quando o presidente Getúlio Vargas assinou um decreto-lei tirando das mulheres o direito de praticar esportes “incompatíveis com as condições de sua natureza”.

A partir de então, foram frequentes os jogos femininos cancelados por ordem do Conselho Nacional de Desportos (CND), repartição subordinada ao Ministério da Educação. Houve até partidas encerradas à força pela polícia.

As mulheres só voltaram a entrar em campo livremente no fim da ditadura militar (1964-1985). Em 1983, o CND considerou o futebol feminino aceitável e o regulamentou.

De acordo com documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, houve parlamentares que pressionaram pela legalização do futebol feminino. O principal questionamento foi feito em 1977, por uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) formada por senadores e deputados.

Jogadoras do Primavera FC
enfrentam as do Fazenda FC em
São João de Meriti, em 1959

A CPI mista não ouviu nenhuma jogadora de futebol. Dados os 36 anos de clandestinidade do esporte, não existia estrela nacional nos gramados. Em vez disso, a comissão recebeu a ex-nadadora Maria Lenk.

Ela disse aos parlamentares que o veto às futebolistas se refletia negativamente em todos os esportes, inclusive nos autorizados pelo governo, e lembrou que, dos atletas registrados nas federações, só 6% eram mulheres:

— É uma quantidade irrelevante. Atribuo isso ao futebol, porque é o nosso esporte nacional. Através do esporte se revelam, se projetam os campeões, os ídolos do povo que merecem imitação. Veem-se terrenos baldios transformados espontaneamente em campos, e eles são ocupados por quem? Por garotos, meninos. A pelada de adultos, também por homens. O clube de futebol, que em qualquer povoado não falta, é sempre só dos homens. A restrição [ao futebol] se reflete no ingresso da mulher no esporte [em geral], porque ela não tem a quem imitar.

Heroína do esporte brasileiro, Lenk foi a primeira mulher da América do Sul a competir nos Jogos Olímpicos, na edição de 1932, em Los Angeles, e fez parte da primeira turma feminina a se diplomar em educação física no Brasil, em 1936.

Entre os argumentos aos quais as autoridades recorriam para proibir o futebol feminino, estava o de que a violência dentro dos gramados prejudicaria a maior missão delas na sociedade — ser mães. Uma cotovelada no seio, diziam, poderia impedi-las de amamentar. Uma bolada na região do útero poderia retirar-lhes a capacidade de gerar filhos.

Afirmava-se que o corpo das mulheres era delicado demais para o esporte e que, por isso, aquelas que entrassem nesse mundo ficariam masculinizadas no corpo e no comportamento.

Também se dizia que as jogadas desleais e os xingamentos em campo levariam à degeneração moral do “sexo frágil”, que perderia a capacidade ser boa esposa, mãe e dona de casa. Para os inimigos do futebol feminino, era inaceitável que as mulheres trocassem o lar pelo gramado.

Falando à CPI, Maria Lenk argumentou que tudo isso era falacioso:

— A mulher não se esteriliza e não perde as suas características femininas quando pratica esporte. Pelo contrário. Se não tem saúde, músculos trabalhados, resistência física, a mulher jamais será uma boa mãe. Será uma péssima reprodutora nesse sentido físico. A mulher deve fazer esporte e talvez ela se torne mais independente, porque aprende a lutar. Talvez ela

FILHAS DE EVA EMPENHAM-SE EM EMPOLGANTE PARTIDA DE FUTEBOL



As equipes femininas A e B do São João del-Rei em 1952 e a equipe quando o primeiro jogo do futebol feminino foi disputado em 1953. À esquerda, a equipe feminina A do São João del-Rei em 1952. À direita, a equipe feminina B do São João del-Rei em 1952. No centro, a equipe feminina A do São João del-Rei em 1953. À esquerda, a equipe feminina B do São João del-Rei em 1953. À direita, a equipe feminina A do São João del-Rei em 1953.

Jornal Última Hora noticia futebol feminino em 1952: decreto-lei de Vargas deixava brecha para o esporte

desenvolva qualidades morais que lhe sejam necessárias na luta de ocupar o seu lugar na sociedade. Ela se embeleza, não com aquela beleza de miss, que precisa de máscaras artificiais, mas com aquela beleza natural, saudável, que se reflete na pele, na cor da sua saúde, na sua postura.

A ex-nadadora citou o especialista americano Kenneth Cooper, que nos anos 1960 ganhara fama por defender os exercícios aeróbicos como uma importante fonte de saúde, incluindo a corrida do qual o Brasil ficou conhecida como “cooper”:

— O futebol não pode ser tão impróprio para a mulher desde que se divulgaram os trabalhos do famoso médico desportivo Cooper, que é meu amigo particular e permitiu que minha filha jogasse futebol no colégio.

Na realidade, o decreto-lei de Vargas proibia de forma implícita as mulheres de jogar futebol. Isso ficava subentendido no artigo que falava genericamente das modalidades “incompatíveis com as condições de sua natureza”.

Como muitas mulheres insistiam em ignorar a proibição velada, o CND decidiu deixar tudo mais claro. Em 1965, na ditadura militar, baixou uma norma enumerando os tais esportes incompatíveis. Além do futebol, elas ficaram expressamente proibidas de praticar futsal, futebol de praia, polo aquático, rúgbi, beisebol, halterofilismo e qualquer tipo de luta.

A proibição valia para disputas realizadas em estádio, abertas ao público e organizadas profissionalmente por clube ou federação. Jogos de

várzea ou rua, ainda que indesejáveis, não estavam vetados.

A historiadora Giovana Capucim e Silva, autora do livro *Mulheres Impedidas: a proibição do futebol feminino na imprensa de São Paulo* (Editora Drible de Letra), diz que o veto esteve ligado ao nacionalismo que Vargas impôs ao país no esforço de legitimar a ditadura do Estado Novo:

— No Brasil, o futebol sempre esteve associado à masculinidade e, por tabela, ao poder. Para reforçar a posição do futebol como esporte nacional e símbolo da nossa identidade, era necessário torná-lo ainda mais masculino. Foi o que Vargas fez. Sem que as mulheres pudessem ocupar ou controlar o esporte nacional, os homens detiveram o monopólio do esporte e conservaram o poder em suas mãos.

Capucim e Silva afirma que, no mundo, as mulheres tendem a ser afastadas dos esportes nacionais. Nos Estados Unidos, por exemplo, elas têm pouca presença no futebol americano. Na Austrália e na Nova Zelândia, isso se vê no rúgbi. Na Índia, as mulheres não desfrutam do mesmo prestígio dos homens no críquete e no hóquei sobre a grama.

A historiadora lembra que nos Estados Unidos o futebol, chamado de “soccer”, é mais feminino do que masculino e explica:

— Não existe esporte que seja masculino ou feminino por si mesmo. Trata-se de uma construção, uma interpretação cultural. Como o esporte é uma invenção humana, ele ganha o significado que lhe damos. Sendo construído, o significado cultural também pode ser desconstruído.



MIDE/DIVULGAÇÃO

A nadadora Maria Lenk, que em 1977 falou em CPI sobre a situação das mulheres no mundo esportivo

CONTINUA PROIBIDO O FUTEBOL FEMININO NO BRASIL

Reuniu-se ontem de manhã o Conselho Nacional de Desportos sob a presidência do Sr. José Maria Paula de Ramos, presidente em exercício.

As principais decisões tomadas foram as seguintes: continua formalmente proibido em todo o território da União a prática do futebol feminino; foi negada ao São Paulo a possibilidade de contratar um segundo jogador estrangeiro; foi devolvido o contrato do jogador Jorge, apresentado pelo América e rasurado, como não podendo ter valor legal.

VITÓRIA DE MARIA ESTER NO TORNEIO DA INGLATERRA

LONDRES, 12 (FP) — A brasileira Maria Ester Bueno, detentora do título, classificou-se para a final de sim-

Notas da *Última Hora* em 1959 tratam da proibição do futebol feminino e também do sucesso da mulher no tênis

A CPI mista de 1977 não tratou exclusivamente da proibição do futebol feminino. Ela teve o propósito mais amplo de investigar a histórica posição subalterna das mulheres na sociedade e propor soluções. A comissão ficou conhecida como CPI da Mulher.

A investigação parlamentar foi aberta a pedido do senador Nelson Carneiro (MDB-Guanabara), na época sob os holofotes por ter escrito a Lei do Divórcio, que estava em discussão no Congresso Nacional e seria aprovada após a conclusão da CPI.

No pedido de criação da CPI da Mulher, Carneiro escreveu que a sociedade brasileira dava às mulheres “tratamento de segunda classe”:

“Já não é possível ignorar a posição de inferioridade atribuída à mulher em todos os setores da atividade humana, situação esta que está refletida não somente no comportamento das pessoas, mas no próprio ordenamento jurídico. Não creio que seja racional manter o status quo, a farsa e o desequilíbrio — a discriminação, enfim — em razão de meros preconceitos, ainda que solidificados durante milênios”.

A ex-nadadora Maria Lenk contou aos parlamentares que sentiu o machismo também nos bastidores do esporte, quando foi a

primeira mulher a tornar-se conselheira do CND. Ela lembrou:

— Eventualmente, o conselho tinha que se pronunciar sobre penalidades dadas aos jogadores [de futebol]. Querendo analisar súmulas dos diálogos havidos entre jogadores e juízes, diálogos certamente não muito corteses, pediam que eu me ausentasse do recinto para não participar disso.

Também lembrou que foi a primeira mulher a dirigir a Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

— Os homens não aceitaram. Em protesto, quem podia se aposentou ou então pediu transferência para outra unidade. Os que permaneceram se colocaram na oposição, mas uma oposição que eu não gostaria de citar aqui, de tão triste que foi. Também foi a primeira vez que um professor, de qualquer dos dois sexos, foi nomeado diretor de uma Escola de Educação Física, até então dominada pelos médicos e pelos militares. Foi uma grande conquista não para o sexo, mas para a classe. Porém, o orgulho do machismo foi mais forte que o interesse da profissão.

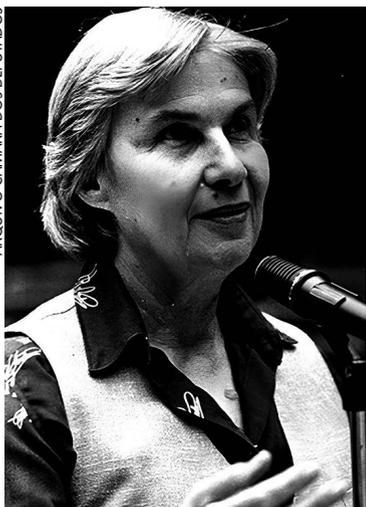
O acervo do Arquivo do Senado também guarda o depoimento dado à CPI da Mulher pela jornalista Íris de Carvalho, que tivera uma coluna sobre tênis nos diários cariocas *Correio da Manhã* e *O Jornal*.

Carvalho lembrou que, numa mesma modalidade, os prêmios dados às campeãs eram invariavelmente mais baixos que os prêmios dados aos campeões:

— No momento em que falo a Vossas Excelências, ocorrem em Londres os preparativos para a comemoração do centenário de Wimbledon, campeonato internacional de tênis. Ao titular da chave masculina caberão 15 mil libras, enquanto à titular da chave feminina restarão 13,5 mil libras, assim mesmo porque as mulheres fizeram greve em revide à disparidade reinante. Cinco anos atrás, ao campeão cabiam 5 mil libras e à campeã, 2,4 mil libras, menos da metade.

Tratando do tênis no Brasil, ela prosseguiu:

— Nossos campeonatos, em geral, não premiam em dinheiro. Somos pobres. Se houver um campeonato, seja ele da cidade, estadual ou nacional, ao titular masculino será oferecida uma taça de primeira grandeza, a maior, a mais bela. Quanto à reservada à titular feminina, será ela um arremedo da que couber ao titular masculino. Nas poucas vezes em que aconteceu prêmio em dinheiro, o agraciado foi o homem, nunca a mulher. Argumenta-se que “os homens conseguem maior público”. Como o garantem? Isso



A deputada Lygia Lessa Bastos, relatora da CPI da Mulher, e o senador Nelson Carneiro, que propôs a criação da comissão de inquérito

já foi realmente precisado? Dentro da discriminação reinante, o resultado não pode ser outro. Sejam dadas às mulheres as mesmas oportunidades de que gozam os homens, e elas mostrarão seu real valor.

Carvalho foi irônica quando mencionou o veto ao futebol feminino:

— Em recente congresso de medicina esportiva, mais uma vez foi defendida a tese de que o futebol é prejudicial à mulher em razão de sua constituição física. Seus joelhos são frágeis! É nobre que os legisladores e os dirigentes se preocupem com a mulher e queiram protegê-la. Tais cuidados não deixam de ser uma discriminação contra o homem, que fica entregue à própria sorte. Certos esportes por ele livremente praticados podem ocasionar-lhe lesões cerebrais irreversíveis, no entanto...

A própria CPI da Mulher, em certos aspectos, refletiu o machismo da sociedade. Dos 22 senadores e deputados integrantes, 21 foram homens. Mulher, só a deputada Lygia Lessa Bastos (Arena-RJ).

Num dos debates, o deputado João Menezes (MDB-PA) comentou:

— Dona Íris [de Carvalho] falou aqui em concurso de beleza, além do esporte, estabelecendo essa diferença entre as mulheres. Podíamos perguntar: não seria isso uma discriminação em relação aos homens? Por que as mulheres têm direito aos concursos de beleza e os homens não têm? Apesar disso, já ocorre uma certa evolução, porque já tem homem desfilando por aí também.

A CPI da Mulher se encerrou em outubro 1977, após seis meses de trabalho investigativo. A elaboração do relatório final coube a Lygia Bastos, a única mulher da comissão. No documento, ela fez uma série de recomendações ao poder público com o fim de diminuir a desigualdade de gênero no Brasil.

Em relação aos esportes, a relatora pediu a revogação das normas que limitavam aqueles permitidos às mulheres. Também recomendou que o poder público estimulasse a presença delas na direção das entidades esportivas.

Aparentemente, a ditadura militar não deu importância para as recomendações da CPI, já que a proibição só começaria a cair dois anos mais tarde — e seria por etapas.

Em 1979, o CND abriu a primeira brecha, com uma norma estabelecendo que as mulheres poderiam praticar qualquer esporte que já estivesse regulamentado pela respectiva entidade internacional.

No caso do futebol feminino, o afrouxamento só não foi completo porque a Federação Internacional de Futebol (Fifa) ainda estava reticente quanto a aceitar mulheres de chuteiras.

No Brasil, um dos adversários da liberação foi o ex-técnico da seleção masculina de futebol João Saldanha. Em 1979, como comentarista esportivo, ele escreveu numa revista:

“Já imaginou, meu jovem leitor? Suponhamos que você está engrenando um papo esperto com uma garota e vem com aquela conversa de passarinho: ‘Escuta, minha filha, meu benzinho, eu acho que dá pé. Eu já sou formado em engenharia. E você, o que faz?’. Aí ela responde curto e grosso: ‘Eu sou zagueiro central de um time lá de Niterói’. Que tal, ah?”

Deixando o sarcasmo de lado, ele acrescentou:

ARQUIVO DO SENADO

- revogar as determinações vigentes que limitam, quanto à mulher, as modalidades de esportes que pode praticar. E assegurar e mesmo estimular a presença de mulheres nas direções dos órgãos desportivos brasileiros, escolhendo para tais missões, ao lado dos homens, aquelas que notoriamente estão capacitadas a oferecer ao País importante contribuição nesse setor.

Trecho do relatório final da CPI que pede a liberação de todos os esportes para as mulheres

“Assisti a algumas partidas entre jogadoras chamadas de primeira qualidade, na Itália e na Inglaterra, e posso garantir que o jogo é feio. Algo assim meio híbrido. Não tem a graça feminina nem o vigor masculino”.

Até Pelé se manifestou na época:

— Pode até ser um passatempo, mas não um verdadeiro esporte para as mulheres.

Em 1983, quando a Fifa avançou e deu sinais de que se abriria para as mulheres, o CDB deu o segundo passo e aprovou a tão esperada norma, que começava da seguinte maneira: “O futebol feminino poderá ser praticado nos estados, nos municípios e nos territórios”. A modalidade ficou submetida às federações estaduais e à Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

De acordo com a historiadora Giovana Capucim e Silva, a ditadura militar passou a ver o futebol feminino com outros olhos depois do êxito brasileiro na Copa do Mundo de 1970. Com a conquista do tricampeonato, os militares experimentaram um aumento de popularidade e calcularam que, liberando o esporte para as mulheres, as taças femininas também poderiam vir, o que poderia gerar mais apoio ao governo autoritário.

A historiadora entende que a proibição deixou um “prejuízo



Em pé: Jurema, Lucinho, Carla, Calinha e Fernando. Agachadas: Margareth, Pelezinha, Belinha, Alice, Elielza e Nírcia

Margareth, uma goleira que ainda está invicta

Margareth, do Radar, representa talvez o caso único na história do futebol: é uma goleira que nunca sofreu um gol sequer. Outro detalhe pitoresco é que ela nem usava na posição há três meses atrás. Usava como contraventor e passou para o gol após a excursão realizada pelo Radar à Espanha, durante a Copa do Mundo.

O técnico Roberto convenceu-a a jogar como goleira por ser a mesma posição que ela ocupou no handebol, modalidade na

qual se destacou e chegou à Seleção Brasileira. Porém, explica Margareth, há uma diferença muito grande entre ser goleira de futebol e de handebol:

— Para começar, o gol é diferente. O do futebol é muito maior que o de handebol, que tem as dimensões iguais ao do gol de futebol de salão. A bola de handebol é menor e o goleiro exercita um outro tipo de reflexo, pois o jogo é praticado com as mãos.

Sua adaptação, entretanto, não foi difícil. Algumas noções, segundo ela, são básicas, tanto para o goleiro de futebol quanto de handebol. Margareth, que é formada em educação física e estuda fisioterapia – joga no Flamengo e no time da Suam –, afirma que só precisou treinar a ponte, coisa que não existe no handebol. Na sua opinião, o futebol feminino não prejudica a mulher: — É uma forma de exercitar o corpo como outro qualquer. O risco de uma bolada no peito é o mesmo de uma cortada no vôlei.

excursionou à Espanha, durante a Copa do Mundo.

Há cerca de três meses, numa partida contra o time feminino do Cruzeiro, em Belo Horizonte, vencida pelas cariocas por 4 a 0, houve uma arrematada de Cr\$ 2,2 milhões – a Cr\$ 200 cada ingresso –, que foi destinada a um hospital mineiro. Agora, o time pretende excursionar ao Haval e Estreitos dos Unidos.



Loura, do Her, levou uma bolada no peito e saiu carregada

Loura leva uma bolada no peito

Embora todas as praticantes do futebol feminino procurem minimizar os perigos e contusões, na partida de ontem várias jogadoras se machucaram. A maioria sofreu apenas escoriações, provocadas pela própria areia, mas houve um caso um pouco mais grave: a contraventora Loura, do Her, levou uma bolada no peito e sentiu muitos dores durante alguns minutos. Foi retirada de campo e substituída por Lucinha.

Mas a contusão da companheira não intimidou as outras mulheres, que continuaram jogando com a mesma disposição. Algumas se queixaram de lances mais rápidos. Porém, cada jogadora violenta era criticada pelas companheiras de agressora.

Pelezinha, por exemplo, o destaque do jogo, considerou “normal” a contusão de jogadora do Her. Na sua opinião, a mulher não é mais frágil do que o homem.

Jornal *Última Hora* noticia torneio de futebol feminino na praia de Copacabana em 1983, ano da liberação do esporte

A seleção brasileira enfrenta a panamenha na Copa do Mundo Feminina de 2023, na Austrália



THAIS MAGALHÃES/CBF

incalculável” no Brasil porque, mesmo passados tantos anos da liberação, ainda é forte a crença de que futebol não é para mulher:

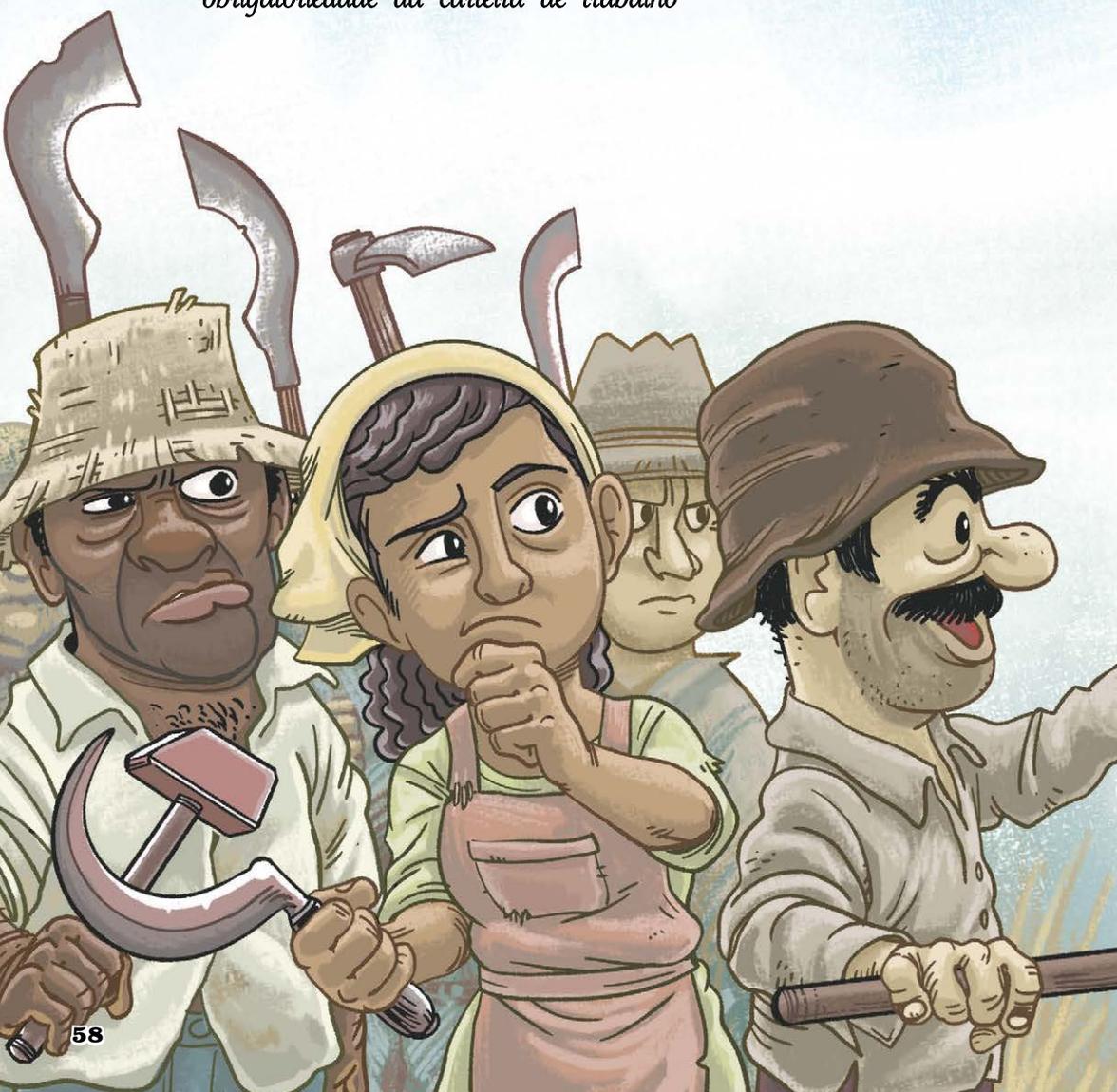
— Passamos quatro décadas sem ver mulheres no futebol. Houve, claro, aquelas que enfrentaram o sistema e jogaram na clandestinidade, mas não apareceram para a sociedade. Mesmo liberado, o futebol feminino não foi imediatamente levado a sério. Vendeu-se mais o corpo das mulheres do que a performance esportiva. Grande parte dos brasileiros não está acostumada a vê-las no futebol. Muitos até se incomodam, repudiam, entendem que o esporte é inadequado para elas. Jogadoras que hoje são profissionais tiveram que enfrentar a família e até sair de casa para se dedicar ao futebol.

Ela diz que o poder público tem hoje a obrigação de promover o futebol feminino:

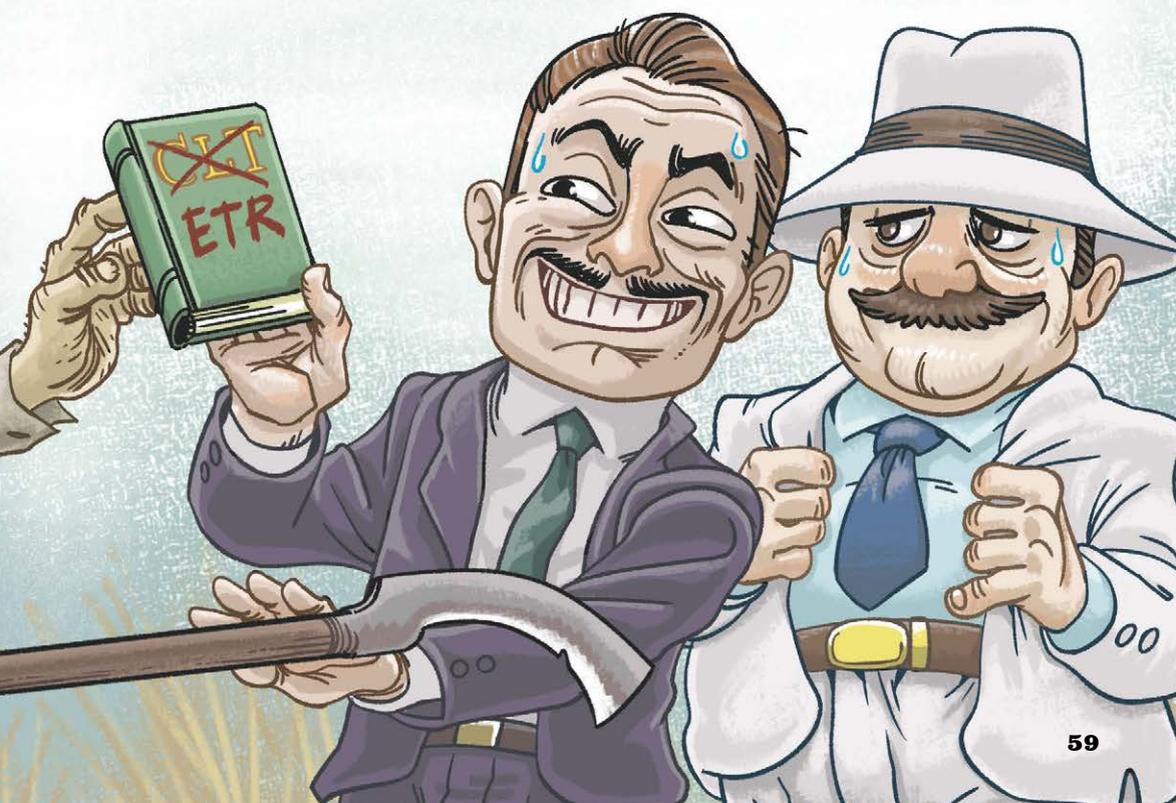
— Se foi o Estado que proibiu o esporte por tanto tempo e levou às dificuldades que vemos agora, não há nada mais justo do que promover medidas de reparação. Elas começam a aparecer, como a liberação dos funcionários públicos durante os jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2023. Mas ainda há muito a fazer. Uma das medidas mais urgentes é investir no futebol de base. É praticamente impossível formar atletas profissionais sem incentivar e financiar as crianças e as adolescentes.



Lei rural assinada em 1963 previu jornada de oito horas, aviso prévio, remuneração nunca inferior a um salário mínimo, descanso semanal, férias remuneradas e sindicalização, além da obrigatoriedade da carteira de trabalho



Camponês recebeu direitos depois de trabalhador urbano



O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214), sancionado pelo presidente João Goulart em 1963, foi a primeira grande lei brasileira que previu direitos específicos para os camponeses.

O histórico estatuto lhes garantiu, por exemplo, jornada de oito horas, aviso prévio, remuneração nunca inferior a um salário mínimo, descanso semanal, férias remuneradas e sindicalização, além da obrigatoriedade da carteira de trabalho — direitos negados até então.

A lei tirou a população do campo do esquecimento. Na cidade, o operariado contava desde os anos 1920 com um número razoável de direitos trabalhistas, que foram ampliados e compilados em 1943 pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT — Decreto-Lei 5.452), assinada pelo presidente Getúlio Vargas e vigente até os dias de hoje.

Quem apresentou o projeto do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1960, foi o deputado Fernando Ferrari (MTR-RS). Documentos da época guardados hoje no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que o projeto encontrou pouca resistência no Senado e na Câmara dos Deputados e foi aprovado, três anos depois, com relativa facilidade.

O senador Saulo Ramos (PTB-SC) discursou pedindo a aprovação

Trabalhadores rurais passaram a ter proteção legal em 1963



NATANAEL GUEDES/CPDOC JB

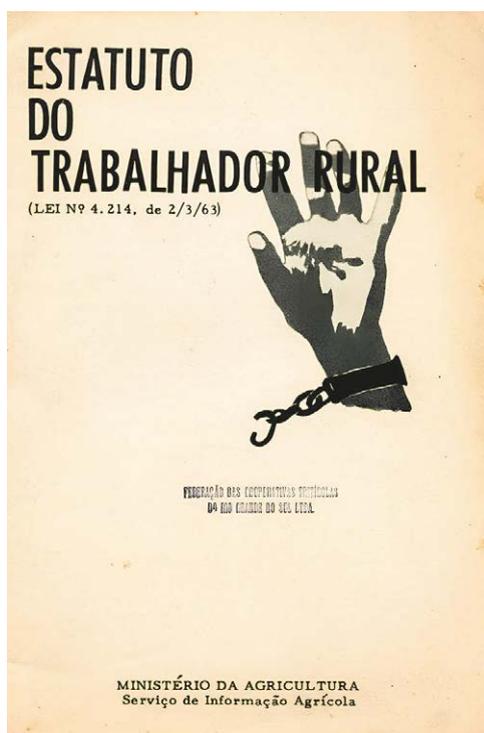
do estatuto:

— A assistência dos trabalhadores urbanos foi outorgada pelo saudoso presidente Vargas. A sua clarividência evitou a extensão simultânea da legislação trabalhista ao homem do campo. Teria sido um erro de consequências imprevisíveis devido às peculiaridades das lavouras. No atual estágio, porém, o atendimento jurídico e previdenciário dos trabalhadores rurais é necessário e impostergável. A consciência desses direitos já invade a classe dos párias campesinos. O projeto de Fernando Ferrari equaciona com clareza meridiana as peculiaridades do labor rural.

Em 1963, quando o Estatuto do Trabalhador Rural entrou em vigor, já fazia 75 anos que a Lei Áurea (Lei 3.353, de 1888) havia sido assinada. A CLT chegou a dar um ou outro direito aos camponeses, mas diversos fazendeiros ignoravam a lei e se sentiam livres para explorar a mão de obra mais ou menos como nos tempos da escravidão.

O senador Nelson Maculan (PTB-PR) denunciou os resquícios do regime escravista:

— Enquanto houve avanço em relação às leis conquistadas pelos trabalhadores das indústrias e do comércio e aos direitos e vantagens obtidos pelo funcionalismo público civil e militar, arbitrariedades de toda ordem se verificam em nosso sertão todos os dias. Mantemos as mesmas fórmulas que nos legaram nossos antepassados. Se a Constituição diz que “todos são iguais perante a lei”, temos de dar também ao trabalhador rural as necessárias garantias para que a paz se estabeleça nas zonas agrícolas. Não pode mais um formador de café, um colono ou um meeiro ser despojado



Texto do Estatuto do Trabalhador Rural
distribuído na década de 1960 pelo governo

de seus direitos.

Entre os abusos mais comuns, fazendeiros retinham o salário, cobravam preços exorbitantes por moradia, alimentação e instrumentos de trabalho, negavam descanso, não se responsabilizavam por acidentes, proibiam a saída da propriedade e expulsavam os idosos que já não tinham forças para trabalhar.

Na avaliação que o sociólogo e historiador Caio Prado Júnior expressou na época, o efetivo cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural significaria “uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888”.

Não era pequena a população explorada. Naquele momento, existiam mais trabalhadores no campo do que na cidade. Cerca de 65% da população vivia na zona rural. Atualmente, apenas 15% dos brasileiros habitam o campo.

Os documentos históricos do Arquivo do Senado também indicam que não foi apenas o senso de justiça social que fez os parlamentares aprovarem o Estatuto do Trabalhador Rural. Dois temores tiveram peso na decisão.

Um deles era o de que os camponeses, fartos da exploração, acabassem



REPRODUÇÃO/DOCUMENTOS REVELADOS

Trabalhadores das Ligas Camponesas, a principal organização de luta pela reforma agrária nas décadas de 1950 e 1960

bandeando para o lado dos comunistas e embarcando na luta de classes e na revolução.

O segundo temor era o de que esses mesmos trabalhadores, sem terem no horizonte melhores condições de trabalho e vida, fizessem uma reforma agrária na marra, prejudicando os latifundiários.

Nenhum dos dois medos era infundado. As tensões entre direita e esquerda ameaçavam explodir naquele momento. O mundo vivia em plena Guerra Fria e o Brasil estava a um ano do golpe militar de 1964. Os movimentos sociais na zona rural cresciam e podiam sair do controle.

O senador Afrânio Lages (UDN-AL) foi um dos políticos preocupados com essa “bomba-relógio”. Num discurso, ele pediu paz no campo:

— Faço aqui referência ao papel que o clero brasileiro vem desempenhando, principalmente no Nordeste, na luta a favor da modificação agrária por meio de processos pacíficos, de princípios cristãos, sem usar métodos violentos, transformando as Ligas Camponesas, que lá surgiram por elementos subversivos, em instrumentos de paz e em prol do progresso da agricultura brasileira.

As Ligas Camponesas, criadas no interior de Pernambuco e da Paraíba e depois levadas a outros estados, foram a mais célebre e temida das organizações dedicadas a combater a exploração do trabalhador rural e pressionar pela reforma agrária.

Elas fizeram greves e entraram em confronto com fazendeiros e forças policiais. Em alguns casos, conseguiram ganhar as terras pleiteadas. Seu principal líder foi o deputado estadual pernambucano Francisco Julião (PSB), eleito deputado federal em 1962.

Os senadores Lima Teixeira (PTB-BA) e Novaes Filho (PL-PE), proprietários de plantações de cana e engenhos de açúcar no Nordeste, criticaram o cabeça dos camponeses.

— Admira-me que esse pequenino Julião esteja fazendo tanto movimento no país. Alguma coisa ele deve possuir para despertar tão grande atenção — afirmou Lima Teixeira.

— Vossa Excelência sabe que o Sr. [Luís] Carlos Prestes também não é de grande estatura e fez muito movimento no Brasil — respondeu Novaes Filho, referindo-se ao mais falado líder comunista brasileiro.

Embora Julião tenha assegurado em diversas ocasiões que não era comunista, o senador Fernandes Távora (PTB-CE) disse que isso não



O deputado Francisco Julião, o primeiro-ministro Tancredo Neves, o presidente João Goulart e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, participam do 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte

era verdade:

— O deputado Francisco Julião não é simplesmente um demagogo vulgar, mas um instrumento dos moscovitas que está promovendo em todo o Nordeste uma verdadeira revolução com a arregimentação do pessoal sofredor para uma insurreição contra a ordem atual. As suas viagens a Cuba, as suas manifestações e o seu procedimento demonstram ser ele homem perigosíssimo.

Távora ainda deixou um alerta:

— O nosso governo deve amparar a pobreza do Nordeste, evitando assim a sua bolchevização. Deve também tomar as mais severas providências contra o deputado Francisco Julião. Do contrário, seremos levados à guerra civil.

O senador pernambucano Novaes Filho lembrou o histórico “maléfico” do deputado:

— O Sr. Francisco Julião iniciou suas atividades como advogado dos trabalhadores rurais, procurando descobrir as dissensões, os desentendimentos e os reclamos para propor ações contra os proprietários em Pernambuco. Essa advocacia cresceu. Ele, tomando gosto, fundou então as

Ligas Camponesas, que não têm feito outra coisa no meu estado senão criar atritos, incompreensões, dissídios e ódio entre trabalhadores e proprietários rurais.

Ele leu no Plenário uma reportagem do *Jornal do Brasil* noticiando que o Exército tinha a informação de que Julião pretendia hastear a bandeira de Cuba nos redutos das Ligas Camponesas e que, se isso de fato ocorresse, os militares partiriam para o ataque. Uma das marcas da Revolução Cubana, de 1959, foi a reforma agrária.

Ao ouvir um colega ponderar que tal notícia parecia exagerada, já que a eventual decisão de punir caberia à Justiça, e não ao Exército, o senador Novaes Filho rebateu:

— Vossa Excelência há de convir comigo que nenhuma informação pode ser mais insuspeita e serena do que a do Serviço Secreto do Exército, porque o Exército não tem partido. Os generais que comandam as regiões militares nos estados são homens acima das tricas partidárias, homens superiores, homens que jamais entoarão os cânticos desse ou daquele grupo. Quando o Exército deliberou alertar os poderes públicos, é porque tinha razões de sobra para fazê-lo.

No entender do senador baiano Lima Teixeira, a extensão dos direitos trabalhistas à zona rural acalmaria a população do campo e, por tabela, enfraqueceria as Ligas Camponesas e o comunismo. Ele argumentou:

— A penetração do comunismo na área rural pode, mais depressa do que se pensa, transformar-se num perigo capaz de conduzir à subversão da ordem. Há um grande número de trabalhadores que vivem abandonados à própria sorte, muitos sem teto, sem terra, sem crédito, sem ânimo, dizimados por endemias e descrentes de qualquer ação de governos. Problemas dessa ordem devem ser resolvidos de acordo com o que a democracia nos aconselha. Teremos que competir com o deputado Francisco Julião adotando medidas de assistência aos trabalhadores, providências que contribuam para reavivar a crença dos descrentes do poder público.

Alguns senadores calculavam que, uma vez concedidos direitos aos trabalhadores do campo, a tão clamada reforma agrária poderia ser empurrada para um futuro bem distante ou até mesmo sepultada. Era como se os latifundiários aceitassem entregar os anéis para não perder os dedos. Lima Teixeira continuou:

— Não se pode levar a efeito a reforma agrária sem se promoverem

facilidades do crédito agrícola, sem se proporcionar a abertura de estradas ligando todas as regiões do país e sem haver a preparação do homem para o trabalho da terra. O pobre colono, secularmente sujeito a uma servidão colonial, não tem aptidão para passar a ser produtor sem contar com uma orientação imediata. Não basta entregar a um simples trabalhador de enxada a gleba para se admitir que ele a faça produzir. É um engano terrível de quem assim pensa.

O senador cearense Fernandes Távora concordou:

— É preciso que, depois de dividida a terra, cada agricultor seja completamente assistido. É evidente que isso não se consegue com brincadeira, mas necessita-se de um capital imenso. Enquanto o Brasil não tiver recursos para distribuir a esses agricultores, não vale a pena tomar terra de ninguém. Por conseguinte, o problema básico é o financiamento do homem do campo, mas o financiamento completo.

Batendo na mesma tecla da incapacidade do povo da roça, o senador Caiado de Castro (PTB-DF) narrou aos colegas um episódio que ele próprio vivera no início da década de 1940 como tenente-coronel:

— Comandava eu uma tropa em Mato Grosso quando o presidente Vargas ali esteve percorrendo todo o interior. Chegando até os confins, o saudoso presidente chamou um caboclo e disse-lhe que, se tivesse forças



Manifestação das Ligas Camponesas no Recife em 1960: Fidel Castro simboliza o desejo de reforma agrária

para fazer a reforma agrária, dar-lhe-ia um pedaço de terra para que ele a trabalhasse. O caboclo declarou-lhe: “Seu doutô, quando eu tiver terra e casa, não vou mais trabalhar, não, sinhô”. Daí eu dizer que, além de crédito, máquinas e recursos, é imprescindível a educação. Se não prepararmos o agricultor, a reforma agrária será um trabalho perdido. E, para educar um povo, torna-se necessário muito dinheiro.

Imediatamente após a aprovação no Congresso Nacional, João Goulart sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural. Apoiador das causas camponesas, o presidente da República participou em 1961, ao lado do deputado Francisco Julião, do 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte.

O deputado Fernando Ferrari, autor do estatuto, morreu três meses depois de a lei ser sancionada, em 25 de maio de 1963, aos 41 anos de idade, num acidente de avião. É em homenagem a ele que em 25 de maio se comemora no país o Dia do Trabalhador Rural.

Vigorando o Estatuto do Trabalhador Rural, alguns parlamentares logo cobraram a aprovação da reforma agrária, entre os quais o senador Aarão Steinbruch (MTR-RJ), autor do projeto de lei que dois anos antes criara o 13º salário para os trabalhadores urbanos. Steinbruch pediu que a Constituição de 1946 fosse reformada para facilitar a desapropriação de terras.

João Goulart, simpático à reforma agrária, incluiu-a entre as chamadas reformas de base. O apoio do mandatário à reforma agrária foi, segundo os historiadores, um dos fatores que levaram à reação de grupos conservadores civis e militares e ao golpe de Estado em 1964.

Com os generais no poder, o deputado Francisco Julião perdeu o mandato na Câmara e se exilou no México, as Ligas Camponesas foram fechadas e a redistribuição de terras foi abortada.

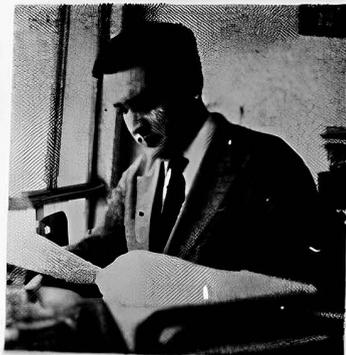
O historiador Renan Vinicius Magalhães, que escreveu uma tese de doutorado na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) sobre a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, explica por que os direitos trabalhistas demoraram a chegar ao campo:

— Mesmo com a industrialização promovida por Getúlio Vargas, os latifundiários continuaram sendo politicamente poderosos e conseguiram barrar todas as tentativas. A economia brasileira só passou a ser majoritariamente industrial no governo Juscelino Kubitschek. Foi nesse momento

Conheça seus direitos

Sem Sindicatos a Lei será letra morta

Dr. Cícero Viana



A Lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963, promulgou o **ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL**, regendo as relações de emprego no campo, isto é, as relações provenientes do contrato de trabalho rural. O texto que temos em mãos foi publicado ainda antes da apreciação dos vetos do Presidente da República à Lei aprovada pelo Congresso, motivo pelo qual esta primeira análise não abordará em detalhe a questão. Ficaremos somente no estudo geral do assunto.

A luta pela extensão total da proteção trabalhista ao homem do campo vem de longa data, pois, enquanto os trabalhadores da cidade contavam, há muito, com a Consolidação das Leis do Trabalho para a defesa de seus direitos, os trabalhadores rurais pouquíssima proteção tinham, pois a eles se aplicavam uns poucos dispositivos da Consolidação e muitos através de interpretação dos Tribunais apenas. No mais, as relações de trabalho eram regidas pelo Código Civil aplicado em 1916, época em que eram totalmente diferentes das de hoje as condições sociais e em que os donos da terra, fazendeiros, latifundiários, etc., eram as forças dominantes, sem contraste, na sociedade brasileira. Por isto mesmo, o Código Civil praticamente não protegia em nada o trabalhador do campo, que ficava totalmente a mercê do patrão.

CONQUISTA

Neste sentido, o **ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL** é uma conquista importantíssima para a classe dos homens do campo, pois lhe veio assegurar, por força de Lei expressa, inúmeros direitos até então inexistentes e que os senhores da terra faziam questão de negar.

Algumas coisas devem ser ditas, porém, antes de passarmos ao estudo do texto da Lei.

A **PRIMEIRA** delas — a mais importante — é que o **ESTATUTO** não é um presente de ninguém e não caiu do céu por descuido ou por bondade. O **ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL** é produto em primeiro lugar, das transformações da sociedade brasileira, na qual hoje em dia a burguesia industrial

do uma saída legal para uma situação que poderia ser explosiva.

SINDICATO É A FORÇA

OUTRA COISA que não pode deixar de ser lembrada aqui para os nossos leitores do campo, é que o **ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL**, por si só, não vai resolver coisa nenhuma para os 45 milhões de brasileiros que trabalham no campo desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul. Se as massas camponesas não se organizarem firmemente nos Sindicatos Rurais a Lei será letra morta na maior parte do território brasileiro, onde os patrões terão todos os meios para burlar os direitos de seus empregados, senhores ou não do poderio econômico e, até certo ponto, da Justiça.

Coluna publicada em 1963 no jornal *Terra Livre*, dedicado aos camponeses, comemora a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural

que o monopólio do poder no Brasil nas mãos dos latifundiários começou a ser diluído.

Segundo Magalhães, é um equívoco interpretar os direitos trabalhistas como um presente do poder público ou uma tardia reparação dos históricos abusos no campo. Tratou-se, isso sim, de uma conquista dos próprios trabalhadores rurais:

— Os trabalhadores foram protagonistas da mudança. A legislação só veio quando o movimento camponês se organizou, se espalhou pelo país e fez pressão. Eles protestaram, fizeram greves, deixaram de pagar o arrendamento a latifundiários, reivindicaram terras e recorreram com frequência aos tribunais exigindo que os poucos direitos que a CLT lhes garantia fossem cumpridos. O mesmo ocorrera com os direitos do trabalho na cidade, que não foram uma benevolente concessão de Vargas. As leis trabalhistas foram resultado da pressão dos próprios operários, que fizeram greves históricas contra os abusos, como a que paralisou São Paulo em 1917. Tanto no campo quanto na cidade, as mudanças não caíram do céu.

O historiador lembra que os imigrantes europeus que vieram trabalhar nas cidades brasileiras após a abolição da escravidão, em especial os italianos e os espanhóis, trouxeram ideologias como o anarquismo e rapidamente se organizaram contra a exploração. No campo, ao contrário, persistiu a cultura dos tempos da escravidão, caracterizada pela



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL

O deputado federal gaúcho Fernando Ferrari, autor do projeto que deu origem ao Estatuto do Trabalhador Rural



Grupo de trabalhadores é resgatado do corte de madeira para a produção de carvão vegetal no Ceará: escravidão contemporânea

subalternização dos trabalhadores. Essa é outra razão da chegada tardia dos direitos trabalhistas à zona rural.

O Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado em 1973, na ditadura militar, e substituído por outra lei. O grosso dos direitos foi preservado.

— O estatuto é uma lei histórica porque inaugurou uma nova cultura no campo, moderna, afastada daquela longa tradição vinda dos tempos da escravidão — continua o historiador Renan Magalhães. — Isso, no entanto, não significa que a mentalidade escravista foi abolida. Hoje, com frequência, surgem notícias de trabalhadores resgatados que passaram anos em situação de escravidão contemporânea. Não seria exagero dizer que a escravidão só não existe mais no Brasil como regra porque foi proibida por lei, já que, mesmo proibida, ela ainda existe.

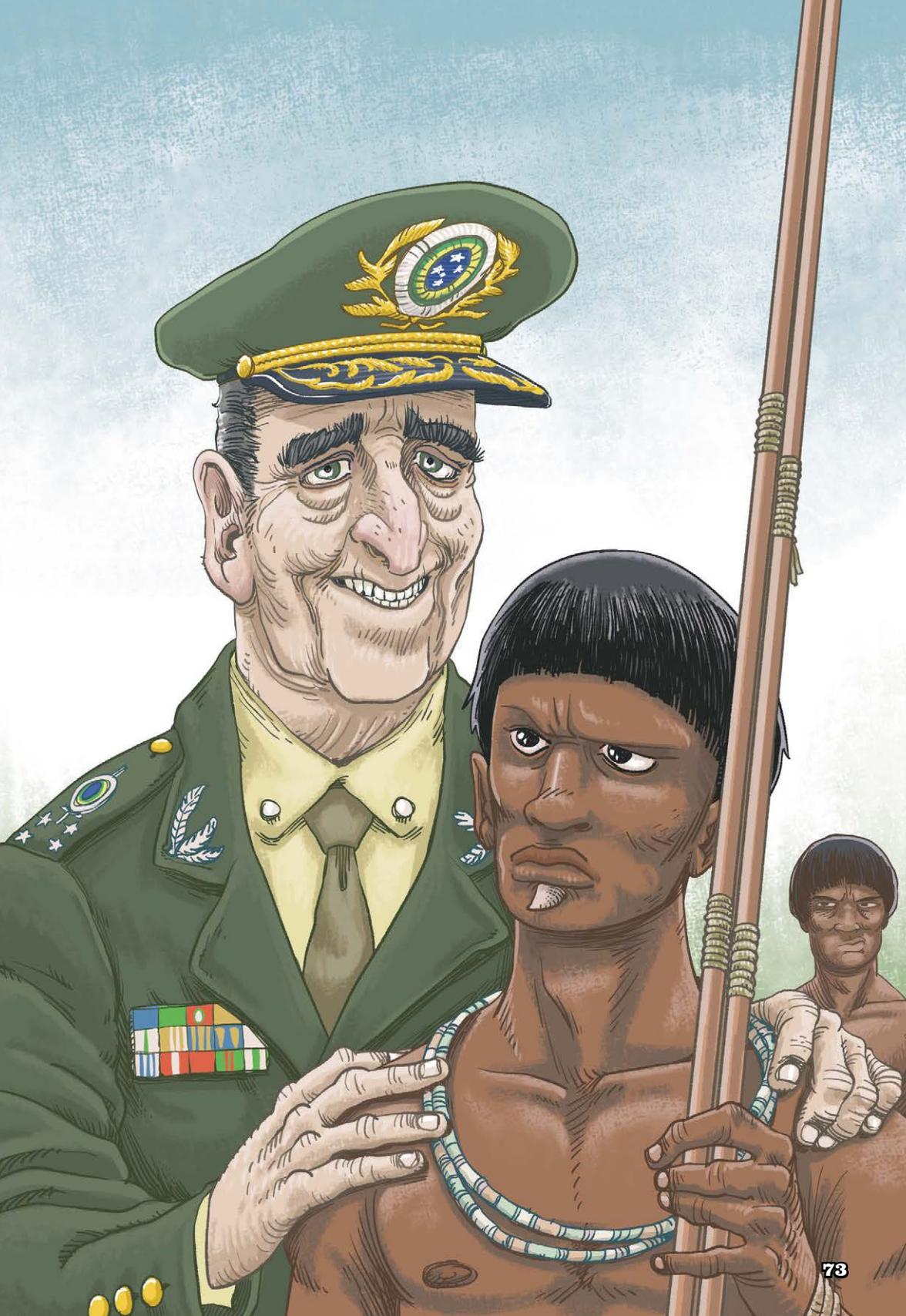
De acordo com o Ministério do Trabalho, as autoridades soltaram em torno de 2,5 mil pessoas em 2022 em todo o Brasil, em especial na zona rural, sem direitos básicos como a liberdade de ir e vir. Foram, em média, sete trabalhadores libertados por dia.



Estatuto do Índio surgiu para afastar acusação de genocídio

Casos de violência contra povos originários eram recorrentes. No entender da ditadura militar, a lei, criada em 1973, neutralizaria essas denúncias, que eram reiteradamente feitas por jornais, políticos e organismos estrangeiros





O Estatuto do Índio (Lei 6.001), que é a principal lei de proteção dos povos indígenas do Brasil, determina que os indígenas têm direito à demarcação e à posse das terras que ocupam, devem ter seus valores culturais respeitados e precisam ser protegidos pelo Estado.

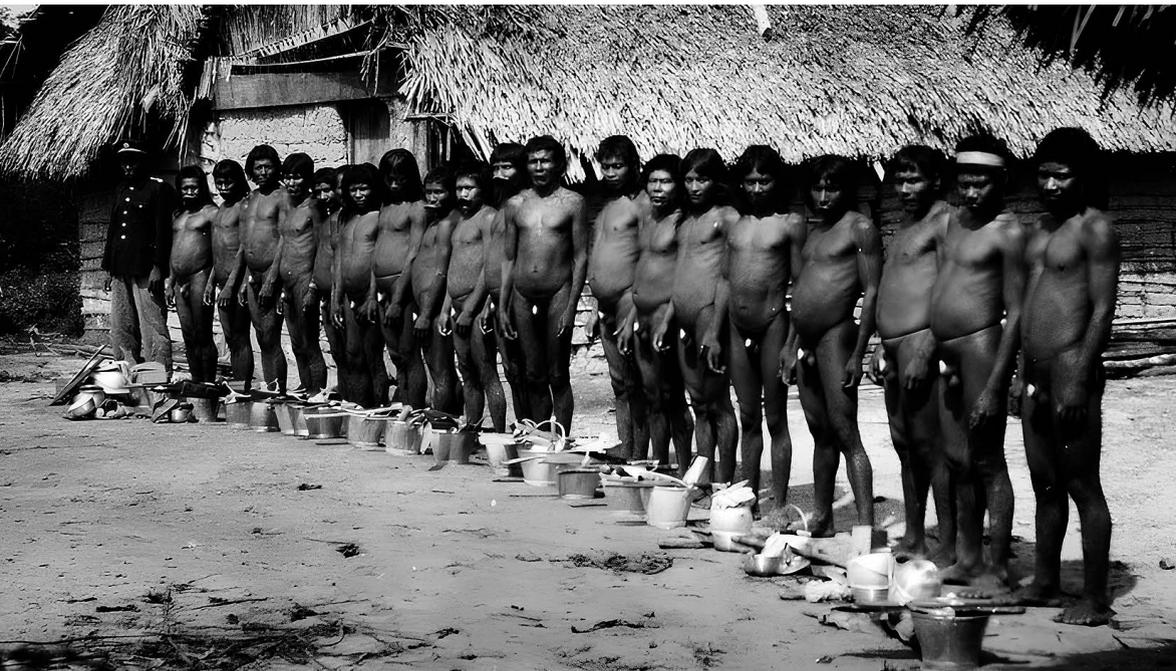
Não foi por benevolência, no entanto, que o presidente Emílio Garrastazu Médici assinou em 1973 o Estatuto do Índio — em vigor até hoje.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que a ditadura militar se empenhou na criação do estatuto porque o Brasil vinha sendo acusado no exterior de genocídio dos povos originários.

No entender dos militares, a nova lei neutralizaria as denúncias, que eram reiteradamente feitas por jornais, políticos e organismos estrangeiros.

Entre 1970 e 1973, período em que o projeto do Estatuto do Índio permaneceu em discussão no Congresso Nacional, senadores tanto da Arena (partido de sustentação da ditadura) quanto do MDB (partido de oposição consentida) refutaram diversas vezes as acusações de genocídio.

ARQUIVO NACIONAL/FUNDO CORREIO DA MANHÃ



Indígenas do povo kayapó: Estatuto do Índio foi criado em 1973

LEI Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

O P R E S I D E N T E D A R E P U B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

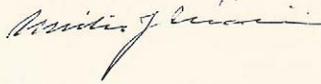
T Í T U L O I

Dos Princípios e Definições

Art. 1º - Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.

Art. 68 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de dezembro de 1973;
1529 da Independência e 859 da República.



Trechos do
Estatuto do Índio
com a assinatura
do presidente
Emílio Garrastazu
Médici

O senador Vasconcelos Torres (Arena-RJ) discursou:

— Somos cinicamente acusados de genocídio, numa tremenda campanha de imprensa contra o Brasil de graves repercussões internacionais.

Para o senador Adalberto Sena (MDB-AC), não haveria problema se os jornais estrangeiros se limitassem a citar as arbitrariedades políticas do regime militar, como a cassação de mandatos:

— Nada teríamos a dizer disso, porque realmente constitui uma anormalidade. Contudo, eles têm deixado de lado esses fatos para se apegarem a mentiras. Uma dessas balelas é a de que tratamos mal e chegamos mesmo a matar índios. Todos sabemos que não é verdade. Não existe nenhuma ação governamental no intuito de eliminar aqueles que foram os primeiros habitantes da nossa terra.

O senador Mem de Sá (Arena-RS) ficou furioso ao saber que partiram acusações até do Senado dos Estados Unidos, mais especificamente do gabinete de Edward Kennedy, irmão do falecido presidente John Kennedy:

— É de pasmar que um senador que leva o nome Kennedy garanta com uma tranquilidade grotesca que “o governo brasileiro admitiu que o Serviço de Proteção ao Índio estava assassinando índios sistematicamente”.

Esse bravo congressista, pelo que se depreende de sua verbiagem, reserva para governos sul-americanos a virilidade das agressões que não se anima a dirigir aos governantes de seu próprio país nem muito menos aos da Rússia, da China ou de Cuba. Se é contra o Brasil, vale tudo. Qualquer asseveraçoão fantasiosa passa a ser dogma no discurso do senador de Massachusetts.

O senador Eurico Rezende (Arena-ES) contou aos colegas que sentiu na pele os efeitos dessa “campanha tremendamente mentirosa” quando esteve em Dakar, capital do Senegal, para proferir uma palestra numa universidade:

— Fui recepcionado com imensa vaia. Alguns estudantes mais exaltados não queriam que eu fizesse a conferência. Fiquei perplexo. O vice-reitor me disse que os jornais da Europa tinham intoxicado a opinião pública do Senegal noticiando que no Brasil se praticava o genocídio, isto é, que o governo estimulava o extermínio das tribos. Com muita dificuldade, falei alguma coisa. Não pude terminar a conferência. Quase toda a imprensa alemã e parte da imprensa francesa cometem uma injustiça para com o Brasil, exibindo uma mentira que contaminou a África inteira.

O senador Benedito Ferreira (Arena-GO) apontou o jornal francês *Le Monde* como um dos mais engajados:

— O *Le Monde*, comprometido com o esquerdismo, muito se prestou à terrível campanha provavelmente por haver a afinidade da raça [entre Brasil e França], por existirem ligações históricas ou por lá terem montado o tristemente famoso “comitê” de tentativa de desmoralizar e comunizar o Brasil.

De acordo com o senador José Lindoso (Arena-AM), as acusações de genocídio não condiziam com a índole do brasileiro:

— O índio representa aquele que foi o dono primeiro da terra, com o qual estamos dialogando na construção de uma civilização, esta civilização brasileira representada por uma democracia racial, sem abismos entre grupos de raças ou de qualquer outra espécie, porque as pontes são as da solidariedade, do diálogo e da fraternidade cristã.

Na defesa do governo, o senador Luiz Cavalcante (Arena-AL) foi ainda mais longe:

— Médiçi é hoje nome que está até na maloca dos índios. E não somente maloca. Também está nos corações dos que nela habitam.

De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, de 2014, pelo menos 8.350 indígenas morreram comprovadamente em decorrência de violências diretas e omissões do governo brasileiro entre 1946 e 1988, período que inclui a ditadura militar (1964-1985).

O documento avalia que o número real de mortos deve ser “exponencialmente maior”, mas é impossível de ser determinado porque muitos casos não foram documentados.

A virada dos anos 1960 para os anos 1970 foi caracterizada pelo incentivo da ditadura à ocupação da Amazônia. Os generais no poder acreditavam que essa era uma região despovoada e, como tal, vulnerável a infiltrações “subversivas” e invasões estrangeiras.

Com o intuito de garantir a segurança nacional e, ao mesmo tempo, construir o “Brasil grande”, o governo militar investiu pesado na abertura



REPRODUÇÃO/ARQUIVO FUNAI

Indígenas do povo cinta larga, habitantes da divisa entre Mato Grosso e Rondônia, num registro da década de 1970: vítimas de massacres

de espaços na floresta para nela assentar pequenos colonos oriundos de outros pontos do país, permitir a instalação de grandes empreendimentos agropecuários, liberar a extração de madeira e minério e construir rodovias e usinas hidrelétricas.

Em 1970, por exemplo, o general Médici lançou o Programa de Integração Nacional (PIN), que incluiu a abertura da rodovia Transamazônica, entre o Amazonas e a Paraíba, e a criação de vilas e comunidades rurais às suas margens. Os slogans do PIN foram “integrar para não entregar” e “terra sem homens para homens sem terra”.

A Amazônia, contudo, não era uma terra sem homens. Os grupos indígenas que viviam nos locais das obras tiveram que sair. Alguns deles jamais haviam tido contato com os brancos.

Cabia à Fundação Nacional do Índio (Funai), comandada por militares, fazer o primeiro contato e tentar convencê-los a se mudarem. Os indígenas que aceitavam acabavam por vezes sendo transferidos para lugares inadequados, sem condições de subsistência ou perto de grupos inimigos.

Os que não aceitavam a mudança por bem, por sua vez, saíam por mal. Os embates entre os indígenas e as forças de segurança pública ou os vigias das obras eram corriqueiros e resultavam em mortes e até massacres. As flechas não tinham como fazer frente às balas.

Embora os problemas tenham sido mais frequentes no Norte, os indígenas foram considerados obstáculos a projetos da ditadura em todas as regiões do Brasil.

O jornalista Rubens Valente, repórter da Agência Pública e autor do livro *Os Fuzis e as Flechas: a história de sangue e resistência indígenas na ditadura* (editora Companhia das Letras), explica por que os generais no poder tinham tanta aversão à palavra “genocídio”:

— Após a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto, a ONU enquadrou o genocídio como crime contra o direito internacional, e o Brasil ratificou a convenção. Por isso, se houvesse alguma acusação formal contra o país, o governo seria julgado pelos tribunais internacionais e poderia ser condenado. Era tudo que a ditadura não queria. A palavra “genocídio” era combatida de todas as formas.

A Comissão Nacional da Verdade usa o termo “genocídio” em alguns trechos do relatório, mas adota com mais frequência a expressão “graves violações de direitos humanos”.

— Trata-se de uma discussão que não é simples, porque envolve a conceituação jurídica de “genocídio” — continua Valente. — De qualquer forma, os povos indígenas que foram submetidos a tantas violações e sofreram perdas monumentais de vidas humanas sentem que o que sofreram foi, sim, um genocídio.

Mais tarde, em 1980, o Brasil foi condenado pela quarta sessão do Tribunal Russell, em Roterdã, por violar direitos humanos dos povos waimiri atroari, yanomami, nambikwara e kaingang de Mangueirinha.

Os documentos históricos do Arquivo do Senado indicam que os parlamentares conheciam a realidade.

Em 1968, antes de o governo propor a criação do Estatuto do Índio, o senador Aurélio Viana (MDB-Guanabara) leu para os colegas uma reportagem do *Correio da Manhã* sobre o chamado Relatório Figueiredo, um extenso documento resultante de uma investigação sobre os abusos cometidos pelo Estado brasileiro contra os indígenas. Foi esse escândalo que deflagrou as críticas internacionais.

O jornal avaliou que as violências descritas no Relatório Figueiredo “só encontram paralelo na ação de extermínio em massa praticada pelo nazismo”. O *Correio da Manhã* seria fechado em 1974, sufocado



Obras de construção da rodovia Transamazônica, no início dos anos 1970

financeiramente pela ditadura.

— Causou-me profunda revolta. A impressão que se tem é a de que o nosso país, pela irresponsabilidade de certos dos seus dirigentes, transformou-se numa segunda Rodésia — discursou Viana, citando a matança no país africano em guerra civil. — Se o mundo está revoltado pela execução daqueles grupos humanos que vêm lutando pelo direito de ser cidadãos da própria pátria, o que não dirá do genocídio que se vem praticando no Brasil por autoridades governamentais? Muitas vezes nos comovemos quando

SERVIÇO MATOU TRIBOS INTEIRAS

O extermínio de tribos inteiras de índios — como a dos patachós, na Bahia — através da inoculação da varíola ou da chuva de dinamite — figura entre os crimes praticados por funcionários do ex-Serviço de Proteção ao Índio, conforme relatório da Comissão de Inquérito apresentado ontem no Ministério do Interior.

O presidente da Comissão de Inquérito sobre Crimes no SPI, sr. Jäder Figueiredo Corrêa, disse que é tal e de tanta gravidade a quantidade de crimes arrolados que já solicitou ao ministro Albuquerque Lima a formação de mais 12 comissões para apurar, em cada inspetoria do ex-SPI, a responsabilidade de um por um dos implicados.

NAZISMO

— Os métodos de tortura usados por funcionários do SPI ou seus cúmplices não ficam nada a dever a ação dos chefes nazistas — disse o sr. Jäder Corrêa, a título de introdução de suas conclusões depois de 10 meses de devassa, nos locais e nos arquivos, do ex-Serviço de Proteção ao Índio.

Até hoje, assegurou, já foram instaladas mais de 150 comissões de inquérito, mas feitas de tal maneira

km, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, tirando fotografias, gravando provas testemunhais e apurando denúncias.

OS MÉTODOS

Impedido de citar nomes, para não comprometer o inquérito, o presidente da Comissão contou alguns dos crimes e seus motivos. Na Bahia, atendendo interesse de fazendeiros que queriam as terras dos índios patachó, funcionários do SPI inocularam varíola num grande número de índios, o que provocou o extermínio da tribo.

No Maranhão, pelo mesmo interesse, a tribo dos *cinta larga* recebeu uma chuva de dinamite atirada de dentro de aviões. Terminado o massacre, um grupo de índios que permaneceu vivo foi metralhado por capangas do fazendeiro. Ao terminar a segunda etapa do ataque, foram encontradas, escondidas, uma índia com uma filha no colo. A criança foi assassinada e a mãe atada por um pé num galho de árvore e depois partida ao meio a facão. O responsável pela autoria deste crime foi encontrado pelo sr. Jäder, vendendo picolé numa rua de Mato Grosso. Nem a Justiça nem o Governo do Estado quiseram tomar qualquer providência contra êle, porque é protegido (empregado) por uma grande emprê-

Em 1968, o jornal *Correio da Manhã* publica notícia sobre o Relatório Figueiredo, com o resultado da investigação de abusos cometidos pelo poder público contra populações indígenas

um africano é assassinado barbaramente e até achamos graça quando se fala no assassinato de um índio.

O senador Clodomir Millet (Arena-MA) também ficou chocado com a reportagem:

— É costume em nosso país usar-se mal a palavra. Chama-se de selvagens, entre nós, essas pobres vítimas indefesas e inermes [desarmadas] da fúria sanguinária e selvagem de homens ditos civilizados.

Em 1973, pedindo a aprovação do Estatuto do Índio, o senador fluminense Vasconcelos Torres mencionou o marechal Cândido Rondon, sertanista que primeiro dirigiu o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e se imortalizou pela defesa das populações indígenas na primeira metade do século 20, e afirmou:

— Os êmulos [antagonistas] de Rondon no SPI se deixaram embotar [cegar] na preservação dos seus ideais humanísticos a ponto de ter sido aquela sigla traduzida, na linguagem candente do ministro [do Interior] Albuquerque Lima, como “Serviço de Prostituição dos Índios”.

O senador Nelson Carneiro (MDB-Guanabara) apresentou um requerimento para que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado se manifestasse sobre a veracidade da denúncia noticiada pelo *Jornal do Brasil* de que em Resplendor (MG) existia um presídio ou reformatório exclusivo para indígenas da etnia krenak.

A ideia original de Carneiro era pedir uma comissão parlamentar de inquérito sobre o caso, mas mudou de estratégia por saber que a oposição não tinha força suficiente para criar CPIs que não fossem do interesse da ditadura.

Numa crítica velada ao regime militar, o senador do MDB argumentou:

— A constatação do que realmente ocorre [em Resplendor] poderá sugerir à douta Comissão de Constituição e Justiça [a elaboração de uma] proposição que discipline a recuperação dos índios delinquentes e certamente ajudará o governo em seu empenho de contraditar os que, no estrangeiro, acusam o Brasil de sistemática política de destruição dos remanescentes indígenas no país.

Na CCJ, a análise inicial coube ao senador governista Osires Teixeira (Arena-GO), que pediu e conseguiu o arquivamento do pedido de Carneiro. Teixeira respondeu:

BR RJMI REL 16-77-42

BJA 1768
MO

MINISTÉRIO DO INTERIOR

BR RJMI REL 16-77-52-101



BR RJMI REL 16-77-52-102

02 040



Página do Relatório Figueiredo, de 1967, que motivou acusações internacionais à ditadura de genocídio indígena

— A Funai não mantém colônia penal em área alguma sob sua jurisdição, não sendo verdadeiras as informações da reportagem. O que a Funai mantém em Resplendor é uma colônia para reeducação de índios desajustados do seu ambiente social. O recolhimento só se faz a pedido da própria comunidade, cujos tuxauas [chefes indígenas] também são consultados pela Funai sobre o retorno do membro faltoso ao seio tribal quando esta já o considera recuperado. Na colônia se ministram cursos de tratadista, capataz rural, oleiro, pedreiro, carpinteiro e horticultor, com o objetivo de ensinar algo de útil que posteriormente será transmitido à própria comunidade.

A recente Comissão Nacional da Verdade concluiu que o que havia em Resplendor era, sim, uma cadeia indígena e que nela ocorreram “trabalho forçado”, “desaparecimento de prisioneiros” e até “morte por tortura no tronco”.

O senador Danton Jobim (MDB-Guanabara) avaliou que a situação das populações originárias era mesmo dramática, mas seria exagero qualificá-la de “genocídio”:

— Tem havido fatos lamentáveis, deprimentes e ignominiosos [vergonhosos] envolvendo silvícolas nas margens da Transamazônica, cuja autenticidade não comporta desmentidos, pois o próprio governo os denunciou. Tem sido difícil às autoridades deter a cobiça dos chamados brancos ou civilizados que se situam perto ou dentro de terras indígenas. Incidentes se sucedem em episódios crudelíssimos, cenas hediondas. No entanto, o suposto genocídio não se pode caracterizar como tal, pois não é fruto de nenhuma política oficial deliberada, mas episódios ligados à luta de posseiros ou grileiros com índios que defendiam seus territórios.

Para o senador Ruy Santos (Arena-BA), o problema todo era imunológico:

— Vou dar uma informação a respeito do genocídio de índios, que, como médico, sempre acompanhei. Há uma razão muito simples para a mortandade: quando entram em contato com a civilização, não estão com a imunidade natural que nós, que vivemos aqui, temos. Se formos apurar os dados estatísticos, encontraremos cifras altas de mortalidade por sarampo, por exemplo.

As doenças, de fato, pesaram. A Comissão Nacional da Verdade afirma, porém, que em certos casos as doenças foram introduzidas em aldeias

GOVÉRNO NEGA: NÃO HÁ TORTURAS NO BRASIL

Nota oficial da Secretaria de Imprensa da Presidência atribui a uma "campanha difamatória" as notícias de torturas em presos políticos e massacre de índios no Brasil. "Não há torturas em nossas prisões. Também não há presos políticos" — afirma. **Página 8**

Correio da Manhã
notícia em 1970
que a ditadura
nega a existência
de massacre de
indígenas

propositalmente e em outras situações o poder público simplesmente se omitiu e deixou de oferecer vacinas antes da chegada da "civilização" às terras indígenas.

O relatório oficial aponta, entre outras cifras, a morte de 90% do povo suyá ocidental, 65% do krenakore, 60% do parakanã e 35% do araweté. Os integrantes da etnia parakanã foram compulsoriamente transferidos de lugar pela Funai cinco vezes entre 1971 e 1977.

Só as obras da rodovia Transamazônica, segundo a ditadura, cortaram terras habitadas por 29 etnias indígenas diferentes, das quais 11 jamais haviam tido contato com os brancos — chamadas na época de tribos "arredias" ou "bravas".

Além de criar o Estatuto do Índio, a ditadura militar adotou várias outras táticas com o intuito de desacreditar as acusações de genocídio. A primeira delas, em 1967, foi fechar o SPI e criar a Funai em seu lugar.

Depois, submeteu o tema a uma comissão mista formada por integrantes dos Ministérios do Interior e das Relações Exteriores e também ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ligado ao Ministério da Justiça. Nenhuma das duas frentes concordou com a tese de genocídio indígena. O Ministério das Relações Exteriores mandou as embaixadas brasileiras darem publicidade ao parecer da comissão mista pelo mundo afora.

Em 1970, a ditadura permitiu que a Cruz Vermelha Internacional fizesse uma averiguação da situação dos indígenas. A missão, contudo,

trabalhou vigiada o tempo todo por agentes do governo. No relatório divulgado em Genebra, a entidade afirmou não ter visto genocídio no Brasil, mas listou tantas recomendações ao governo que se pôde inferir do documento que o país negava, sim, os direitos mais básicos aos povos originários.

Em 1972, os militares conseguiram fazer de Brasília a sede do Congresso Indigenista Interamericano, que teve representantes de diversos países do continente e de organismos internacionais. Segundo o senador goiano Osires Teixeira, o evento foi um sucesso:

— Segundo a Declaração de Brasília, aprovada unanimemente, o Brasil passou a fazer parte da relação de países que mais benefícios levam às populações indígenas. O relatório afirma que o Estatuto do Índio, em vias de se transformar em lei, será a base legal e efetiva para a defesa e o desenvolvimento dos grupos indígenas e poderá oferecer sugestão aos demais países do continente.

Em 1973, a ditadura aproveitou a assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, para distribuir aos países membros um relatório sobre a sua política indigenista traduzido para o inglês.

Na mesma época, os militares levaram o tema a uma conferência da União Interparlamentar (UIP) em Haia. Um dos participantes foi o senador Ruy Carneiro (MDB-PB), que depois contou aos colegas sobre uma tentativa de hostilidade contra a delegação brasileira encabeçada por “um grupo de hippies” em razão da “propalada matança de índios em nosso país”.

Apesar do incidente, ele disse, o Brasil se saiu bem na Holanda:

— O grande salão de festas do Kurhaus, o maior hotel de Haia [onde a delegação brasileira se hospedou], foi revestido de fotografias imensas do Brasil. Apresentavam, por exemplo, cenas referentes aos índios, as quais espantaram os jornalistas quando da entrevista coletiva, porque eram fotografias em que se via o avião da FAB no meio da selva cercado por índios que o recebiam amistosa e calorosamente; outras em que médicos com estetoscópio examinavam índios, e enfermeiras aplicavam injeções; outras, ainda, em que os índios, formados em roda, dançavam homenageando caravanas de brancos.

O senador concluiu:

— Então pudemos perguntar, apontando aos jornalistas holandeses,

se um ditador ou um país em ditadura, que tortura presos, trata os índios da maneira como aquelas fotos mostravam. O que a delegação brasileira fez foi um serviço inestimável de promoção do Brasil e do restabelecimento da verdade a respeito do nosso país.

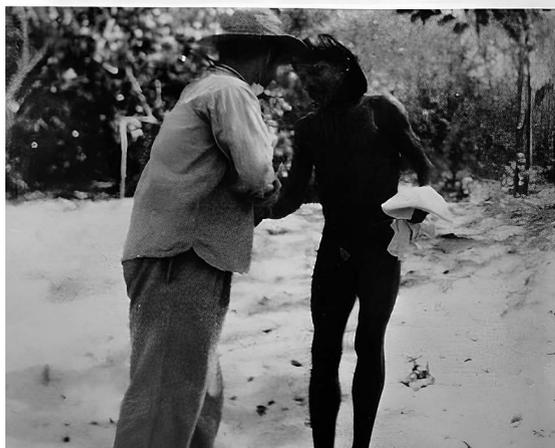
O Estatuto do Índio foi criado do jeito que o general Médici desejava. Do projeto aprovado pela Câmara e pelo Senado, o presidente vetou apenas o artigo que permitia às entidades religiosas atuar nas comunidades indígenas, tal qual haviam feito os catequizadores católicos durante todo o período colonial e imperial.

O temor da ditadura era que entidades desse tipo, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), criado pela Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil (CNBB) em 1972, ajudassem os indígenas a formar um movimento social que pudesse fazer pressão sobre o governo. Para os generais, qualquer grupo organizado tinha potencial “subversivo”.

Apesar de listar uma série de direitos (com frequência desrespeitados), o Estatuto do Índio contém um dispositivo altamente prejudicial aos povos indígenas. É o que estabelece que o Estado buscará “integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional”. Isto é, fazê-los “evoluir”, passando de indígenas (tutelados pela Funai, portanto) a cidadãos comuns (livres da tutela estatal).

REPRODUÇÃO/ARQUIVO FUNAI



Em técnica de aproximação, funcionário do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) oferece presente a indígena do povo xavante na década de 1950

Essa política, chamada de assimilacionista, era apoiada por vários parlamentares. O senador Danton Jobim foi um deles:

— O conflito entre o desenvolvimento das regiões mais interiorizadas do país e as comunidades indígenas isoladas é previsível sempre e mesmo inevitável. O papel da Funai não é propriamente evitar o fim do índio como tal, não é fazê-lo parar num determinado momento da evolução histórica do país. Sua grande missão é tornar o menos penosa possível a integração do silvícola na comunidade nacional, pois essa integração se fará fatalmente.

Jobim prosseguiu:

— Meia dúzia de pessoas que possuem bons títulos universitários quer que o Brasil conserve seus índios numa espécie de zoológico, exatamente como os encontram os portugueses ao chegar aqui Cabral, e dessa forma condenar essa minoria a não progredir. É muito fácil e bonito afirmar, quando se nasce na Noruega ou na Holanda, que o traçado da Transamazônica deveria ter sido alterado para não perturbar a vida de alguns milhares de índios. Mas o Brasil precisa ocupar rapidamente o território nacional e explorá-lo não apenas a seu favor, mas em benefício de toda a humanidade.

De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, a ditadura desejava a rápida integração deles à “comunhão nacional” porque assim deixariam de ser considerados legalmente indígenas e perderiam o direito à terra garantido pelo estatuto, facilitando o desenvolvimento nacional tão almejado pelos militares.

Em termos legais, a política assimilacionista caiu em 1988, com a promulgação da atual Constituição. Pela primeira vez na história do Brasil, a Lei Magna foi elaborada com a contribuição dos povos indígenas. O Estatuto do Índio continua em vigor, mas os seus trechos que contrariam a Constituição caducaram.

De acordo com o jornalista Rubens Valente, a velha política de “desindianização” permanece na prática:

— Uma coisa que não mudou até hoje é este nosso sentimento de superioridade racial que leva à tentação autoritária de determinar ao outro, sem empatia, como ele deve existir. É um sentimento que está presente no poder público, nas empresas, em parte da imprensa, em todos os setores da sociedade. Como queremos que o outro deixe de existir da forma como ele



Indígenas acompanham os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988

é, no fim das contas esse é um comportamento genocida.

Os indígenas do Brasil assistiram em 2023 a dois acontecimentos inéditos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou o Ministério dos Povos Indígenas e o confiou à educadora e militante indígena Sonia Guajajara. Ao mesmo tempo, a Funai passou a ser conduzida por uma indígena, advogada e militante Joenia Waipichana.

Em 2023, o Ministério dos Povos Indígenas elaborou o anteprojeto de uma lei que enfim substituiria o Estatuto do Índio, adaptada à nova realidade. Ao contrário do que ocorreu com a lei de 1973, desta vez os próprios indígenas — incluindo juristas — estavam encarregados da elaboração do texto, que seria submetido ao Congresso Nacional.

O coordenador jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Maurício Terena, foi um dos integrantes do grupo de trabalho criado pelo ministério. Ele afirma:

— O nosso trabalho não se esgotará quando concluirmos a minuta. Teremos que continuar resistindo e lutando. Estaremos vigilantes para que o projeto, uma vez enviado para o Congresso Nacional, não sofra distorções e seja aprovado. Existem interesses econômicos e financeiros fortes

que agem dentro e fora da política e das instituições para que os povos indígenas não exerçam seus direitos e permaneçam subalternos, para que ideologias coloniais e atrasadas continuem vigorando.

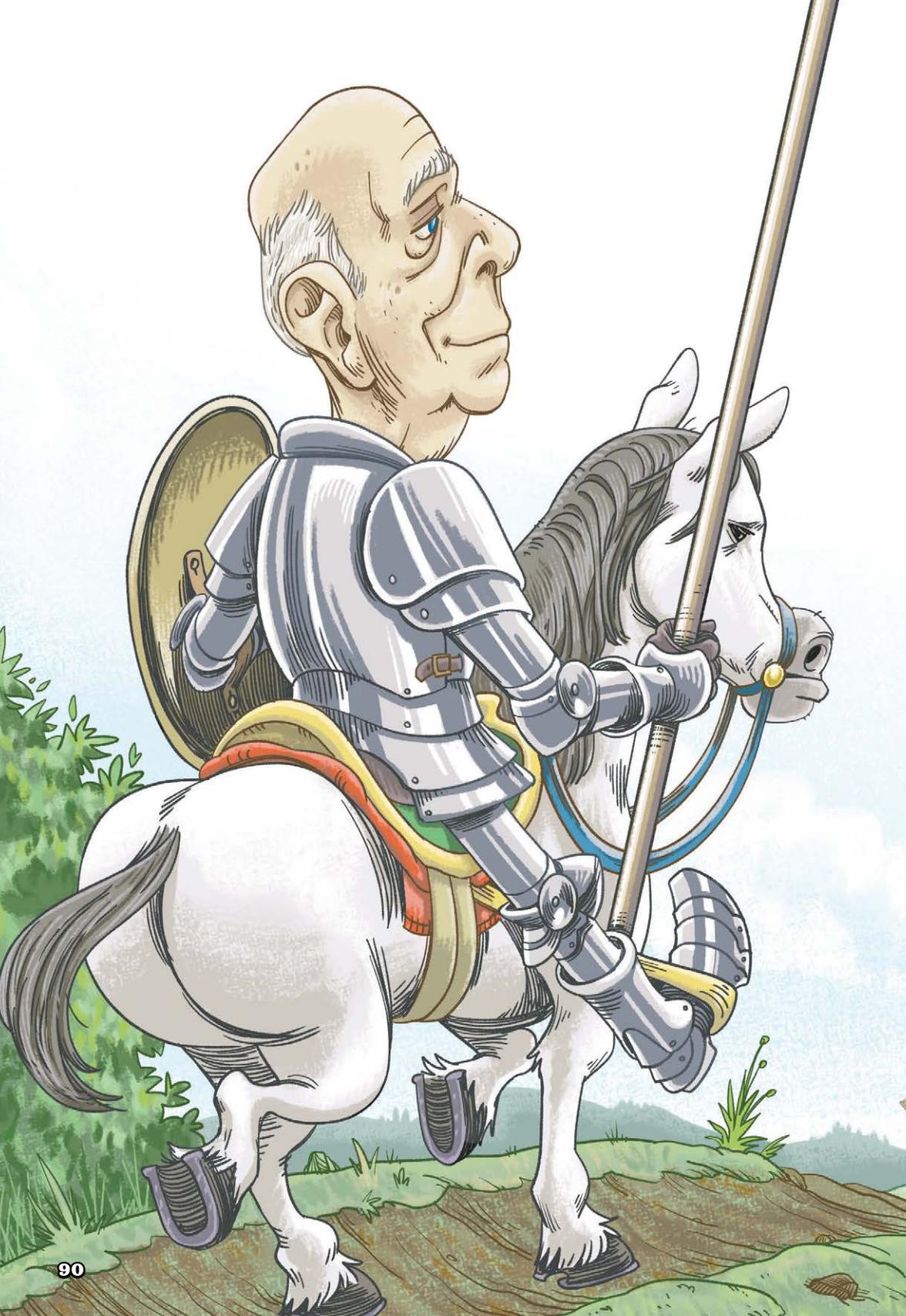
De acordo com ele, além do fim da classificação dos indígenas em integrados e não integrados, a nova lei precisa solucionar a conflituosa questão da terra. Em 1973, o Estatuto do Índio deu prazo de cinco anos para que o governo demarcasse todas as terras indígenas do país. Em 1988, a Constituição novamente estabeleceu cinco anos. Nenhuma das duas determinações foi cumprida. Maurício Terena diz:

— No atual contexto de mudanças climáticas, a demarcação de terras é um assunto que afeta toda a sociedade, e não apenas os povos indígenas. Neste país em que o desmatamento é o principal responsável pelas emissões de gases do efeito estufa, a demarcação de terras representa, comprovadamente, a conservação das matas e a conseqüente redução das emissões.

Ele conclui:

— A sociedade precisa conhecer melhor os povos indígenas e superar os velhos estereótipos que ainda dominam o imaginário nacional. Graças às ações afirmativas e à entrada dos indígenas na universidade, um conhecimento novo começou a ser produzido e está fortalecendo a luta. É impossível enxergar e compreender a realidade política, econômica e social do Brasil sem conhecer os 500 anos de luta e violência que envolvem os povos indígenas.





Ulysses desafiou a ditadura e se lançou 'anticandidato' à Presidência

Foi uma ousadia do MDB porque, desde o golpe de 1964, os militares sempre haviam corrido sozinhos na sucessão presidencial. Sem chance de vencer, o partido da oposição quis chamar a atenção para a farsa das eleições indiretas





O deputado Ulysses Guimarães em evento de sua “anticandidatura” presidencial em 1973

Uma das ações mais ousadas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na ditadura militar se deu em setembro de 1973, quando o partido da oposição desafiou os generais e lançou a “anticandidatura” do deputado federal Ulysses Guimarães (MDB-SP) à Presidência da República.

Foi uma ousadia porque, desde o golpe de 1964, os militares sempre haviam corrido sozinhos na sucessão, com candidato único. Ninguém havia se aventurado a enfrentar o regime numa eleição presidencial até aquele momento.

O MDB adotou o provocativo termo “anticandidatura” por saber desde o início que não tinha chance de vencer. Tratava-se, em outras palavras, de uma candidatura simbólica.

O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda o histórico discurso que Ulysses, também presidente nacional do MDB, proferiu na convenção partidária que o lançou “anticandidato”.

Na fala aos correligionários, explicou que o objetivo não era ganhar a votação, algo inalcançável, mas, sim, aproveitar a visibilidade eleitoral para

mostrar ao povo os abusos da ditadura e convencê-lo a também pressionar pela redemocratização:

— Não é o candidato que vai recorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição imposta pela anticonstituição que homizia [encobre] o AI-5 [a norma mais repressiva da ditadura], submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo habeas corpus e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina e torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdecem a nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema.

O MDB não poderia ganhar porque a ditadura havia tornado as eleições para o Palácio do Planalto indiretas. Os cidadãos não votavam para presidente.

A escolha cabia ao Colégio Eleitoral, que, formado por todos os senadores e deputados federais e alguns deputados estaduais, era dominado com folga pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido de sustentação dos militares.

Por força do Ato Institucional nº 2 (AI-2), baixado em 1965, a liberdade partidária estava extinta, e a Arena e o MDB eram as duas únicas agremiações políticas autorizadas a funcionar. Por essa razão, os historiadores costumam descrever o MDB como “oposição consentida”.

A “anticandidatura” de Ulysses foi anunciada uma semana depois de a Arena apresentar a candidatura do general Ernesto Geisel. O militar, homem de confiança do regime, presidia a Petrobras.

Naquele histórico discurso de setembro de 1973, Ulysses reconheceu que a vitória do candidato da Arena era inevitável:

— O Movimento Democrático Brasileiro não alimenta ilusões. Na situação, o anunciado como candidato, em verdade, é o presidente, que não aguarda a eleição, e sim a posse. Na oposição, também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido. Dura e triste tarefa esta de pregar numa “república” que não consulta os cidadãos e numa “democracia” que silenciou a voz das urnas.

Ele resumiu o objetivo da “anticandidatura”:

— A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a nação e perante o mundo que o sistema não é democrático.

Os documentos do Arquivo do Senado mostram que os políticos da

Arena se irritaram com o discurso de Ulysses. O senador José Lindoso (Arena-AM), por exemplo, chamou-o de mentiroso:

— O discurso do candidato do MDB, homem respeitável, não correspondeu à sua reconhecida sabedoria política. Impõem-se considerações serenas, porém veementes, sobre as assertivas daquele discurso não com vista à presente geração, que o sabe de flagrante irrealismo político e desfocado do painel das perspectivas da história nacional. Impõe-se tão somente a serviço da verdade, para colaborar com o analista do futuro quando tiver de elaborar juízos ante a fala do candidato presidencial.

Lindoso avaliou que as críticas de Ulysses não passavam de “pobre jogo” e tinham “efeito eleitoral fora de moda”. Os generais não poderiam ser criticados porque, segundo ele, vinham garantindo ao Brasil desenvolvimento econômico e justiça social.

O senador concluiu:

— Em março de 1974, comemoraremos o décimo aniversário da revolução [golpe de 1964]. Fez-se não uma mera mudança de comando de políticos, mas uma revolução para traçar novo roteiro na história. Revolução não se faz com amenidades. Tem objetivos na defesa do povo e na luta pela eternidade da pátria. A revolução está completando o seu ciclo excepcional, e o nosso partido é

**M
D
B**

**MOVIMENTO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO**

Comissão Executiva Nacional

**CONVENÇÃO NACIONAL DO
MOVIMENTO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO**

**O DIRETÓRIO NACIONAL DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, na forma do ar-
tigo 9º, da Lei Complementar nº 15, de 13 de agosto
de 1973, convoca os Senhores Convencionais do
Partido, para a CONVENÇÃO NACIONAL a rea-
lizar-se nos dias 21 e 22 de setembro do corrente
ano, no Edifício do Senado Federal, em Brasília,
Distrito Federal, para as deliberações da seguinte —**

ORDEM DO DIA

**I - Dia 21 - Sessão Preparatória para verifica-
ção de Credenciais, com início às 19 horas.**

**II - Dia 22 - Sessão Plenária, com início às 9 ho-
ras, destinada a apreciar a proposta subscri-
ta pelos Líderes das bancadas no Senado
Federal e na Câmara dos Deputados e apro-
vada pelo Diretório Nacional, recomendando
as candidaturas do Deputado-Ulysses Gui-
marães e do Professor Barbosa Lima So-
brinho, respectivamente, à Presidência e à
Vice-Presidência da República.**

Brasília, 5 de setembro de 1973.

Deputado ULYSSES GUIMARAES
Presidente Nacional do MDB

Deputado THALES RAMALHO
Secretário-Geral do MDB

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL

Anúncio do MDB nos jornais convoca filiados para convenção que lançaria “anticandidatura” de Ulysses



Os candidatos Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho em 1973

o seu instrumento político. O povo maciçamente a apoia.

Para compor a chapa com Ulysses, o MDB escolheu o jornalista e ex-deputado Barbosa Lima Sobrinho para candidato a vice-presidente. A Arena, por sua vez, escalou o general Adalberto Pereira dos Santos para vice de Geisel.

Entre setembro de 1973 e janeiro de 1974, Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho percorreram diversas capitais promovendo a “anti-candidatura”.

Na visão do senador Danton Jobim (MDB-Guanabara), a coragem da dupla emedebista merecia aplausos:

— O que a nação hoje está vendo será, porventura, a quixotice ou a *gasconnade* [bravata] de uma candidatura fantástica, fantasmagórica ou impossível? Não. O que vemos é o exemplo admirável de dois cidadãos carregados de serviços à vida pública e de bravura cívica incontestável e incontestada, oficiando no altar do sacrifício para que o credo da supremacia da lei, a religião da liberdade e o culto do governo do povo pelo povo não venham a desaparecer da nossa terra.

Para espalhar sua mensagem por toda a sociedade, o MDB esperava contar com a propaganda eleitoral no rádio e na TV. A possibilidade provocou debates acalorados no Senado. Do lado oposicionista, o senador

Ulysses e Barbosa em campanha cívica

BRASÍLIA — Num ambiente de muitos debates, o Movimento Democrata Brasileiro realizou sua convenção nacional no sábado próximo passado, homologando por 201 votos as candidaturas Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho para a presidência e vice-presidência da República, no pleito indireto de 15 de janeiro.

Campanha

— Ao apresentar a moção aos con-

vençionais, indicando os srs. Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho à presidência e vice-presidência da República, o senador Nelson Carneiro declarou que o MDB não irá para um pleito, mas sim para uma campanha cívica, para levar ao povo a verdade da palavra do Partido.

— Disse que a oposição escolheu — na divisão de atribuições dos Partidos — a tarefa mais difícil, a da vigilân-

cia, a da fiscalização, a da crítica, que afinal impere o partido único, sonho de tantos, aspirações de muitos.

União

— Disse o senador Nelson Carneiro que houve promessa, em instantes de euforia, de juntar as pedras para construir um edifício de harmonia e entendimento.

Jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio, noticia o lançamento da “anticandidatura”

Nelson Carneiro (MDB-Guanabara) explicou:

— O que deseja o MDB é levar ao público, ao povo, a todas as camadas da opinião pública, como poderá fazer a Arena, a sua palavra para esclarecer as razões que justificaram a indicação de candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República.

Do lado governista, o senador Vasconcelos Torres (Arena-RJ) discordou:

— Se a eleição é indireta, indago: junto a quem a propaganda deve ser feita? Junto àqueles que vão constituir o Colégio Eleitoral e votar. Para que ir ao rádio e à TV, se os candidatos podem reunir-se aqui? Estou disposto a ouvir. Vou votar na Arena por entender que escolheu bem o seu candidato. Entretanto, quero ouvir o brilhante deputado Ulysses Guimarães e o honrado jornalista Barbosa Lima Sobrinho. O meu voto não vai mudar. Mas é aqui que a propaganda deve fazer-se.

Carneiro não se deu por vencido e insistiu:

— Nós, políticos, deveríamos estar lutando para permitir a propaganda política, não para impedi-la. É lamentável. Que fiquem tranquilos [os senadores da Arena], pois, dentro das suas modestíssimas possibilidades financeiras, o MDB fará a campanha que lhe for possível. Já no sábado, se fará a primeira reunião em Santa Catarina. Na semana seguinte, iremos ao estado do Rio de Janeiro e, com os recursos que tivermos, faremos a propaganda. Para comover este país, basta fazer um cartaz com esta pergunta: “O custo de vida subiu 12%?”. As donas de casa responderão.

O senador Eurico Rezende (Arena-ES) criticou uma motivação supostamente oculta dos adversários para o pedido de propaganda no

rádio e na TV:

— Qualquer pessoa de mediana inteligência verifica que o que o MDB deseja não é fazer propaganda de seus candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República. É assegurar a sua presença na comunicação sonora e visual duas vezes, para que os seus candidatos a deputado federal e senador em 1974 embarquem agora na campanha presidencial. A honrada oposição deseja, por esse artifício, realizar duas campanhas eleitorais para os postos parlamentares deste país.

Essa intenção, na verdade, nada tinha de inconfessável. Ela havia sido anunciada pelo próprio Ulysses Guimarães no discurso de sua “anticandidatura”.

Os planos do MDB foram logo por água abaixo. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), subordinado ao governo militar, vetou a propaganda gratuita no rádio e na TV por entender que ela só fazia sentido nas eleições diretas, como aquelas para prefeito, deputado e senador.

Isso mostra que, se não chegou ao extremo de proibir a “anticandidatura” opositora, a ditadura fez o que pôde para sabotá-la.

O discurso do general Ernesto Geisel no lançamento de sua candidatura foi transmitido ao vivo pela TV para todo o Brasil. O discurso do deputado Ulysses Guimarães, por sua vez, não — contrariando a promessa do governo de que o evento do MDB também seria televisionado. Ulysses

Não como campanha, pois equivaleria a tola viagem rumo ao impossível, a peregrinação da Oposição pelo País perseguirá triplice objetivo:

I — Exercer sem temor e sem provocação sua função institucional de crítica e fiscalização ao governo e ao sistema, clamando pela eliminação dos instrumentos e da legislação discricionários, com prioridade urgente e absoluta e revogação do AI-5 e a reforma da Carta Constitucional em vigor.

II — Doutrinar com o Programa Partidário, unanimemente aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, conscientizando o povo sobre seu conteúdo político, social, econômico, educacional, nacionalista, desenvolvimentista com liberdade e justiça social, o qual será realidade assim que o Movimento Democrático Brasileiro for governo, pelo sufrágio livre e sem intermediários do povo.

III — Concitar os eleitores, frustrados pela interdição de a 15 de janeiro de 1974 eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República, para que a 15 de novembro do mesmo ano elejam senadores, deputados federais e estaduais da oposição, etapa fundamental para atuação e decisões parlamentares que conquistarão a normalidade democrática, inclusive número para propor Emendas e Reforma da Carta Constitucional de 1969 e a instalação da Comissão Parla-

Trecho do discurso de lançamento da “anticandidatura” em que Ulysses Guimarães diz que um de seus objetivos é promover em 1973 a candidatura dos políticos do MDB que concorrerão nas eleições parlamentares de 1974

falou naquele 22 de setembro acreditando que era visto pelo país inteiro. Só soube que não após a convenção.

O senador Nelson Carneiro denunciou a sabotagem:

— O governo dirá que em momento algum proibiu o televisionamento e até ajudou a oposição, cedendo o caminhão de externas da Agência Nacional. Os líderes da Arena na Câmara e no Senado já estão instruídos para sustentarem a preliminar de que tudo se deveu a uma decisão das emissoras. Parece tudo muito cômodo: a transmissão não foi ao ar porque as emissoras não quiseram se responsabilizar por ela e, assim, correr o risco de punições. Provavelmente não se terá durante muito tempo a medida exata das intenções e das manobras que determinaram a não transmissão dos discursos de Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho.

De acordo com o senador Franco Montoro (MDB-SP), a sabotagem também afetou a mídia impressa. Ele citou o caso de um jornal do Rio de Janeiro:

— O jornal *Opinião* pretendia publicar na íntegra o discurso proferido pelo deputado Ulysses Guimarães, divulgado por toda a imprensa. Tudo foi censurado. Está aqui o exemplar da Censura. É evidente que se trata de uma exorbitância, de uma medida destituída de fundamento. São a liberdade de imprensa e o direito que tem a opinião pública de ser informada que estão sendo violados pelo ato de um funcionário subalterno da Censura. A matéria é séria e exige esclarecimento das autoridades. Há alguma coisa de desacertado entre a Censura e o Ministério da Justiça.

Por força daquele ambiente hostil à democracia, Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho não fizeram a campanha majoritariamente na rua, com grandes comícios ou passeatas, mas em locais fechados, como clubes, teatros e universidades, com público reduzido.

Em certas cidades, os governantes não permitiram que os candidatos do MDB se apresentassem em prédios públicos. Em outras, a polícia ficou na cola deles o tempo todo, com o intuito de inibi-los nas críticas ao regime.

As TVs ignoraram a “anticandidatura”. Como estavam sujeitas à Censura e não queriam problemas com a ditadura, preferiram omitir as viagens de Ulysses pelo país. Os jornais, ao contrário, noticiaram a campanha, mas prudentemente sem dar destaque ou demonstrar apoio.

Muitos brasileiros, por essa razão, jamais souberam da existência de

Chagas proíbe o comício de Ulisses na Assembléia

Segundo orientação determinada pelo governador Chagas Freitas, o deputado Levy Neves negou as instalações do Palácio Pedro Ernesto para a realização, dia 13 de janeiro próximo, do comício do encerramento da campanha dos candidatos do MDB, Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, à Presidência da República.

O presidente da Assembléia Legislativa da Guanabara, tão logo foi notificado pela direção nacional do MDB de sua intenção de realização de comício no plenário da ALEG, determinou a realização, imediata de obras tanto no plenário quanto nas galerias, a fim de evitar que o seu partido ali se reunisse.

Orientação

Desde que o MDB resolveu lançar candidaturas próprias para concorrer com os generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, candidatos da ARE-

NA, o Sr. Chagas Freitas, único governador do MDB, orientou seus liderados no sentido de que não participassem da campanha e criticassem qualquer tipo de pronunciamento a respeito da posição partidária.

A primeira manifestação, contrária à atuação dos candidatos Ulisses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho na Guanabara partiu justamente do líder do MDB e do Governo na Assembléia Legislativa, Rubens Dourado. Disse que não vinha nenhuma conveniência de manifestações dos dois candidatos do MDB, porque a oposição já dominava a Guanabara e se os dois tinham alguma coisa a dizer, que o dissessem nos Estados onde o partido é minoritário.

O governador Chagas Freitas tem se mantido em silêncio, posição que lhe é peculiar, enquanto acima seu dispositivo de bastidores utilizando os deputa-

dos Reinaldo Santana, Waldomiro Teixeira e na Assembléia Legislativa o líder Rubens Dourado e o presidente Levy Neves.

Reação

Tão logo tomou conhecimento da negativa de cessão do plenário da Assembléia Legislativa para a realização do comício dos candidatos do MDB, o deputado Jarbas Vasconcelos, líder da oposição na Assembléia Legislativa de Pernambuco, reiterou seu pedido de expulsão do governador Chagas Freitas do MDB, assim como dos deputados Levy Neves e Rubens Dourado, alegando infidelidade partidária.

O deputado Jarbas Vasconcelos, agora contando com o apoio de inúmeros deputados, levará as últimas consequências a intenção da expulsão do governador carioca, que reiteradas vezes descumpre o programa partidário.

Austregêtilo se perpetua na Academia

O Sr. Belarmino Austregêtilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras, será reeleito pela 10ª vez, quinta-feira, às 17h, numa eleição da nova diretoria para 1974. Nessa ocasião, todos os acadêmicos da Guanabara, bem assim como os dos Estados e residentes no exterior, deverão dar seus votos. Anúncios que não puderem participar da solenidade se remeterão por correspondência — o voto é secreto.

Antes de iniciar seus trabalhos de eleição, a Academia oferecerá um chá, do qual participarão as esposas dos acadêmicos.

Jornal *Tribuna da Imprensa* noticia decisão do governador da Guanabara de impedir Ulisses Guimarães de falar na Assembléia Legislativa do estado

uma candidatura alternativa à Presidência da República na eleição de 1974.

Durante a campanha, os parlamentares do MDB evitaram ataques violentos a Geisel, para não sofrerem retaliações no futuro. Afinal, o candidato da Arena inevitavelmente seria o ocupante do Palácio do Planalto. Fizeram críticas, sim, porém cautelosas, comedidas, nas entrelinhas.

O senador emedebista Nelson Carneiro discursou:

— Por votar em Ulysses Guimarães, não quer dizer que eu não reconheça no general Ernesto Geisel aquelas qualidades para governar e dirigir bem este país. Inclusive porque somente nele nós podemos depositar as esperanças do diálogo político que está interrompido neste país desde 1968 [quando foi baixado o AI-5]. É preciso que se reabra esse diálogo, e a esperança é o general Ernesto Geisel.

O colega de partido Danton Jobim adotou um tom semelhante:

— Sinto verdadeira admiração pela figura austera do ex-presidente da Petrobras, que deverá ser neste momento de exceção, por processos que não aprovamos, o futuro presidente da República. O voto do país é para que ele continue a obra do seu antecessor no campo do progresso econômico, mas que abra corajosamente uma janela no sistema fechado da revolução, por onde possa entrar uma lufada de ar fresco, a participação popular na obra do governo.



O general Ernesto Geisel desfila em Brasília no dia da posse como presidente

Em 15 janeiro de 1974, sem provocar surpresa ou comoção, Geisel ganhou de lavada. Ele recebeu 400 votos no Colégio Eleitoral. Ulysses, por sua vez, meros 76. Houve 21 votos nulos.

Dois meses depois, o general Emílio Garrastazu Médici passou a faixa presidencial ao general Ernesto Geisel, que se tornou o quarto dos cinco presidentes da ditadura militar.

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e autor do livro *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar* (Editora Zahar), lembra que, no momento em que lançou a “anticandidatura”, o MDB estava em franca decadência.

Entre 1966 e 1968, os parlamentares do MDB foram extremamente críticos, combativos, agressivos. A ditadura reagiu com o AI-5, cassando dezenas de mandatos. O partido ficou acuado e apático.

Ao mesmo tempo, o governo militar ganhava cada vez mais respaldo popular, em razão do chamado milagre econômico (com o país crescendo mais de 10% ao ano), do tricampeonato na Copa do Mundo de 1970 e das comemorações ufanistas dos 150 anos da Independência, em 1972.

Nas votações parlamentares de 1970 e municipais de 1972, ambas diretas, os resultados foram péssimos para o MDB, que elegeu poucos candidatos. Diante de tanta debilidade, o partido cogitou a possibilidade de se autodissolver.

Sá Motta explica que, na época, muitos políticos do MDB enxergaram a “anticandidatura” como um fiasco e até mesmo um tiro no pé:

— Primeiro, claro, porque Ulysses não venceu. Depois, porque a candidatura da oposição, na visão desses políticos, acabou legitimando o sistema de eleição indireta. Uma ala do MDB defendia a retirada da candidatura poucos dias antes da votação do Colégio Eleitoral, justamente para deslegitimá-la. Por fim, porque o partido saiu rachado da eleição. Alguns parlamentares do MDB preferiram votar nulo a votar em Ulysses.

Segundo o historiador, foi somente mais tarde que se entendeu que a “anticandidatura” representou um divisor de águas na história do MDB e marcou a ascensão do partido. Sá Motta continua:

— Eu acredito que, por causa da Censura, o efeito da “anticandidatura” sobre a população em geral foi pequeno. A mensagem da oposição não chegou ao povo. No entanto, o efeito sobre os militantes do MDB foi enorme. A coragem cívica de Ulysses estimulou a militância a se tornar mais ousada, aguerrida e agressiva e levou o MDB a se firmar como um partido verdadeiramente de oposição.

Não à toa, na primeira eleição parlamentar posterior à “anticandidatura”, em novembro de 1974, o MDB alcançou um resultado surpreendente. No voto popular, o partido cresceu extraordinariamente no Senado, na Câmara dos Deputados e nas assembleias estaduais, passando a



ARQUIVO DO SENADO

O deputado Ulysses Guimarães apresenta o primeiro exemplar da Constituição de 1988

ter poder de veto.

— O crescimento do MDB foi tão significativo que em certos momentos Geisel se viu forçado a pisar no freio da distensão política — lembra o historiador da UFMG.

Sá Motta diz que as pessoas normalmente se lembram do Ulysses que ajudou a liderar a campanha Diretas Já, em 1983 e 1984, do que conduziu a elaboração da Constituição de 1988 e até do que se candidatou a presidente da República em 1989, mas desconhecem o Ulysses que desafiou os generais com sua “anticandidatura”.

Na visão do historiador, esta última faceta também deveria ser de conhecimento público, para o bem da democracia:

— A “anticandidatura” é um episódio que precisa ser conhecido e lembrado porque muita gente, levada por mentiras, pensa no período militar com nostalgia e pede a sua volta, como se não tivesse sido uma ditadura. Um dos argumentos que os negacionistas usam hoje e os próprios militares usavam na época é o de que havia eleições periódicas para presidente. Havia mesmo, mas a oposição não tinha chance de vencer. A votação era um jogo de cartas marcadas, e as campanhas eleitorais tinham censura, repressão e prisão de opositoristas. Isso tudo significa que o Brasil era, sim, uma ditadura, nunca uma democracia.



A pouco conhecida história da 1ª senadora negra do Brasil

Ao longo do mandato, no início da década de 1980, a médica Laélia de Alcântara denunciou, em discursos dentro e fora do Senado, o preconceito racial que permeia a sociedade brasileira — hoje conhecido como racismo estrutural



Foi em 1981 que o Brasil teve uma mulher negra no Senado pela primeira vez. O pioneirismo coube a Laélia de Alcântara (PMDB-AC). Quando tomou posse, Laélia tinha 57 anos de idade e nunca havia ocupado um cargo político. Nascida em Salvador, ela era médica obstetra e vivia em Rio Branco. Morreu em 2005, aos 82 anos.

Com a chegada da nova parlamentar, o país passou a ter duas senadoras. O Senado já contava com Eunice Michiles (PDS-AM), branca, que havia quebrado a exclusividade masculina na instituição fazia apenas dois anos.

De acordo com documentos da época guardados hoje no Arquivo do Senado, em Brasília, coube a Eunice dar as boas-vindas à colega:

— Registro com uma ponta de orgulho que novamente coube à Amazônia o privilégio de trazer para esta Casa mais uma representante do sexo feminino, fato que corresponde ao despertar da mulher em todo o mundo para um papel mais ativo na sociedade.

Laélia, então, fez seu primeiro discurso:

— Agradeço as demonstrações de apreço e carinho. Sou, como Sua Excelência, representante de uma região eminentemente problemática. Espero aqui trazer uma pequena contribuição e apresentar alguns dos problemas que o povo do Acre vive sofrendo há bastante tempo. No estado, o



ARQUIVO DO SENADO

A senadora Laélia de Alcântara discursa no Senado

pauperismo [pobreza] é grande, há carência de quase tudo. Notadamente os problemas ligados à saúde e à instrução pública constituirão objeto de minha especial atenção nesta Casa.

Os jornais noticiaram aquela sessão em detalhes. A *Folha de S.Paulo* observou que Laélia usava “um vestido de jérsei de seda rosa, sapatos pretos e óculos presos por uma corrente ao pescoço”. Segundo o *Jornal do Brasil*, ela estava “quase sem pintura e com expressão de simplicidade”, sentada ao lado da “elegante senadora Eunice Michiles”.

As reportagens informaram que Laélia levou à posse o marido e seis dos sete filhos. Os dois netos não foram. O senador Paulo Brossard (PMDB-RS), em viagem a Nova York, pediu que em seu nome entregassem flores à nova colega.

A Câmara tinha quatro deputadas, das quais três assistiram à cerimônia no Senado.

A revista *Manchete* descreveu Laélia como “a primeira senadora negra do Brasil”. O *Jornal do Brasil*, como “mulata”.

Da tribuna, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez um resumo da vida da senadora:

— Há 31 anos formada médica no Rio de Janeiro, abandonou o conforto da metrópole e foi para o Acre para exercer sua profissão e depois aceitou participar da vida pública para ser a primeira senadora de cor.

A princesa Isabel não entra na lista das mulheres no Senado porque, no caso dela, “senadora” foi um título concedido pela Constituição em razão do sangue imperial. A herdeira do trono nunca atuou como parlamentar.

Laélia de Alcântara se elegeu em 1974, como suplente, na chapa encabeçada pelo senador Adalberto Sena (PMDB-AC). Foi também como suplente que Eunice Michiles chegou ao Senado.

A senadora negra assumiu o mandato duas vezes. Primeiro interinamente, por quatro meses em 1981, quando Sena ficou afastado para tratar da saúde. Depois em definitivo, em janeiro de 1982, após a morte do titular. O mandato se encerrou em janeiro de 1983.

Ao longo do mandato, em discursos dentro e fora do Senado, ela denunciou o preconceito racial que permeava a sociedade brasileira — hoje conhecido como racismo estrutural.

Num evento na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em

Porto Alegre, discursou:

— A apreciação feroz do antropólogo Sílvio Coelho segundo a qual “a atribuição dos subempregos ao contingente de cor foi incentivada por uma sociedade interessada em manter à sua disposição um celeiro de domésticas e lavadores de automóveis” ainda é repetida com visos de verdade. Urge fazer que ela não espelhe mais essa triste realidade. Os negros têm tudo para furar a barreira da penúria e da estagnação. Já é tempo de não mais “se situarem nos pontos mais críticos dos gráficos, nos índices mais medíocres das estatísticas, nos parágrafos mais soturnos dos relatórios e nos segmentos mais inferiores das pirâmides”.

A senadora questionou a versão de que a escravidão no Brasil foi suave e os escravizados aceitaram passivamente os grilhões:

— A massa de negros em nossa terra não permaneceu de braços cruzados diante da escravidão. Ela reagiu por todos os modos e como pôde. Protestou por meio de quilombos, fugas, rebeliões e até crimes cometidos contra senhores e feitores. Foi sempre ativo e continua a sê-lo. É um erro histórico dar à escravidão brasileira o aspecto de falsa suavidade. O negro é um insubmisso diante de toda forma de arbítrio e opressão.

No mesmo evento em Porto Alegre, disse que o racismo contemporâneo era um prolongamento da escravidão. Segundo ela, assim como



ARQUIVO DO SENADO

Laélia de Alcântara ao lado do presidente do Senado, Jarbas Passarinho

no passado, os negros brasileiros ainda se sentiam “exilados em seu próprio país” e a solução incluía oferecer-lhes “oportunidades iguais” às dos brancos.

Na sede da Confederação do Comércio, em Brasília, ela discursou sobre a Lei Áurea:

— Livre do cativeiro, como fazer para sobreviver? Sem instrução, sem outra capacitação e habilitação que não fosse o amanho da terra e o mourejar nos engenhos, o transportar nas liteiras o seu amo e senhor e as sinhazinhas em visitas aos seus nobres vizinhos, que fazer? Servir, servir, servir. Viu-se o negro escravo do senhor mesmo após a discutida bênção generosa da princesa Isabel.

Em 13 de maio de 1981, aniversário da Lei Áurea, Laélia insistiu no tema. No Senado, ela leu para os colegas uma reportagem sobre uma jovem de 19 anos que foi expulsa de uma boate em Curitiba por ser negra e afirmou:

— Neste dia em que comemoramos a abolição da escravatura, ainda vemos que há espíritos escravos de preconceitos que não deixam uma estudante universitária, porque de cor, dançar na pista de uma boate.

Na época, tinha força a ideia de que o Brasil era uma democracia racial, com as diferentes raças vivendo em plena harmonia. A ditadura militar difundia esse velho mito, com o fim de deslegitimar e enfraquecer a militância negra.

Reagindo ao discurso de Laélia, o senador José Fragelli (PP-MS) garantiu que o Brasil não era racista e deu a entender que o ocorrido em Curitiba não passava de um caso isolado:

— Além de uma grande democracia política, o Brasil é um exemplo para o mundo de uma democracia racial, porque aqui não temos preconceitos de qualquer espécie, de cor, de raça, principalmente aquelas três raças que formam originalmente a pátria brasileira e todas as mais que para aqui vieram trazer sua contribuição à grandeza do nosso país.

O senador José Richa (PMDB-PR) também pediu a palavra:

— Não precisaríamos sequer ter uma lei como temos, a Lei Afonso Arinos [a primeira lei antirracismo do país]. A própria coletividade brasileira, a própria nação, por si só, não tolera gestos de discriminação racial como esse acontecido lá em Curitiba.

Outros senadores entraram no debate e afirmaram que o racismo era,



Eunice Michiles, primeira senadora do país, e o presidente João Figueiredo

sim, um mal disseminado no Brasil. Itamar Franco (PMDB-MG) discursou:

— A sociedade brasileira só será justa, equânime e aberta quando todos os segmentos do país, sobretudo os negros, fizerem parte do desenvolvimento do Brasil.

O senador gaúcho Pedro Simon foi ainda mais longe e recorreu ao exemplo da própria Laélia:

— Neste 13 de maio, devemos lutar para que não seja um fato raro uma mulher de cor integrar o Senado, a Câmara ou os quadros da vida política ou institucional deste país. Pelo contrário, devemos nos esforçar no sentido de que possam os negros se integrar definitivamente à vida da nação e, como Vossa Excelência salientou na palestra proferida no Rio Grande do Sul, deixar de oferecer os maiores percentuais de delinquência, miséria, fome, desemprego, subemprego.

Simon continuou:

— Vossa Excelência, na sua passagem por esta Casa, está marcando uma posição, um marco na história da justiça social, neste país que se diz tão cristão, que diz não ter discriminação racial, que tem sua origem exatamente na união de raças, onde o negro teve o papel mais difícil, mais árduo. Não há dúvida de que, ao escrever-se a história deste país, haverá de se reconhecer e elogiar o papel do negro, porque ele, exatamente nas horas mais duras, desempenhou a missão mais dramática.

Apesar de se posicionar com firmeza contra o racismo, Laélia de Alcântara não se declarou negra em nenhum de seus discursos, de acordo com os documentos históricos do Arquivo do Senado. Em outro pronunciamento feito em maio de 1981, por exemplo, ela se descreveu como “mulher, médica, parlamentar e, principalmente, brasileira”.

A historiadora Iracélli da Cruz Alves, que integra a Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros e faz pós-doutorado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sobre a participação de trabalhadoras domésticas na política, explica que, dado o contexto histórico do início dos anos 1980, é compreensível que Laélia não tenha explicitamente se declarado negra perante os demais senadores:

— O Brasil ainda estava na ditadura militar, que tinha a ideologia da democracia racial como política de Estado. Mesmo sendo o período final, de transição democrática, o governo ainda pressionava, censurava e perseguia os grupos e os intelectuais que problematizavam e debatiam a questão racial. Para a senadora, era um campo pantanoso.



REPRODUÇÃO

Cruz Alves também entende que, ao evitar declarar-se negra no Senado, Laélia provavelmente fez um cuidadoso cálculo político:

— Quando uma pessoa negra entra sozinha num espaço de poder que é historicamente branco, ela sabe que esse será um local conflituoso e que ela precisará recorrer a certas estratégias para conseguir se manter nele e obter conquistas para a

Laélia de Alcântara, a primeira senadora negra

população negra.

A historiadora interpreta que a senadora adotou em Brasília uma postura de “silenciamento” sobre a sua raça, mas nunca de “negação”:

— Pelos discursos, vê-se que estava bastante atenta às demandas do movimento negro e dialogava com ele. Ela, por exemplo, denunciou que o processo de pós-abolição no Brasil foi incompleto. Laélia se posicionou, sim.

Fazendo jus ao título de segunda senadora do Brasil, Laélia de Alcântara redigiu propostas legislativas que beneficiavam as mulheres. Ela apresentou duas emendas a um projeto de lei que liberava a entrada delas na Aeronáutica, um deles autorizando-as a pilotar aviões e o outro permitindo que recebessem patentes iguais às dos homens.

Numa dessas emendas, para comprovar o quanto a sociedade ainda era machista, ela lembrou que, quando fez o juramento de posse no Senado, foi obrigada a obedecer à fórmula tradicional e declarar-se “senador”, no masculino.

A senadora do Acre também escreveu uma proposta que estabelecia que o comando da família caberia em conjunto ao marido e à mulher, e não mais apenas a ele, a quem legalmente cabia dar a última palavra. A mesma proposta permitia que, com o casamento, o homem também adotasse o sobrenome da mulher.

Pela justificativa que Laélia anexou ao projeto, vê-se que ela tinha interlocução com o movimento feminista. A senadora escreveu que, para elaborá-lo, baseou-se num anteprojeto levado ao Congresso Nacional pela Frente de Mulheres Feministas, que tinha a atriz e produtora cultural Ruth Escobar como a porta-voz mais conhecida.

Em 8 de março de 1982, no Dia Internacional da Mulher, Laélia discursou no Senado:

— A necessidade de se estabelecer uma igualdade efetiva entre o homem e a mulher só se manifestará quando ambos tiverem, de fato, direitos iguais, e isso só se conseguirá com a supressão da discriminação salarial, da discriminação educacional e de tantas outras que estão impedindo a tão necessária incorporação da mulher na produção econômica, nas artes, nas ciências, na política.

Eunice a apoiou e acrescentou:

— Senadora Laélia de Alcântara, de vez em quando me questionam

se sou feminista, e eu devolvo a pergunta: “O que é ser feminista?”. Se ser feminista é defender, como Vossa Excelência o faz neste momento, a igualdade da mulher, a abertura de um maior espaço para que ela possa colaborar, então eu sou feminista, então somos feministas. Agora, se ser feminista é abrigar a disputa com o homem, é entrar no slogan “abaixo o homem”, então não sou feminista e por certo Vossa Excelência também não é.

Laélia respondeu:

— Suas brilhantes palavras traduzem fielmente o meu pensamento. Eu me sinto feminista nesta luta pela igualdade.

O senador Aderbal Jurema (PDS-PE) aprovou o comportamento das colegas:

— As senadoras assinalaram com a lucidez e a inteligência de que são dotadas a passagem do Dia Internacional da Mulher, sem os exageros feministas, equilibradas e sãs, companheiras de trabalho nesta Casa, companheiras de ideais aqui e alhures.

Laélia prosseguiu com seu discurso:

— A valorização da mulher não pode ser confundida com a simples aspiração de grupos feministas, se bem que, a partir das questões sentidas particularmente pelas mulheres, muitas delas cheguem a desenvolver sua participação contra as discriminações de maneira até excessivamente ativa. Mas inegável tem sido a contribuição que vêm prestando em todo o mundo na renovação do processo social e político.

Apesar da argumentação, Laélia não conseguiu convencer os

O presente projeto de lei ao negar às mulheres a possibilidade de galgarem postos e graduações superiores na Aeronáutica, fere os princípios da lei básica, discrimina e inferioriza a mulher.

Que a prática das pessoas, temporariamente investidas da autoridade, não o faça é uma questão

Que a lei venha a consagrar o preconceito de hoje, frustrando as esperanças do hoje, e as possibilidades do amanhã é, além de anti-racional, anti-constitucional.

Por isso, junto o meu protesto de Senadora, que em seu juramento de posse foi regimentalmente obrigada a se declarar Senador, junto o meu protesto de Senadora, repito, de todas as mulheres do Brasil, através da presente emenda.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1981. — Senadora Laélia de Alcântara.

Em emenda a projeto de lei, Laélia defende que mulheres entrem na Aeronáutica e tenham os mesmos direitos dos homens

senadores a aprovar nenhum de seus projetos em benefício das mulheres.

Integrante do PMDB, o principal partido de oposição ao governo militar, Laélia de Alcântara foi ativa no Senado na defesa da redemocratização. Na visão dela, o governo do general João Figueiredo parecia pouco empenhado em acabar com a ditadura e devolver o poder aos civis.

Relatórios secretos da Polícia Federal que mantinham a ditadura informada a respeito de seus adversários mostram que Laélia participou em maio de 1981, ao lado de líderes do PMDB, como Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela, de um debate público em Belo Horizonte a favor da redemocratização e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

No Senado, ela criticou os colegas governistas pela tentativa de barrar um projeto de lei do PMDB que liberava as coligações partidárias:

— Não vejo razão para que os senhores senadores da situação tenham tanto medo de votar num projeto que fala por si só numa democracia, mas numa democracia verdadeira, em que o povo terá sua vez de falar, e não numa democracia forjada. Esse projeto não vai diminuir em nada os desejos do governo, se este realmente tem o desejo de abertura total, e não dessa abertura que até agora só vejo como uma fresta em uma porta. Abertura total seria partir realmente para uma verdadeira democracia.

Os documentos do Arquivo do Senado também guardam discursos em que Laélia de Alcântara pediu ao governo que combatesse a fome,

ARQUIVO NACIONAL

Finalmente, falou o convidado de honra, ULISSES GUIMARÃES Presidente Nacional do PMDB, que exaltou o nome do Senador ITAMAR FRANCO e conclamou a todos a votarem nele para Governador do Estado, nas próximas eleições. Falou que o mesmo se tratava de um homem de coragem, senão ele não estaria no PMDB, onde só existem homens com tal virtude. Enfatizou que o PMDB era o único e verdadeiramente democrático, que reconhece o real valor da mulher na sociedade brasileira, citando como evidência de tal, a presença da Senadora LAÉLIA ALCÂNTARA. Declarou a necessidade do reconhecimento das unidades sindicais e estudantis. Finalizando, disse que a realização das eleições, previstas para 82, era irreversível e se as mesmas não se concretizassem, haveria uma revolução social no país.

- CONTINUA FLS.04 -

CONFIDENCIAL

DPF-1140

Em 1981, relatório confidencial da Polícia Federal cita participação de Laélia de Alcântara, Ulysses Guimarães e Itamar Franco em evento do PMDB em Belo Horizonte a favor da redemocratização do país

coibisse o trabalho infantil, concedesse direitos às pessoas com deficiência, preservasse o meio ambiente, demarcasse terras indígenas e oferecesse serviços gratuitos de saúde a toda a população (o Sistema Único de Saúde ainda não existia).

A senadora se candidatou à reeleição, mas não conseguiu renovar o mandato. Em 1987, assumiu no Acre a Secretaria de Estado de Saúde.

A historiadora Iracélli da Cruz Alves não se surpreende diante do fato de que a história da primeira senadora negra do Brasil é praticamente desconhecida inclusive entre pessoas que estudam a questão racial:

— Quase não existem pesquisas acadêmicas a respeito dela. Esse silêncio é um sintoma eloquente do racismo estrutural. O protagonismo dos negros na nossa história é apagado, como se eles não tivessem sido nem pudessem ser agentes históricos. A própria Laélia fez essa constatação em um discurso sobre a escravidão. A trajetória da senadora mostra que os negros conseguem, sim, ocupar os diferentes espaços da cena nacional e influenciar o curso da história. Mesmo que não seja pela porta da frente, eles entram e ocupam os espaços, como fez Laélia, que chegou ao Senado como suplente.

A historiadora avalia que o vazio de pesquisas sobre personagens negros na história do Brasil vem diminuindo nos últimos tempos e acredita que novos estudos virão nos próximos anos, principalmente graças à Lei de Cotas (Lei 12.711, de 2012), que ampliou a presença de estudantes negros nas universidades federais.

Apesar de a senadora não ter conseguido aprovar nenhum de seus projetos de lei, Cruz Alves avalia que a passagem dela pelo Senado produziu resultados positivos para a população negra em termos práticos e simbólicos:

— A simples presença do corpo de uma mulher negra naquele espaço de poder construído por homens brancos e para homens brancos teve uma importância imensa. Primeiro, por provocar debates parlamentares sobre raça e racismo. Sendo Laélia negra, senadores a interrogaram sobre esse tema e ela se posicionou. Se fosse branca, o tema não apareceria. Depois, por causa da representatividade. Esses homens brancos viram que aquele espaço não era só seu. As mulheres negras e os homens negros viram que também poderiam estar lá. É claro que, sozinhos, o debate e a representatividade não derrubam estruturas nem acabam com o racismo, mas são



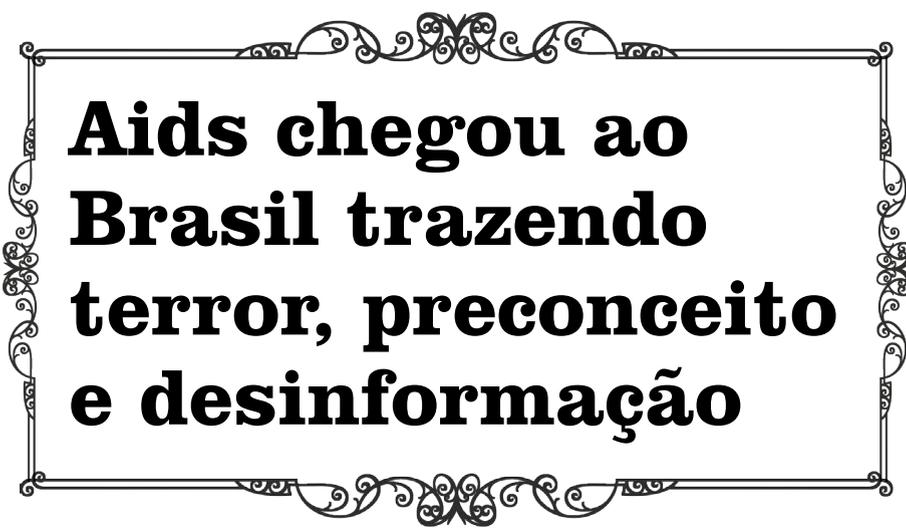
Marina Silva e Benedita da Silva, senadoras negras que sucederam Laélia de Alcântara

elementos importantes para a mudança.

Terminado o mandato de Laélia de Alcântara, em 1983, as mulheres negras precisaram esperar mais de uma década para se verem novamente representadas no Senado. Em 1995, tomaram posse as senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Marina Silva (PT-AC). Elas chegaram ao Senado como titulares, e não como suplentes.

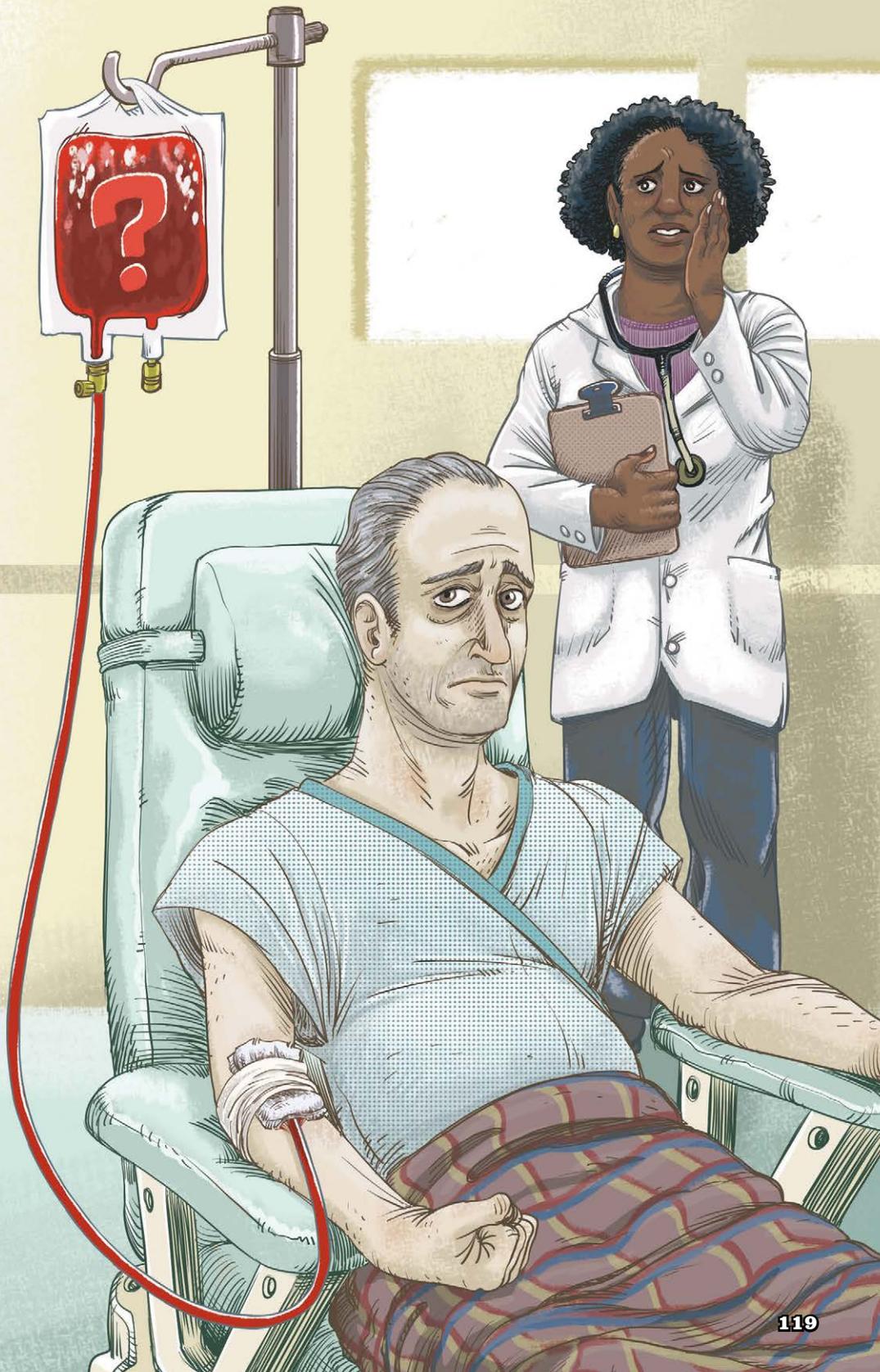
Quanto aos homens negros no Senado, é difícil apontar o precursor. Apesar de desde os tempos do Império haver senadores negros, eles não se identificavam publicamente como tais. O primeiro a fazê-lo foi Abdias Nascimento (PDT-RJ), líder histórico do movimento negro. Eleito suplente, ele assumiu o assento no Senado nos anos 1990 em dois momentos (1991-1992 e 1997-1999). Abdias fez uma pesquisa histórica e concluiu que, antes dele, o Brasil teve 22 senadores negros.





Aids chegou ao Brasil trazendo terror, preconceito e desinformação

O estilista Markito, primeira vítima brasileira famosa do HIV, morreu em 1983. Poder público aumentou o rigor do sistema de doação e transfusão de sangue, o que ajudou a diminuir os impactos da doença no país



Markito foi um dos estilistas mais festejados do Brasil. Entre o fim dos anos 1970 e o início dos anos 1980, ele desenhou vestidos de alta costura para estrelas nacionais como Sônia Braga, Xuxa, Mila Moreira e Marília Gabriela, além das americanas Diana Ross, Liza Minnelli e Farrah Fawcett.

Uma das explicações para Markito não ser hoje tão lembrado está no fato de sua carreira ter sido curta demais. Ele morreu tendo apenas 31 anos de idade, em 4 de junho de 1983, em decorrência da aids — na época chamada pelos jornais de “câncer gay”.

Alguns brasileiros já haviam perdido a vida pela mesma razão, com o sistema imunológico colapsado, mas os médicos não sabiam que doença era aquela. Como Markito morreu nos Estados Unidos — país pioneiro ao apontar, em 1981, a existência da aids —, o diagnóstico dele pôde ser fechado com segurança.

O estilista foi a primeira figura pública do Brasil vitimada pela aids. Por essa razão, pode-se dizer que desde então os brasileiros temem o HIV e lutam contra a epidemia.

Documentos dos Arquivos do Senado e da Câmara, em Brasília, mostram que a aids foi uma preocupação constante da Assembleia Nacional Constituinte reunida em 1987 e 1988. Senadores e deputados encarregados de elaborar a atual Constituição chamaram a doença de “peste do século”, “desgraça que aflige o mundo” e “a maior tragédia na humanidade em todos os tempos”.

Os papéis históricos indicam também que aqueles primórdios da epidemia foram dominados por preconceito, terror, desconhecimento e opiniões equivocadas.

O deputado constituinte Nelson Aguiar (PMDB-ES), presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e integrante da bancada evangélica, discursou sobre a aids recorrendo à *Bíblia*:

— Lemos o apóstolo Paulo dizendo que os homens que se deram ao luxo de manter relações sexuais com homens receberiam em si mesmos a justa retribuição. Eu, que acredito nas profecias do Sagrado Livro, digo que muitas dessas profecias já foram cumpridas e que agora se está cumprindo outra. Aí está a aids.

O deputado Orlando Pacheco (PFL-SC) concordou:

— O que se abate sobre o Brasil e o mundo nestes dias de crises e

Corpo de Markito vai direto para Uberaba

O corpo do costureiro Markito chegou ontem, de manhã, ao Brasil. Ele veio de Nova York, no voo 861 da Varig, e, no Aeroporto Internacional do Rio, foi imediatamente transferido para um jato particular, com destino a Uberaba, Minas Gerais. Costureiro de renome internacional, Markito morreu no último sábado, vítima de uma doença conhecida como o "câncer gay", quando se tratava em Nova York. Nos últimos seis meses de vida, Markito foi perdendo gradativamente a sua capacidade imunológica.

A transferência do corpo foi rápida. O jato particular levou Markito até Uberaba, sua terra natal, onde será enterrado. A mãe do costureiro, d. Márcia Resende, tratou da liberação do corpo e acompanhou o voo até Minas Gerais.

Markito – Marco Resende Gonçalves – faleceu aos 31 anos de idade, depois de ter vestido mulheres famosas em todo Brasil, como Sônia Braga, Marília Gabriela, Fafá de Belém e Maitê Proença.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL



REPRODUÇÃO

O estilista Markito: segundo o jornal *Última Hora*, uma vítima do "câncer gay"

males insolúveis é resultado do pecado. O juízo de Deus se abate sobre aqueles que contra Ele se insurgem e que escarnecem dos seus mandamentos. A aids é consequência da devassidão que enlameia o mundo.

Ele se queixou das campanhas do governo federal que incentivavam o uso da camisinha como método de prevenção do HIV:

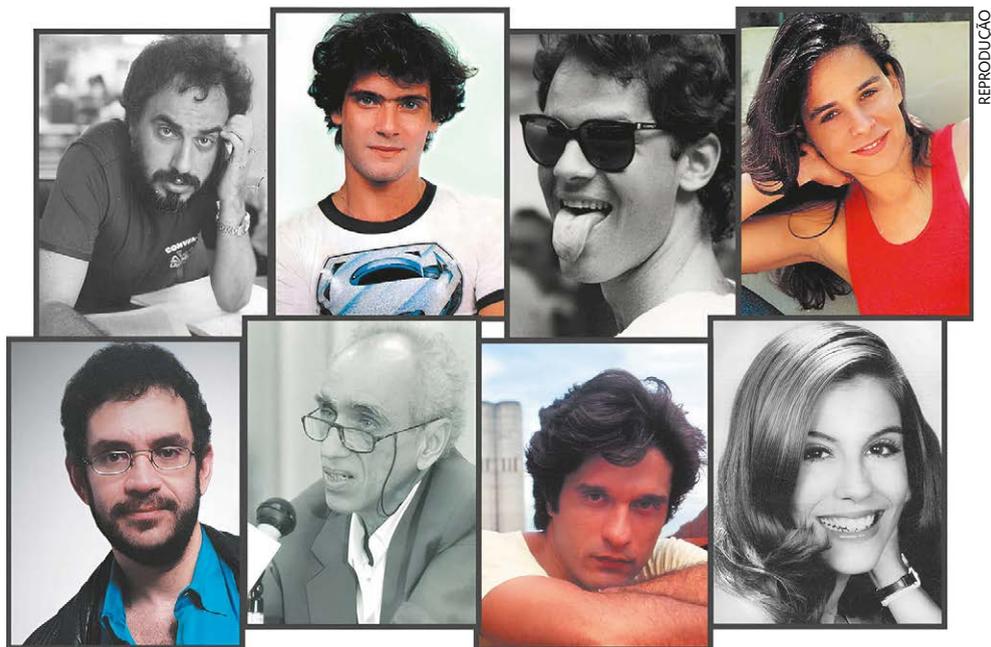
— Os lares brasileiros têm sido invadidos por expressões indecorosas e por verdadeiras aulas de prostituição e homossexualismo. Em vez de se combater o mal maior, que são as práticas atentatórias à moral, agressoras da natureza do homem como Deus o fez, promove-se a apologia do despudor. E as famílias, indefesas, ficam ao sabor da proposta de verdadeiras taras, que exercem influência sobre crianças e jovens, que vão sendo psicologicamente preparados para permissividades sem limites.

Também citando as campanhas de promoção da camisinha, o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) leu para os colegas da Assembleia Nacional Constituinte trechos de um artigo publicado na imprensa pelo cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales:

— O preservativo não é a solução segura, pois não elimina totalmente a contaminação e deixa na mente da juventude a falsa impressão de que o sexo é aceitável fora da instituição matrimonial ou de que a prática do homossexualismo, [desde que] evitando o risco da aids, é permitida. A melhor maneira de evitar a aids é a abstenção das relações sexuais até a idade adulta e a restrição do sexo a uma relação monogâmica fiel. No atual estado da medicina, muitos só salvarão a própria vida e a de parceiros se obedecerem a lei de Deus.

O deputado e pastor Eliel Rodrigues (PMDB-PA) avaliou que seria um equívoco incluir na Constituição a proibição de que os cidadãos fossem discriminados por causa da “orientação sexual”:

— Seria permitir a oficialização do homossexualismo como prática normal que deve ser aceita por todos. Certas práticas são ofensivas à sociedade, como aquelas dos corruptos, ladrões, toxicômanos, prostitutas etc., e não merecem apoio da lei. Pelo contrário, são atentatórias à moral e aos bons costumes. Não se trata de uma característica própria das pessoas, adquirida ou normal, como sexo, cor, posição social, religião etc., mas de



Vítimas famosas da aids nos primeiros 13 anos da epidemia no Brasil: o cartunista Henfil, o ator Lauro Corona, o cantor Cazusa, a atriz Cláudia Magno, o cantor Renato Russo, o sociólogo Betinho e os atores Tales Pan Chacon e Sandra Brea

uma deformação moral e espiritual reprovável sob todos os pontos de vista cristãos, constituindo-se um dos maiores veículos de disseminação do terrível mal da aids.

Para reforçar seu argumento, Rodrigues leu um artigo escrito por um renomado infectologista de São Paulo. No texto, publicado num dos principais jornais do Brasil no Carnaval de 1988, o médico reforçava o estigma da população gay:

— Rotularam de baile um festim de pederastas. Além de outras cenas imorais e deprimentes, apareceram figuras de homossexuais masculinos nus, visualmente desagradáveis e tradutoras exclusivamente de safadeza, pois não vigoraram outros atributos carnavalescos e artísticos. O HIV dançou e rolou durante o Carnaval. Esse micro-organismo infiltra-se no espermatozoide e no sangue e, na festa hipoteticamente sadia, aproveitou-se de excelente contexto e exerceu com maestria seu inescrupuloso papel. As entidades que congregam os pederastas, os bissexuais e os defensores da liberdade dos toxicômanos, sempre discursando com base no repúdio à repressão sexual e às atitudes coercitivas, têm a obrigação, em face à progressão da aids, de responsabilizar-se pelo custeio das consequências do mal, no que tange à assistência e percalços congêneres.

O deputado e médico José Elias Murad (PTB-MG), presidente da Subcomissão de Saúde, recorreu explicitamente ao conceito de “grupo de risco”, que na época já era ultrapassado e estava proscrito:

— Sabemos que a aids está adquirindo no mundo inteiro as características de uma verdadeira epidemia. Existem aqueles grupos que são denominados grupos de risco, como os homossexuais e os usuários de drogas injetáveis. Quando verificamos a morte pela aids de alguns componentes desses grupos de risco, pelo menos podemos ter uma justificativa: foi uma opção, uma opção que fizeram em seu estilo de vida. Mas, quando ocorre a morte de um [hemofílico] contaminado num processo terapêutico, isso nos causa um estado de profunda indignação.

A deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA) ficou furiosa quando viu uma campanha anti-aids protagonizada por uma mulher:

— Passei o fim de semana em Salvador e verifiquei que foi espalhado pelas vias públicas grande número de outdoors mostrando a figura de uma bonita jovem, de olhos verdes, cabelos esvoaçantes, onde se lia o seguinte: “Quem vê cara não vê aids”. Ao lado, o desenho de uma camisinha

QUEM VÊ CARA, NÃO VÊ AIDS.

A noite de uma grande cidade tem alegria, tem diversão, tem amor.

Mas também tem muitos perigos.

O maior deles chama-se AIDS.

É uma doença que mata sem piedade.

Ela é transmitida pelo sexo, pelas seringas e agulhas contaminadas, pelas transfusões clandestinas

de sangue.

Não dá para saber quem é ou quem não é portador da doença.

Quem vê cara, não vê AIDS.

Use sempre camisa de vênus, qualquer que seja o seu parceiro sexual.

E se, por alguma razão, tiver que tomar uma injeção, nunca use seringas e agulhas de outras pessoas.

Lembre-se de que AIDS é uma doença mortal que está se alastrando cada vez mais.

Depende de você, de todos nós, interromper esta triste ameaça.

Não permita que esta seja a última viagem da sua vida.



MINISTÉRIO DA SAÚDE • GOVERNO JOSÉ SARNEY • TUDO PELO SOCIAL

Campanha educativa de 1988: uso da mulher na peça foi criticado na Constituinte

com os seguintes dizeres: “Previna-se! Pare com isso”. Quero aqui deixar o meu protesto. Não aceito a utilização da figura da mulher. O Ministério da Saúde, além de discriminar as mulheres, está passando uma informação equivocada. Elas são o grupo de menor risco. É inaceitável. O Ministério da Saúde tem obrigação de fazer a prevenção da aids, mas tem de passar a informação correta.

Na época da Assembleia Nacional Constituinte, infectar-se com o HIV significava receber uma sentença de morte. O único tratamento disponível era um medicamento chamado AZT, que dava alguma sobrevida aos doentes.

Segundo os próprios constituintes, o Brasil era o segundo país do mundo com o maior número de pessoas infectadas com o HIV. Perdia apenas para os Estados Unidos.

Mais de uma vez, senadores e deputados fizeram uso dos microfones para anunciar que alguma personalidade soropositiva havia perdido a vida. Em maio de 1988, por exemplo, o deputado Eduardo Jorge (PT-SP) discursou:

— Quero, com pesar, registrar o falecimento, no último fim de semana, do sociólogo Éder Sader, nosso companheiro do PT de São Paulo e presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo. Com uma longa trajetória de luta pelo socialismo no Brasil, ele passou por todo o período de enfrentamento da ditadura militar e foi obrigado a exilar-se. Hemofílico, foi contaminado com o vírus da aids através de uma transfusão de sangue.

Quatro meses antes, o deputado José Genoino (PT-SP) havia subido à tribuna para anunciar a morte do cartunista Henfil, que trabalhava no jornal de humor *O Pasquim* e também era hemofílico:

— Não poderíamos deixar de expressar aqui a nossa dor diante desse acontecimento infausto que abalou o nosso país. E a bancada do Partido dos Trabalhadores informa à Casa que o nosso líder Luiz Inácio Lula da Silva e a companheira Benedita da Silva não estão aqui para votar a matéria constante da pauta porque acompanham o enterro do grande companheiro desaparecido. A tragédia da morte de Henfil deve servir como um grito de esperança para que as autoridades e o povo encarem esse grande problema da aids com outra postura, com seriedade e maiores cuidados.

Havia parlamentares que discordavam do alerta de Genoino. Para

eles, o governo não deveria gastar tanto dinheiro público no combate à epidemia do HIV.

— É preciso que o Ministério da Saúde não concentre suas energias somente no combate à aids. Existem males seculares, como a malária, que matam muito mais e para os quais estão quase abandonadas as pesquisas de soluções — opinou o deputado Mário Maia (PDT-AC).

— Vemos o Brasil a reboque de uma campanha contra a propagação da aids. No entanto, a aids mata infinitamente menos que a fome. A fome, porém, não merece nenhum trabalho mais abrangente e profundo para sua erradicação. A cada dois minutos, dizem as estatísticas, morre de desnutrição uma criança. Não me consta que seja essa a média de casos fatais determinada aos aidéticos — criticou o deputado Ivo Mainardi (PMDB-RS).

Os constituintes chegaram a ouvir um pronunciamento negacionista da aids.

— Nós, médicos, não somos os responsáveis pela falta de saúde neste país. Não somos os responsáveis pela falta de assistência aos hansenianos e aos tuberculosos e pela falta de alimento. Morrem de inanição nesta pátria cinco crianças a cada sete minutos, mas este governo fica gastando 12,5 milhões de cruzados na propaganda de TV com uma doença que nós nem temos ainda, que é a aids — discursou o deputado Chico Humberto (PDT-MG).

O deputado e médico Raimundo Bezerra (PMDB-CE) alertou para a possibilidade de os mosquitos que se alimentam de sangue passarem a disseminar o HIV. O deputado Onofre Correa (PMDB-BA) sugeriu que o governo passasse a testar todas as pessoas que desembarcassem no Brasil e impedisse a entrada das soropositivas.

Até mesmo teorias da conspiração foram ventiladas.

— Quem não ouviu falar na suposição de o vírus da aids ser cria de laboratório? Quem não ouviu falar de produtos genéticos de laboratório que, se fossem mal-usados, destruiriam a humanidade? — perguntou o deputado Mauro Miranda (PMDB-GO), pedindo que a nova Constituição previsse uma fiscalização rigorosa do trabalho dos cientistas.

De tão aterrorizante, a aids foi usada com frequência por constituintes como metáfora para criticar os adversários políticos.

— O governo da Nova República, desmantelado politicamente, cirrótico e irremediavelmente aidético, apressa-se em cometer mais uma

inominável violência contra os interesses nacionais. Aprontou suas malas e viaja para Nova York para uma vez mais submeter-se aos desígnios subalternos do Fundo Monetário Internacional — discursou o deputado Amaury Müller (PDT-RS).

— Como bem disse um matuto da minha terra, o centrão [grupo político] é uma das quatro pragas do Egito que caíram sobre o Brasil neste ano. Segundo o matuto, as outras pragas são a aids, a carestia e o [acidente em Goiânia com o] césio-137 — disse o deputado Maurílio Ferreira de Lima (PMDB-CE).

Preconceito, terror, desconhecimento e opiniões equivocadas à parte, houve vozes sensatas na Assembleia Nacional Constituinte. A deputada Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), por exemplo, denunciou que as pessoas com HIV estavam sendo injustamente vítimas da discriminação:

— Evitar a doença não é o mesmo que evitar o doente. Uma coisa é o comportamento que nos poderá colocar mais perto ou mais longe do contágio. Outra coisa é a aceitação do próximo totalmente, mesmo aidético. A falta de informações verdadeiras não pode fazer do contaminado um pária, com a desculpa infeliz de proteger a sociedade, culpada única por atos e omissões deste e de novos flagelos que ainda surgirão.

A Assembleia foi palco de debates que se mostrariam fundamentais para enfraquecer a epidemia do HIV no Brasil. O principal deles foi o referente à doação e à transfusão de sangue humano.

Na década de 1980, diante da não realização de testes, sangue de



- ⊗ **ATRAVÉS DE RELAÇÃO SEXUAL COM QUALQUER PESSOA CONTAMINADA.**
- ⊗ **ATRAVÉS DE AGULHAS E SERINGAS CONTAMINADAS.**
- ⊗ **NA TRANSFUSÃO OU CONTATO COM SANGUE CONTAMINADO.**
- ⊗ **DA MÃE CONTAMINADA PARA O FILHO, DURANTE A GRAVIDEZ OU NO PARTO.**

Campanha do governo federal de 1990

doadores infectados era transfundido em pacientes até então livres do HIV. Segundo dados da época, a transfusão de sangue era responsável por 15% das contaminações no Brasil. Nos Estados Unidos, por apenas 0,1%.

As maiores vítimas foram pessoas como o sociólogo Eder Sader e o cartunista Henfil, que em razão da hemofilia precisavam de transfusões constantes de sangue. A aids simplesmente devastou a população hemofílica do Brasil.

— O sangue não pode ser uma arma contra o ser humano, mas, sim, a favor dele. Não é possível que sobrepaire, como hoje existe no país, essa incerteza. Toda vez que se tem necessidade de fazer uma transfusão de sangue, fica-se em pânico — disse o deputado Carlos Sant’Anna (PMDB-BA).

— Além da aids, doenças como sífilis, malária, hepatite e Chagas são transmitidas em larga escala porque bancos de sangue particulares não fazem testes para garantir a qualidade do material coletado. Esses testes são muito caros. Não sendo feitos, permitem a economia de custo e o aumento de lucros — denunciou o deputado Vicente Bogo (PSDB-RS).

Cerca de 80% dos bancos de sangue estavam nas mãos da iniciativa privada, que, para conseguir a maior quantidade possível de sangue, remuneravam os doadores.

Numa das audiências públicas da Assembleia Nacional Constituinte sobre a necessidade de criação do Sistema Único de Saúde (SUS), o médico sanitарista e presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Sérgio Arouca, fez aos parlamentares um relato chocante:

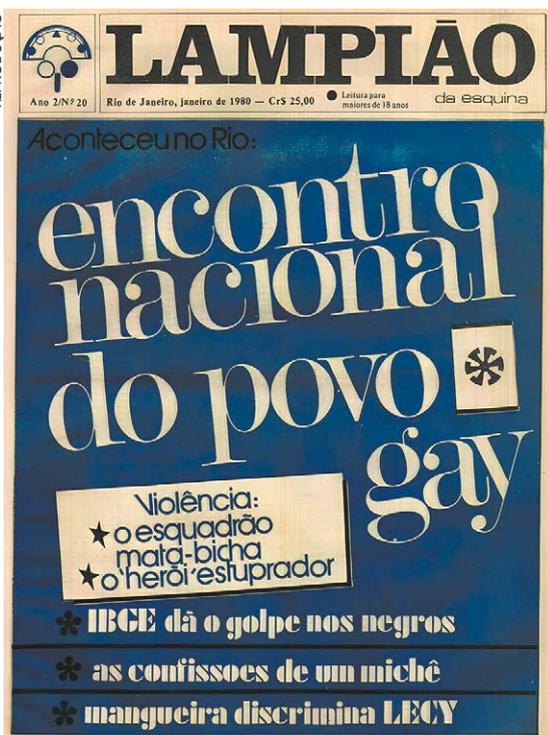
— Ontem mesmo, fomos obrigados a fazer uma intervenção em um banco de sangue no Rio de Janeiro que pegava moradores de rua e mendigos no centro da cidade. Nesses mendigos, foi realizado o teste de aids e descobrimos que pelo menos 7% deles estavam contaminados. Entre os contaminados, um grande número era vendedor de sangue.

O deputado Ferreira Lima (PMDB-PE) defendeu:

— Precisamos acabar com o degradante e odioso tráfico do “ouro vermelho”. A estatização dos bancos de sangue é a única forma de normalizar esse cruciante problema em nosso país.

O deputado Mário Maia apoiou a ideia de incluir na Constituição a proibição da doação remunerada e a estatização dos bancos de sangue:

— No Brasil, são estatizadas as atividades de correios, telefonia, energia elétrica e petróleo. No entanto, o sangue humano, parte fundamental



Jornal de 1980 mostra a comunidade gay organizada: anos mais tarde, pressão de ativistas sobre o poder público seria fundamental para a aids se tornar questão de saúde pública

da vida, é tratado até com desprezo por muitas instituições, como numerosos bancos de sangue que não observam as menores exigências técnicas, científicas ou mesmo humanitárias.

O sociólogo e ativista dos direitos humanos Herbert de Sousa, que havia se infectado com o HIV numa transfusão, foi à Assembleia Nacional Constituinte defender o rigor na questão do sangue.

Betinho, como era mais conhecido, era irmão do cartunista Henfil e do músico Chico Mário. Todos os três tinham hemofilia. Henfil e Chico Mário morreram no início de 1988. Betinho, em 1997.

A pressão de Betinho e da Assembleia Nacional Constituinte foi importante. O Ministério da Saúde criou regras exigindo a testagem do sangue e proibindo a remuneração dos doadores. As transfusões no Brasil se tornaram seguras.

Desde a morte de Markito, diversas outras mudanças vieram para reduzir o poder devastador do HIV.

Em 1996, os cientistas lançaram o coquetel anti-aids, uma combinação de medicamentos capaz de tornar o vírus indetectável no organismo,



Camisinha e comprimido de PrEP: métodos eficazes de prevenção do HIV

proteger o sistema imunológico e impedir que a pessoa infecte outras. Antes uma sentença de morte, o HIV passou a ser uma doença crônica.

No mesmo ano, uma lei proposta pelo senador José Sarney (PMDB-AP) tornou obrigatória a distribuição gratuita do coquetel pelo SUS, incluindo todos os remédios que viessem a ser desenvolvidos no futuro.

Tal norma foi necessária porque, apesar de a Constituição de 1988 estabelecer que a saúde é direito de todos e dever do Estado, a equipe econômica do governo pressionava contra a distribuição do coquetel em razão dos custos elevados.

Em 1998, a Lei dos Planos de Saúde foi particularmente benéfica para as pessoas com HIV. As operadoras de planos privados de saúde, que até então faziam de tudo para não custear as hospitalizações e os medicamentos dos doentes de aids, ficaram proibidas de deixá-los desassistidos.

Em 2014, outra lei do Senado fez história. Ela transformou em crime a discriminação das pessoas com HIV no trabalho, na escola e nos serviços de saúde, com pena de até quatro anos de prisão.

Os métodos de prevenção também se ampliaram. Em 2012, os medicamentos da profilaxia pós-exposição (PEP), uma espécie de pílula do dia seguinte, passaram a ser distribuídas pelo SUS às pessoas que tiveram qualquer tipo de contato com o HIV.

Em 2017, foi a vez de os medicamentos da profilaxia pré-exposição (PrEP) começarem a ser oferecidos na rede pública. A pessoa toma um comprimido por dia e, assim, impede a infecção caso tenha contato com o HIV. Trata-se de uma medida preventiva tão eficaz quanto a camisinha.

Apesar de constituintes de 1987 e 1988 acusarem o governo de ter sido lento na reação à chegada da aids, o médico sanitário e epidemiologista

A virulência da AIDS chocou o mundo na década de 1980 e, desde então, as suas vítimas sofrem duplamente – com a doença e com a discriminação. Esta, frequentemente, nem sequer tem base factual, uma vez que a transmissão do vírus exige contato íntimo e não mero contato superficial. Em consequência, o portador do vírus vê-se privado de contato humano e, por vezes, mesmo de seu emprego, justamente quando mais precisa deles.

Projeto do Senado de 2003 que proíbe a discriminação de pessoas com HIV virou lei em 2014

Draurio Barreira, diretor do Departamento de HIV/Aids do Ministério da Saúde, avalia o contrário:

— Com os olhos de hoje, podemos ver que o envolvimento do poder público, da universidade, dos pesquisadores, dos profissionais de saúde e dos ativistas foi muito rápido. O governo de São Paulo, por exemplo, criou o programa estadual de aids imediatamente, ainda em 1983. O governo federal agiu logo em seguida. E isso num momento em que havia poucos casos registrados. A aids sempre teve muitos holofotes e não pode ser considerada uma doença negligenciada.

A médica sanitária Maria Clara Gianna, uma das coordenadoras do Departamento de HIV/Aids, avalia os discursos dos parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte:

— Não me assusta a existência de avaliações preconceituosas em relação às pessoas com o vírus na década de 1980, no início da epidemia. O que me assusta é a persistência desse mesmo tipo de avaliação hoje, tanto tempo depois. Já dispomos de instrumentos suficientes para acabar com o HIV como problema de saúde pública. Basta distribuir os métodos de prevenção, testar as pessoas e tratar adequadamente as infectadas, de modo que a carga viral delas fique indetectável. O estigma e a desinformação, contudo, ainda são obstáculos enormes no nosso caminho.

O Brasil se comprometeu com a Unids (programa da Organização das Nações Unidas de combate à aids) a tirar da aids o status de ameaça à saúde pública até 2030.

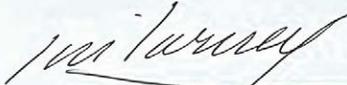
Ex-ativista da luta contra a aids e hoje professor de saúde coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Mário Scheffer explica que a virada dos anos 2010 para os anos 2020 foi de retrocesso no enfrentamento do HIV e deixaram o Brasil mais distante dessa meta:

A adoção desses novos esquemas terapêuticos — que a imprensa passou a denominar “coquetel de drogas” ou “esquema tríplice”, talvez influenciada pela denominação do esquema clássico de tratamento da tuberculose, utilizado por muitos anos — deverá ter um impacto significativo na evolução da epidemia e poderá reduzir gastos com a assistência de pacientes, uma vez que diminuem o número e a frequência de infecções oportunistas, reduzindo, em consequência, o número de internações e a necessidade de assistência, inclusive farmacêutica, desses pacientes.

Por outro lado, um país como o Brasil, de tão grandes riquezas, de fortunas particulares incluídas entre as maiores do mundo, não pode deixar de assumir a responsabilidade de oferecer condições de vida e esperança a milhares de brasileiros, vítimas da pandemia do HIV.

É com esta intenção que ofereço à consideração dos nobres colegas esta proposição legislativa.

Sala das Sessões, em


 Senador José Sarney

SENADO FEDERAL
 Projeto Legislativo

Projeto do senador José Sarney que virou lei em 1996 prevê a distribuição gratuita do coquetel antiaids

— Os retrocessos estão ligados ao ambiente de extremismo, discriminação e violência contra as populações mais vulneráveis ao HIV, como gays, mulheres, transexuais e negros, que não são acolhidas e se afastam da testagem, da prevenção e do tratamento. Materiais educativos foram proibidos nas escolas, censuraram questões de gênero e sexualidade, o combate ao racismo e à homofobia sofreu retrocessos. Para combater o HIV, não bastam as bases científicas. O respeito aos direitos humanos é essencial. Ainda estamos longe do tão sonhado início do fim da aids.



Brasil foi às urnas decidir se teria rei e primeiro-ministro

Em 1993, brasileiros viram na propaganda eleitoral artistas defendendo a restauração da monarquia e do parlamentarismo. Na consulta popular, eleitores decidiram manter a estrutura política e administrativa do Brasil inalterada





Em 1993, a televisão brasileira transmitiu episódios de uma propaganda eleitoral peculiar. Não se viram candidatos pedindo voto para cargos eletivos. O que estava em jogo era algo bem maior: a própria estrutura política e administrativa do Brasil.

No feriado de 21 de abril, após dois meses de propaganda eleitoral, os brasileiros foram às urnas decidir se o país voltaria a ser monarquia ou continuaria sendo república e também se seria instaurado o parlamentarismo ou mantido o presidencialismo.

Documentos desse plebiscito guardados hoje no Arquivo do Senado, em Brasília, revelam que, mesmo sendo uma época sem internet comercial nem redes sociais, as fake news se espalharam pela sociedade.

Embora defensor da república, o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) denunciou a campanha de desinformação que se montou contra a monarquia:

— Está havendo uma confusão tal que outro dia, em minha casa, ouvindo uma conversa das empregadas domésticas, escutei-as dizerem que, se voltar a monarquia, voltará a escravidão. Pensei que aquilo fosse apenas desinformação de pessoas menos esclarecidas, mas, por coincidência, lendo a seção do plebiscito no jornal *O Globo*, uma das perguntas que havia era: “Se voltar a monarquia, voltará a escravidão?”. Este debate está se parecendo com o das eleições estaduais e municipais, em que a preocupação de um candidato é criticar o outro, e não esclarecer o público sobre o que vai fazer.

Os documentos históricos de 1993 mostram que os discursos e debates parlamentares foram sempre contrários à restauração da monarquia. As pesquisas de intenção de voto já adiantavam que ela não tinha chance e a república ganharia de lavada.

Monarquista assumido no Senado, só havia Ney Suassuna (PMDB-PB). Em janeiro, ele revelou seu posicionamento num diálogo com o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA).

— Defendo não o presidencialismo, mas o semipresidencialismo — discursou Passarinho. — O povo precisa ter o referencial central do presidente da República eleito, o que não ocorre num sistema parlamentarista em que de quatro em quatro meses tenhamos de mudar primeiros-ministros.

— Se Vossa Excelência é semipresidencialista, faço um pedido:

Pela proposta, só membros da família real podem se candidatar ao trono

Frente Monarquista lança primeiro programa de governo

Verônica Moreira

A menos de dois meses do plebiscito, os monarquistas entregaram ontem seu programa de governo ao presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, num gesto destinado à divulgação de seus propósitos. Pelo programa do Movimento Parlamentarista Monárquico (MPM), se o plebiscito aprovar esta forma de governo só os membros da família real Orleans e Bragança nascidos no Brasil podem se candidatar a rei, contradizendo o que os adeptos da Coroa



(tido-SP), líder do movimento. Segundo ele, o referendo é mais uma garantia de que haverá fidelidade ao programa, que se for modificado pelos deputados poderá ser rejeitado pela população. A exigência de nacionalidade brasileira para concorrer ao trono, de acordo com Cunha Bueno, inviabiliza a candidatura de Dom Eudes, Dom Bertrand e Dom Luiz Orleans e Bragança. "Pensávamos antes que qualquer pessoa poderia ser candidato a rei, mas acabamos modificando essa", admitiu o príncipe Dom João Henrique (mais conhecido como Dom Joãozinho), informando que 10 pessoas de sua família poderão ser candidatos. Segundo Cunha Bueno, uma pesquisa realizada durante o car-



Bueno entrega ao parlamentarista Barbosa Lima o programa da Coroa

Notícia publicada pelo jornal *Tribuna da Imprensa* mostra movimentação dos monarquistas

considere-se também semimonarquista. Pondere, pense e deixe nas suas conjecturas também a alternativa monarquista, porque seria um grande ganho para a nossa causa — pediu Suassuna.

— Aleluia! Eu não sabia que havia no Senado um forte concorrente a barão ou duque! — respondeu, em tom de brincadeira, Passarinho.

— Não — devolveu, sério, Suassuna. — Só teremos a família real em primeiro grau. Os demais [nobres] não existirão. Mas será, com certeza, mais permanente e econômico.

— Então Vossa Excelência já tirou todas as minhas aspirações. Se houvesse a monarquia, eu iria pleitear pelo menos o baronato de Xapuri — concluiu Passarinho, entre risos, referindo-se à cidade do Acre onde nasceu.

Nas páginas dos jornais e nos programas da TV, a monarquia ganhava destaque só por causa do inusitado e da curiosidade popular. Muito se noticiou, por exemplo, sobre a briga entre os descendentes de D. Pedro II pelo direito de ser coroado em caso de vitória no plebiscito. A revista *Manchete* publicou o perfil de um deles chamando-o de D. Pedro III.

— Quando ouço dizerem que se deve votar no rei, pergunto-me: "Em qual rei?". Porque parece que há dois candidatos, o Pedrão e o Pedrinho. A luta vai ser muito grande — alfinetou o senador Epitácio Cafeteira (PDC-MA).

Outros senadores avaliaram que seria uma aberração voltar um

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
P L E B I S C I T O

INDIQUE COM UM (X) O SISTEMA E A FORMA DE GOVERNO DE SUA ESCOLHA

PARLAMENTARISMO COM REPÚBLICA

PARLAMENTARISMO COM MONARQUIA

PRESIDENCIALISMO COM REPÚBLICA

	FORMA DE GOVERNO	SISTEMA DE GOVERNO
1	MONARQUIA	1 PARLAMENTARISMO
2	REPÚBLICA	2 PRESIDENCIALISMO

1º DOBRA

No alto, a cédula que chegou a ser estudada para o plebiscito e foi rejeitada por supostamente privilegiar o parlamentarismo; abaixo, a cédula adotada

século na história e “desproclamar” a república.

— A monarquia não se coaduna com a democracia, por impedir que o povo escolha seu governante — discursou o senador Valmir Campello (PTB-DF). — Além disso, concentra excessivo poder nas mãos de um único indivíduo, o que é extremamente perigoso. E não há qualquer garantia de que o titular do poder seja de fato preparado e detenha liderança e carisma para o exercício de suas funções. Haverá quem diga que o rei, limitando-se à função de Poder Moderador, não governa de fato. Estaremos, então, diante de uma inutilidade, de um simples adereço, de um totem para o qual serão carreados recursos oriundos do povo.

— O Império foi tresloucado. E não só porque teve a mancha da

escravidão, que é terrível — criticou o senador Cid Saboia de Carvalho (PMDB-CE). — D. Pedro I, irritado, era capaz de sufocar com sangue qualquer movimento. D. Pedro II também não teve clemência em determinados momentos. A Guerra do Paraguai é a coisa mais ridícula da história do Brasil. Até hoje não há quem a explique. Estamos no século 20, na era do computador, e agora há essa história de rei. Isso é uma autêntica palhaçada!

Mesmo opondo-se à restauração imperial, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ofereceu um conselho aos monarquistas. Sugeriu que, caso quisessem mesmo vencer o plebiscito, esquecessem o sangue azul:

— Deveríamos pensar em outra família, não nos descendentes da família real portuguesa. Quem sabe uma família daqueles que vieram forçados, como escravos, da África? Ou deveríamos pensar num rei descendente de Zumbi dos Palmares? Mais legítimo ainda seria escolher um rei descendente de um dos caciques das diversas tribos indígenas que aqui habitam há muito mais tempo do que os portugueses que colonizaram o Brasil.

A lei que regulamentou o plebiscito de 1993 determinou que três frentes se formassem para falar na propaganda eleitoral do rádio e da TV: a da monarquia parlamentarista (com rei e primeiro-ministro), a da república parlamentarista (com presidente e primeiro-ministro) e a da república presidencialista (com presidente apenas).

Não houve a frente da monarquia presidencialista porque tal arranjo é impossível. Um país não pode ter rei e presidente ao mesmo tempo.

O senador Nelson Wedekin (PDT-SC) acusou as duas frentes republicanas de promover apenas o parlamentarismo e o presidencialismo e deixar de lado a defesa da república. Para ele, a frente monarquista, mesmo estando na prática fora do páreo, poderia fazer a sociedade enxergar a república com maus olhos:

— A frente favorável à monarquia vai falar sozinha todos os dias. Dizem-me: “Mas não há nenhuma chance de a monarquia ganhar”. Todos nós, republicanos, estamos cometendo uma enorme irresponsabilidade. Não usaremos o nosso tempo para defender cem anos, mal ou bem, da nossa república, alguma coisa que tem a ver com os avanços sociais, institucionais e políticos do nosso país.

Wedekin aproveitou para alfinetar os monarquistas.

Monarquia ou República? Parlamentarismo ou Presidencialismo?



Charge publicada
no jornal *Tribuna
da Imprensa*
crítica o plebiscito

— É preciso reconhecer que a monarquia está um tanto abalada com esses últimos acontecimentos de um certo e conhecido príncipe europeu e suas conversas gravadas ao telefone com uma certa dama casada — disse o senador, referindo-se à divulgação feita dias antes, pelos tabloides britânicos, de uma conversa telefônica picante do então príncipe Charles com Camilla Parker Bowles quando ele ainda estava casado com a princesa Diana.

Os papéis históricos do Arquivo do Senado indicam que, enquanto no quesito forma de governo a balança no Congresso Nacional pendeu com força para o lado da república, no quesito sistema de governo ela ficou equilibrada entre o parlamentarismo e o presidencialismo.

Parlamentarista, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) argumentou:

— Será que não se entende que o presidencialismo é o regime da irresponsabilidade do parlamentar? Se sou deputado, começo apoiando o presidente. Às vésperas da eleição, brigo com o presidente, nada tenho a ver com os projetos dele e voto contra. A minha eleição depende só de mim, do meu prestígio.

Simon continuou:

— O parlamentarismo, ao contrário, é o regime da responsabilidade. O deputado tem o seu destino ligado ao gabinete ministerial [liderado

pelo primeiro-ministro]. Se o primeiro-ministro for mal, o presidente da República dissolverá o gabinete e também o Congresso. O deputado terá que votar bem para que o gabinete vá bem.

Do lado presidencialista, o senador Eptácio Cafeteira criticou a ideia de o poder ser repartido entre um primeiro-ministro forte (à frente do governo, eleito indiretamente) e um presidente fraco (à frente do Estado, eleito diretamente):

— Nós, que lutamos no velho MDB em torno do direito de o povo escolher o seu governo, de repente vimos que muitos se separaram. Em vez das Diretas Já, da luta que teve o respaldo do povo nas ruas e nas praças, agora temos uma luta das “Indiretas Já”, pelo parlamentarismo, para que os políticos escolham pelo povo quem vai governar o país. O povo escolhe o presidente, mas este não governa, apenas reina. Quem governa é a classe política, através do gabinete.

O senador Valmir Campelo, também presidencialista, acrescentou:

— O que não se compreende é o alvoroço dos adeptos do governo de gabinete em adotar um regime que, ao contrário do que vem sendo apregoadado, não garante a solução dos nossos problemas e a promoção do crescimento econômico e da justiça social. O que não se compreende é essa ânsia quase juvenil pela aventura, esse passo rumo ao desconhecido.

As frentes foram suprapartidárias. A maioria das siglas se dividiu internamente entre o parlamentarismo e o presidencialismo e liberou seus políticos e filiados para votar como quisessem.

Poucos partidos fecharam questão. O PSDB encampou o parlamentarismo. O PT, por sua vez, o presidencialismo. O chefe do partido, Luiz Inácio Lula da Silva, era inicialmente parlamentarista e mudou de lado para acompanhar a posição partidária. Por essa razão, o presidente do PDT, Leonel Brizola, chamou Lula de “biruta” — o pedetista já sabia que o petista seria seu adversário na corrida presidencial de 1994.

No Senado, Eduardo Suplicy saiu em defesa do presidente do PT e explicou que não se tratava de conveniência política:

— Leonel Brizola referiu-se de maneira desrespeitosa a Lula quando mencionou que este estaria atuando conforme a biruta, conforme a direção do vento. Brizola não levou em conta o procedimento democrático do Partido dos Trabalhadores de realizar um plebiscito interno, ao qual compareceram 90 mil filiados, resultando que 70% votaram pelo

presidencialismo e 24,5%, pelo parlamentarismo, resultado ainda a ser confirmado pela apuração final.

Em 1889, logo após liderar o golpe de Estado que derrubou D. Pedro II e a monarquia, o marechal Deodoro da Fonseca assinou seu primeiro decreto determinando que o povo brasileiro oportunamente se manifestaria nas urnas sobre a continuidade ou não da república.

O plebiscito de 1993 não teve relação com esse decreto. Deodoro, ao notar que não viria nenhuma tentativa de restauração monárquica, desistiu da ideia de legitimar a república pelo voto popular e meses depois baixou uma nova norma tornando crime a tentativa, por qualquer via, de implodir a forma republicana de governo.

A consulta de 1993 tampouco teve relação com um plebiscito organizado 30 anos antes. Em 1963, os brasileiros foram às urnas e votaram pela volta do presidencialismo, pondo fim a uma experiência parlamentarista que durou apenas um ano e quatro meses.

Artistas opinam sobre sistema de governo e divergem na escolha

Verônica Moreira

Nem só de carnaval viveu a passarela do Samba. Muitos artistas, atletas e socialites aproveitaram os intervalos das Escolas do Grupo Especial para falar sobre o plebiscito de 21 de abril. Vestida de noiva - para desfilhar pela Portela, a atleta Lígia Azevedo defendia a volta da Monarquia, apostando no sucesso do príncipe herdeiro do trono. "O Dom Joãozinho é um gato maravilhoso, por isso vou votar na monarquia", escolheu Lígia. Já a atriz Betty Farias, disse ser partidária do presidencialismo, explicando que o país precisa ter uma pessoa à frente de suas decisões. "Monarquia? É uma sacanagem que querem fazer com o povo que já paga tanto impostos e agora vai ter que financiar um Rei", analisou Farias.

Já o ator Eri Jonhson - mais conhecido como o gótico da novela De Corpo e Alma - garantiu que vai ajudar não só na Campanha Parlamentar, como em toda causa que vise o bem do mundo. "Sou parlamentarista e acredito na vitória do Parlamentarismo".



Jonhson é pelo parlamentarismo

disse o gótico, afirmando ser mais conhecido do que o ator Robert de Niro - também presente no Caramarote da Brahma. Para a atriz Cláudia Ohana, o plebiscito de abril ainda está em segundo plano e não fez questão de esconder que, no momento, a sua preferência é pelo samba. "Ai... Não esperava falar nesse assunto, mas acho que tudo no Brasil acaba em Samba", advertiu Ohana. Para a sambista/cantora Bete Carvalho o sambódromo serviu para as duas coisas. Presidencialista convicta, a mangueirense disse não abrir mão de escolher o presidente do país, pois foi uma das



Bete é presidencialista até morrer

maiores lutas que participou. "Lutamos a beça pelas diretas e agora vamos aceitar um parlamentarismo? Não concordo com essa mudança", analisou a cantora.

Para a radical chic - atriz Andréa Beltrão - a população está radical no que se refere a indicação com o Plebiscito e chic com relação a preferência pelo samba. "Não sei se vou votar pelo parlamentarismo ou presidencialismo. Acho que o Carnaval é um Festa Chic e não falta muita coisa para o Rio também ser chic", comentou Beltrão. O atleta Renato Gaúcho - do Flamengo aproveitou para fazer um desabafo. Segundo ele, a



Renato não vai votar no plebiscito

decepção com os políticos é tão grande, que não irá votar em mais nada. Ao mesmo tempo, acrescentou que, até abril, tem muito tempo para escolher seu voto. "Me decepcionei com o Collor e acho que o Itamar está muito em cima do muro", comentou o flamenguista. Já o ator Paulo Betti garantiu que está indeciso e que acha o plebiscito uma discussão sem sentido. "Acho que é mais importante a discussão sobre a democratização dos meios de comunicação. A batulinha No 1 do Teatro Municipal, Ana Botafogo, finalizou a questão, afirmando que o país precisa de um presidente forte."

Tribuna da Imprensa ouviu o ator Eri Jonhson, a sambista Beth Carvalho e o jogador Renato Gaúcho sobre o plebiscito

No curto período parlamentarista, uma grande fatia do poder do presidente da República foi entregue ao primeiro-ministro. O presidente foi sempre João Goulart. Por outro lado, foram três os primeiros-ministros, sendo Tancredo Neves o mais longo deles, com dez meses no poder.

Essa, contudo, não foi a primeira vez que o Brasil teve primeiro-ministro. O país também foi parlamentarista durante o reinado de D. Pedro II. Os primeiros-ministros eram escolhidos no Senado.

O plebiscito de 1993 foi convocado por determinação da Constituição de 1988. Na Assembleia Nacional Constituinte, muitos deputados e senadores desejavam converter o país ao parlamentarismo, parte deles motivada pelo trauma dos 21 anos da ditadura militar, na qual os generais presidentes atropelaram o Parlamento e deram todas as cartas.

O que vingou na Constituição, porém, foi o presidencialismo. Os parlamentaristas de 1988 não se deram por vencidos e conseguiram incluir na Carta Magna a possibilidade de virar o jogo cinco anos depois. O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) revelou qual foi a última estratégia dos constituintes que queriam o parlamentarismo:

— O artigo [prevendo o plebiscito] só existe pela iniciativa do deputado [monarquista] Cunha Bueno [PDS-SP], que pôs na Constituição a consulta sobre a restauração da monarquia. Derrotado o parlamentarismo, os parlamentaristas, inclusive eu, apropriaram-se da emenda de Cunha Bueno para preservar também a hipótese do parlamentarismo.

Originalmente, a Constituição marcou o plebiscito para 7 de setembro de 1993. Em 1992, os parlamentaristas conseguiram antecipar a consulta popular em quase cinco meses. Eles ainda tentaram emplacar uma cédula eleitoral que os favorecia — nela, a palavra “parlamentarismo” aparecia duas vezes; “presidencialismo”, apenas uma —, mas o modelo foi descartado por pressão do presidencialistas.

Em abril de 1993, quando os eleitores foram às urnas, o Brasil ainda se recuperava de um turbilhão político. O presidente Fernando Collor de Mello havia sofrido impeachment em dezembro de 1992. Quem governava era o presidente Itamar Franco, que não interferiu na campanha eleitoral.

As três frentes usaram a queda de Collor em seus programas. Para os monarquistas, o rei garantiria a estabilidade política que faltava ao Brasil. Na análise dos parlamentaristas, a queda de um primeiro-ministro saído

REPRODUÇÃO



REPRODUÇÃO



Neusa Borges
elogia o
parlamentarismo
e Cissa Guimarães
fala a favor da
monarquia

do Parlamento não prejudicaria tanto o país quanto a de um presidente eleito pelos cidadãos. Os presidencialistas, por sua vez, argumentaram que um presidente poderia ser facilmente removido sempre que fizesse um mau governo.

O senador presidencialista Valmir Campelo discursou:

— Reivindicam os parlamentaristas, como exclusividade do regime, a estabilidade política. Parecem desconhecer os Estados Unidos, precursores do presidencialismo e a maior democracia do mundo. Ignoram o impeachment do presidente Fernando Collor, que resultou na sua

substituição sem que houvesse qualquer dano de natureza institucional. Dizem que o presidente da República tem poderes ditatoriais, quase ilimitados, enquanto o governo de gabinete evitaria tal concentração de poderes. Lembro que algumas das mais cruéis e beligerantes ditaduras do mundo tiveram origem no regime parlamentar, como as de Hitler, Mussolini e Franco.

O senador parlamentarista Pedro Simon fez um lamento quando compreendeu que a ideia que defendia acabaria sendo derrotada nas urnas:

— Uma boa parte do povo acredita nesta ideia fantástica: “Se não der, a gente tira”. O brasileiro, desgraçadamente, age dessa forma. O que vale é a última história, a “lavada” que foi tirar o Collor. Não temos memória. Em 102 anos de presidencialismo, só tiraram um. Melhor seria que não tivesse havido impeachment. Estaríamos com um Collor fazendo desgraça, mas provavelmente passava o parlamentarismo.

O senador Ney Maranhão (PRN-PE) interrompeu o colega:

— O nobre senador está mostrando que o presidencialismo é o cão do segundo livro, mas discordo de Vossa Excelência.

Simon retomou o raciocínio:

— No presidencialismo, quem é ruim fica. No parlamentarismo, quem é ruim cai no dia seguinte e quem é bom fica por tempo indeterminado. Na Espanha, Felipe González é primeiro-ministro há dez anos. Na Grã-Bretanha, a primeira-ministra Margaret Thatcher ficou 12 anos.

No lugar de explicar didaticamente suas próprias ideias à população, as frentes se dedicaram com mais afinco a enxovalhar as ideias adversárias. Para a propaganda eleitoral, recrutaram artistas famosos como porta-vozes.

— Uma das maiores tristezas de um povo é não poder escolher o governante de seu país — afirmou o ator presidencialista Milton Gonçalves, referindo-se ao fato de o primeiro-ministro não ser eleito pela população.

— Parlamentarismo, com eleição direta para presidente. Este eu ainda não conheço bem, mas dizem que é muito bom. Presidencialismo. Este eu conheço de sobra e é exatamente por isso que eu não quero nunca mais — rebateu a atriz parlamentarista Neusa Borges.

— Os presidencialistas vivem dizendo que o Congresso não representa bem o país porque, por exemplo, não tem metade de homens e metade

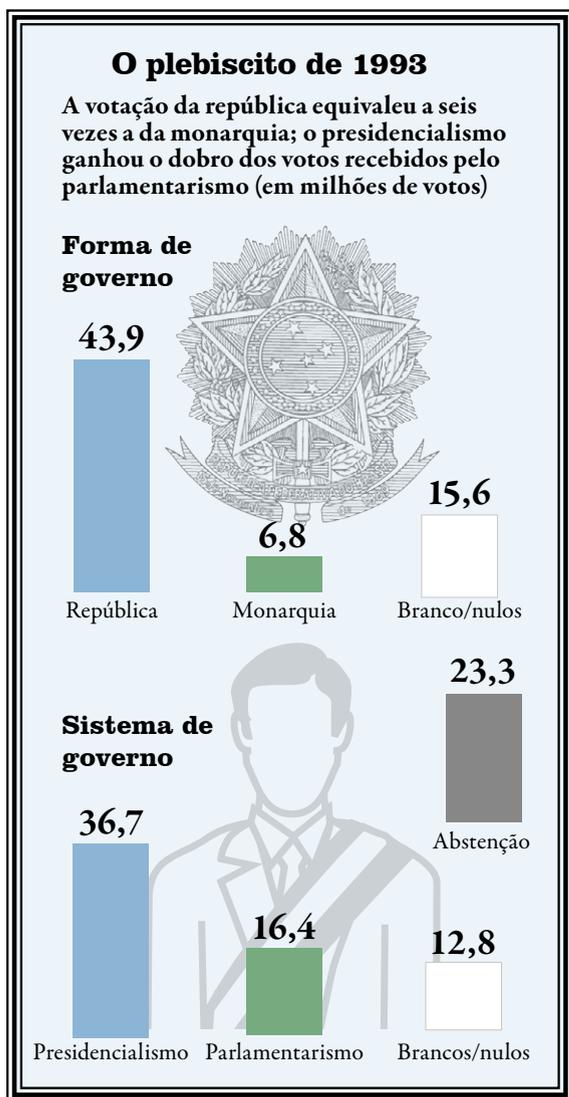
de mulheres. E o presidente? O presidente, por acaso, é metade homem e metade mulher? — argumentou o ator monarquista Hugo Carvana.

— Para você ver como é absurdo esse argumento, né? — concordou a atriz monarquista Cissa Guimarães. — Votando no rei, você ganha muito mais que um rei. Você ganha o sistema de governo mais moderno e democrático que existe: o parlamentarismo monárquico. É o único que contém voto distrital misto, a maneira mais simples de eleger um Congresso eficiente e que realmente represente a população brasileira.

Milton Gonçalves, Neusa Borges e Hugo Carvana eram estrelas da novela *De Corpo e Alma*, o grande sucesso da TV Globo naquele momento. Cissa Guimarães havia atuado no ano anterior na novela *Perigosas Peruas*.

O nível das campanhas foi duramente criticado no Senado.

— Ontem à tarde, liguei a televisão e vi um cidadão forte com um binóculo procurando no espaço alguma coisa. Não encontra e diz: “Não encontrei nenhum presidencialista, somente o Brizola”. Ele ri e continua: “Mas o Brizola está gagá”. Senhores senadores, não era essa a dimensão que eu esperava que fosse dada ao plebiscito — indignou-se o senador Francisco Rollemberg (PFL-SE).



— Vieram as objeções as mais idiotas possíveis — afirmou o senador Cid Saboia de Carvalho. — Por exemplo, num programa de ontem na TV Record, escolheram um sujeito horroroso para fazer a seguinte pergunta: “Se os políticos não são honestos, como é que vão eleger o primeiro-ministro?”. Digo que a verdadeira desonestidade é essa generalização. Quando chamo os políticos de desonestos, tenho que dizer quem e por quê. Se examinarem no âmbito do Senado, da Câmara e da vida partidária, encontrarão pessoas absolutamente abnegadas às causas políticas.

O senador Jarbas Passarinho afirmou que a população iria às urnas sem dispor das informações adequadas para uma escolha consciente. Da tribuna do Senado, ele leu trechos de uma carta que lhe fora enviada por um amigo:

— Inclua esta no seu anedotário. Tenho uma empregada baiana, morena, gorducha, pacata, que só cavalgava seus jegues na sitioca do pai e, não obstante, tem o nome de Walquíria. Fiz um teste. Perguntei-lhe qual a sua preferência no plebiscito e não tive a menor surpresa quando ela me informou que não sabia o que é plebiscito nem o que querem dizer república e monarquia. Ela nem conseguiu pronunciar parlamentarismo e presidencialismo! “Então como é que você vai votar, Walquíria?”, quis saber eu. E a resposta, em três palavras: “Fazendo uma cruzinha”. Multiplique a Walquíria por alguns milhões e você terá o retrato falado do eleitorado brasileiro.

Diante da desinformação que era veiculada na TV e das fake news que corriam por fora (como a da volta da escravidão caso a monarquia vencesse), o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Paulo Brosard, viu-se obrigado a aparecer na propaganda eleitoral para tentar explicar de forma imparcial o que significavam os quatro quadradinhos da cédula de votação. Não deu muito certo. Técnicas demais, as palavras que o ministro escolheu foram incompreensíveis para o povo.

Como o voto era no papel, a apuração do plebiscito foi concluída poucos dias depois do feriado de Tiradentes. O resultado não surpreendeu ninguém. Venceram a república, com 66% dos votos, e o presidencialismo, com 56%. Tudo ficaria como estava.

Na forma de governo, os votos brancos e nulos (23%) foram mais numerosos que os dados à monarquia (10%). A abstenção foi considerável. Dos 90 milhões de eleitores, 23 milhões não se sentiram motivados a ir às

urnas (26% do total).

Quando o resultado se tornou oficial, o senador Pedro Simon lamentou:

— Parece mentira, mas o povo brasileiro vai ficar marcado na história por, nas duas únicas vezes em que foi chamado a opinar, ter dito “não” ao parlamentarismo. Agora voltaremos a assistir à essência do sistema presidencialista. As pessoas vão dizer que “Lula e o PT vão salvar o Brasil”, que “Maluf é o centro e esta é a hora do centro” e que “Brizola é um homem que já tem conteúdo e condições”. Voltaremos ao velho filme: as pessoas serão as salvadoras. Foi assim com Getúlio, Juscelino, Jânio e Tancredo. Por mais competentes que sejam, as pessoas estão sujeitas a fatalidades, tais como a renúncia, o impeachment e até a morte. Os salvadores da pátria e os santos milagrosos não existem.

O senador Ney Maranhão fez outra leitura:

— Antes do plebiscito, os parlamentaristas já anunciavam vitória. O povo, no entanto, na sua sabedoria, preferiu não se arriscar num programa que não conhecia e percebeu que precisamos primeiro aperfeiçoar este regime. Passaram-se quase 30 anos para que enfim pudéssemos votar em um presidente. Esse também é um dado muito importante, pois, a cada vez que vota, o povo adquire mais experiência no exercício da democracia.

Na avaliação do historiador e professor Roberto Biluczyk, que escreveu uma dissertação de mestrado sobre o plebiscito de 1993, a população não se engajou naquela discussão por vários motivos, como a disputa ter sido entre projetos políticos quase abstratos, e não entre candidatos, e a campanha não ter sido didática o suficiente.

— Perdeu-se a oportunidade de incluir a sociedade nos grandes debates políticos do país. Ela poderia ter passado a entender, por exemplo, o funcionamento e a importância do Congresso Nacional, que até hoje não é muito bem compreendido e é fonte de desconfianças. A sociedade também poderia ter passado a entender como esta quantidade enorme de partidos afeta o andamento da política. Se a discussão tivesse sido aprofundada e envolvido o povo, provavelmente a nossa democracia hoje teria mais qualidade e seria mais valorizada.

Biluczyk destaca duas mudanças ocorridas no Brasil em decorrência da consulta popular de 1993. A primeira foi que os integrantes da antiga família imperial brasileira ficaram conhecidos, o que permitiu que o

movimento monarquista pós-plebiscito ganhasse adeptos e que descendentes de D. Pedro II entrassem na política.

A segunda mudança foi que, uma vez batido o martelo pela continuidade do presidencialismo, Itamar Franco deixou de encarar seu governo como provisório ou tampão e enfim passou a governar para valer. Menos de um mês depois do plebiscito, o presidente empossou no Ministério da Fazenda o parlamentarista Fernando Henrique Cardoso, que cuidaria da elaboração do Plano Real e o sucederia no Palácio do Planalto.





Pelé foi ministro do Esporte e agiu contra o racismo

*Como integrante do governo
Fernando Henrique, ele
apresentou ao Congresso o
projeto que deu origem à
Lei Pelé, abolindo o passe e
beneficiando os jogadores de
futebol. Na época, afirmou que
os negros deveriam votar em
candidatos negros*



Pelé (1940-2022) foi inúmeras vezes acusado de manter distância do movimento antirracismo. Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado revelam que, embora de fato não tenha sido militante, o maior jogador de futebol de todos os tempos agiu, sim, à sua maneira, a favor da população negra.

Em 1995, quando comandava o Ministério Extraordinário dos Esportes, Pelé declarou que os negros deveriam votar em candidatos negros “para defender a nossa raça” no Congresso Nacional. Só assim, segundo ele, a vida dessa população poderia enfim melhorar.

O ministro deu o conselho a militantes do movimento negro, no seu gabinete em Brasília, às vésperas do 300º aniversário de morte de Zumbi dos Palmares.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) subiu à tribuna do Senado e relatou que a fala do rei do futebol teve grande repercussão e dividiu a sociedade:

— Alguns estranharam e criticaram violentamente as palavras de Pelé. Outros, sobretudo aqueles da comunidade negra, saudaram as palavras de Pelé. Muitos até registraram que de há muito esperam de Pelé que



Pelé no jogo contra a Itália na final da Copa de 1970, no México

ele assumia inteiramente a sua negritude.

Para demonstrar que Pelé tinha razão, Suplicy lembrou que, dos 513 deputados federais, apenas 11 eram negros, dos quais somente 6 assumiam o sangue africano. O senador prosseguiu:

— Ainda em minha vida, como branco, gostaria de poder votar em um negro para a Presidência da República e vê-lo resgatar a cidadania dos negros, que sofrem extraordinariamente no Brasil, dos negros, cujos nomes não lembramos tão bem porque enorme número está no sistema penitenciário, em virtude de não terem caminhos adequados desde a infância, sendo levados ao crime, à violência, à marginalidade. Que as palavras de Pelé sirvam de alerta para todos nós.

Em 1997, ainda como ministro dos Esportes, Pelé voltou a mostrar, mesmo que de forma indireta, a sua preocupação com a desigualdade racial. Ele gravou para o Ministério da Educação o videoclipe de uma campanha de alfabetização no qual cantava que “toda criança tem que ler e escrever”. Os índices de analfabetismo sempre foram mais altos na população negra.

A música *ABC* foi composta pelo próprio rei do futebol. O vídeo, em que ele aparece sorridente entre crianças brancas e negras, foi transmitido por vários meses no intervalo comercial das emissoras de TV.

A convite do presidente Fernando Henrique Cardoso, Pelé se tornou ministro dos Esportes no início de 1995, quase duas décadas depois de pendurar as chuteiras. Foi nesse momento que o Brasil teve pela primeira vez um ministério específico para a área esportiva.

Numa entrevista pouco antes de assumir o cargo, Pelé disse aos jornalistas que “o salário de ministro, ó, é pequenininho”, entre risos, e que só aceitara a missão porque Fernando Henrique lhe prometera total liberdade para trabalhar.

Quando tomou posse em Brasília, Pelé anunciou que uma de suas prioridades seria profissionalizar o futebol. Apesar de o Brasil vir do tetracampeonato mundial, conquistado em 1994 nos Estados Unidos, os jogadores que atuavam nas equipes pelo país afora — muitos deles negros e pobres — gozavam de parques direitos trabalhistas.

Em 1997, o ministro enviou ao Congresso Nacional o projeto da chamada Lei Pelé, seu plano mais ambicioso no governo, que, ao lado de mudanças como a transformação dos clubes em empresas e a reestruturação

dos tribunais esportivos, tinha como principal medida a abolição do passe nos contratos entre clubes e jogadores.

O time era o detentor do passe do atleta. Como tal, era, na prática, o dono do próprio jogador. Após o fim do contrato, o atleta muitas vezes permanecia preso à equipe e sem salário. Ele só seria liberado se pagasse uma multa rescisória ou outro time comprasse o passe. Alguns jogadores só conseguiram a liberdade após recorrer à Justiça.

Na justificativa do projeto, Pelé escreveu que o esporte não conseguiria se desenvolver plenamente no Brasil enquanto dependesse apenas de talentos individuais, sem construir um “quadro institucional adequado”. Ele acrescentou:

“Sob o pálio das normas vigentes, subsistem a desorganização, o amadorismo, a falta de transparência, o desprezo à condição do atleta. A extinção do passe é uma necessidade preempatória e inadiável. O referido vínculo desportivo escraviza o atleta e desmoraliza o esporte, não possuindo amparo jurídico, ético ou moral. A Constituição assegura a todos o livre exercício de qualquer trabalho. Dessa forma, a existência do passe configura uma afronta à dignidade e à liberdade”.

Coube ao senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, anunciar a chegada do projeto ao Legislativo. Ele não resistiu à metáfora futebolística:

— Pelé pegou uma bola que estava na defesa, saiu driblando o time adversário, atravessou o meio de campo, foi à linha de fundo e está cruzando a bola para a área. E a área é o Congresso Nacional, é a nossa Casa, que deve discutir o projeto e votá-lo.

Arruda continuou:

— Os brasileiros, principalmente os mais pobres e muitas vezes os mais mal alimentados, têm uma capacidade natural que lhes foi dada por Deus de jogar bola. Isso é um dom da nossa raça, formada pela miscigenação dos povos no processo de colonização. No dia em que conseguirmos melhorar a organização do esporte através de uma legislação firme, segura, sensata e equilibrada, ninguém vai segurar o Brasil.

Curiosamente, de acordo com os documentos do Arquivo do Senado, integrantes da base governista no Congresso, composta de partidos como PSDB, PFL e PMDB, colocaram-se contra o projeto da Lei Pelé. Para o senador José Fogaça (PMDB-RS), o passe deveria ganhar alguma sobrevida,

e não ser extinto abruptamente. Ele discursou:

— O passe no Brasil é a maior e a mais abrangente fonte de sustentação financeira dos clubes de futebol. Acabar com essa fonte significa suprimir do espaço social brasileiro associações esportivas com mais de cem anos de existência, de grande conteúdo histórico e popular. Clube de futebol é um valor que precisa ser respeitado e considerado neste país.

Por sua vez, praticamente toda a oposição ao governo Fernando Henrique, liderada pelo PT, manifestou apoio ao projeto. O senador José



FUNDAÇÃO FHC



JANE DE ARAÚJO/SENADO FEDERAL

O ministro Pelé com os presidentes da República, Fernando Henrique Cardoso, e do Senado, Antônio Carlos Magalhães

Presença do ministro na reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Assuntos Sociais e Educação faz senadores elogiarem a nova lei do desporto e pedirem que ele faça mais uma visita quando da votação

Pelé defende seu projeto em três comissões

Em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), o ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, Pelé, afirmou ontem que o esforço que desenvolve em favor do projeto de lei do desporto tem o objetivo de impedir que venha a morrer "o maior produto que temos no Brasil".

O ministro acrescentou que, a cada vez que tem a oportunidade de discutir o projeto, sente-se mais feliz porque tem a certeza de que "ficam mais claras as coisas" e a convicção de que "o projeto é importante para o país".

Pelé destacou que o projeto não é só sobre futebol, mas sobre o desporto brasileiro.

Disse que deve agradecer a Deus, inicialmente, por tudo o que tem, e ao esporte, que lhe deu todas as oportunidades, como as de viajar pelo mundo, entrar em contato com diferentes filosofias de vida, aprender a ler e a escrever, conhecer vários idiomas e representar o Brasil em todo o mundo.

Ele falou sobre as discussões em torno do projeto, sobre as proporções que esse debate tomou, e que, afirmou, não eram por ele esperadas, e sobre a reação do presidente da Fifa, João Havelange:

— Por isso tivemos que nos preparar, para fazer uma coisa que durasse e fosse digna do nosso esporte — frisou o ministro. Pelé observou que o Brasil está mudando para melhor, e afirmou esperar que seus netos possam orgulhar-se de sua

participação nessa mudança.

Pelé foi conduzido à sala da CCJ, onde se realizou a reunião conjunta, pelo líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), e pelas senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Regina Assunção (PTB-MG).

Na mesa dos trabalhos, além do ministro, estavam os presidentes da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), da CAS, senador Ademar Andrade (PSB-PA), e da CE, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que também é o relator na comissão; o vice-presidente da CCJ, senador Ramez Tebet (PMDB-MS); e os relatores nas duas outras comissões — senador Leomir Quintanilha (PPB-TO) e sena-



Pelé conversa com Cabral, sob os olhares atentos de Quintanilha e Tuma

dora Benedita da Silva, respectivamente.

Cabral qualificou a visita de Pelé de uma "homenagem" às três comissões, lembrou que o ministro tem feito uma longa caminhada em favor de uma legislação sobre o desporto e disse que quando os pareceres dos relatores estiverem prontos e a matéria for subme-

tida à discussão e votação Pelé dará uma grande alegria às comissões se quiser voltar ao Senado.

Em nome dos presidentes das três comissões, Bernardo Cabral registrou a honra de receber o ministro, classificando-o de "uma das maiores expressões brasileiras no exterior".

Esperança é que a matéria passe durante a convocação

Além de defender sua lei nas comissões, Pelé visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a quem solicitou agilidade na votação do projeto de lei em tramita-

proposta idealizada pelo ministro entre em pauta na plenária. Távola relatará a matéria na Comissão de Educação (CE), da qual também é presidente.

O ministro disse esperar que

da Federação Internacional de Futebol Association (Fifa). João Havelange, vem fazendo contra a aprovação desse projeto de regulamentação do desporto no Brasil.



Supley explica o Simon a proposta que fez a Pelé para ajudar Cuba

Reportagens do *Jornal do Senado* noticiam empenho do ministro na aprovação da Lei Pelé em 1998

Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou:

— Um aspecto que considero bem-vindo é o fim da famigerada lei do passe, autêntica escravidão ainda existente no Brasil. O jogador de futebol profissional brasileiro, na verdade, ainda é submetido a leis que remontam à época da escravidão.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) bateu na mesma tecla:

— Concordamos que é fundamental resolver a questão do passe. Poderá até parecer estranho que a oposição esteja defendendo um projeto do governo. Eu não concordo. O projeto deve extrapolar siglas partidárias, porque ele trata do futebol, que é uma arte, uma cultura do povo brasileiro.

As mudanças no esporte propostas por Pelé também encontraram resistência fora da arena legislativa. Os principais adversários foram os grandes times, reunidos na organização Clube dos 13, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e até mesmo a Federação Internacional de Futebol (Fifa).

O presidente da Fifa, João Havelange, ameaçou excluir o Brasil da

Copa do Mundo de 1998, na França, caso a Lei Pelé fosse aprovada.

— Essa ameaça cheira à chantagem mais barata possível. Trata-se de jogar a opinião pública brasileira contra o projeto — reagiu o senador José Eduardo Dutra. — Espero sinceramente que o presidente da República não se submeta à chantagem de Havelange e apoie o projeto, pois este moderniza o futebol brasileiro e evita uma série de escândalos, como os que temos visto ao longo da história da CBF. De qualquer forma, a questão não é tão simples assim, até porque Michel Platini, coordenador da equipe organizadora da Copa, já disse que, sem o Brasil, talvez até nem haja o campeonato internacional de futebol.

Em 1998, a Lei Pelé foi aprovada e, com algumas modificações, está em vigor até hoje. Tal vitória se deveu, em parte, ao envolvimento político do ministro, que esteve diversas vezes no Senado e na Câmara falando em audiências públicas e negociando.

Apesar de ser sido uma vitória de Pelé, a norma não saiu do Congresso exatamente do jeito que ele desejava. Primeiro, porque a extinção do passe teria que ocorrer dentro de três anos, e não imediatamente, como estava originalmente previsto. Depois, porque se incluiu na Câmara dos Deputados um dispositivo liberando os bingos, algo que Pelé abominava.

O ministro, porém, não reclamou. Pelé conhecia a força do lobby esportivo e sabia que, antes dele, o ex-futebolista Zico e o ex-jogador de vôlei Bernard, secretários nacionais de Esportes no governo Fernando Collor, haviam se frustrado na tentativa de moralizar o esporte brasileiro.

Aprovada a lei, Pelé deu por concluída a sua missão em Brasília e deixou o Ministério Extraordinário dos Esportes. Sem a grande estrela, esse órgão do governo foi absorvido pelo Ministério da Educação e rebaixado a secretaria.

Na época de jogador, Pelé também agiu contra a desigualdade racial. Em 1969, por exemplo, na célebre partida em que marcou o milésimo gol, disputada entre o seu Santos e o Vasco, ele anunciou, diante de microfones do mundo inteiro, que dedicava aquele feito à infância marginalizada do Brasil. Tal qual hoje, naquele momento a pobreza atingia com mais força a população negra.

O senador Vasconcelos Torres (Arena-RJ) discursou:

— Pelé é homem que realizou o que jamais nenhum outro homem realizou: completou mil gols. Ao chorar de emoção abraçado com a bola,

teve nesse instante culminante da sua vida um só pensamento. Nesse momento em que todo homem pensa em si, Pelé disse: “Peço que todos auxiliem as crianças pobres deste país, que todos pensem nas crianças pobres e ajudem as crianças pobres”. Pelé é a glória do Brasil.

O senador Arnon de Mello (Arena-AL) também subiu à tribuna:

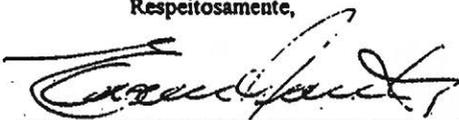
— Essas palavras de sensibilidade são ditas na hora do maior triunfo, quando o pretinho magro e de pernas finas de Bauru sobe ao zênite, no instante da vitória, em momento propício aos desequilíbrios. Dias depois, Pelé esclareceu [à imprensa]: “Não sei por que disse aquilo. Eu podia ter falado no aniversário da minha mãe, que era naquele dia. Eu queria oferecer meu milésimo gol à minha filha. E, no entanto... Eu estava muito emocionado. Eu já gostava de crianças e tinha especial deferência pelas crianças pobres, porque fui criança pobre”. É realmente espantoso que, vindo de tão longe, não se embriague Pelé com as alturas da glória.

O senador Ruy Carneiro (MDB-PB) contou aos colegas que já havia estado cara a cara com Pelé e confirmou que ele tinha mesmo uma personalidade extraordinária:

— Dirigia eu o Banco Hipotecário Lar Brasileiro e fui inaugurar a agência de Santos. Lá tive a oportunidade de me encontrar com o famoso jogador. Conversamos durante as solenidades de inauguração e senti que ele não era um homem comum, mas dotado de grande inteligência e bondade. Quando lhe perguntaram o que queria ser se não fosse o grande jogador, disse que queria ser como seu pai. Tal declaração prova que ele é um homem superior e que a pigmentação da pele não o faz inferior. É igual

Há tempos luta-se por uma modernidade para o esporte brasileiro. Uma modernidade amparada na realidade desportiva e no valor humano daqueles que vivem o esporte. A aprovação do presente projeto de lei consolidará esta modernidade.

Respeitosamente,



EDSON ARANTES DO NASCIMENTO
Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes

Assinatura do ministro Pelé na justificativa do projeto de lei apresentado em 1997 que previa o fim do passe nos contratos de futebol



Pelé, o atleta do século, tinha especial preocupação com as crianças pobres

a todos nós.

Falas como as de Carneiro (ligando cor da pele a inferioridade) e Arnon de Mello (dizendo “pretinho”) eram comuns e não causavam indignação pública. No Brasil de 1969, estava disseminada a ideia de que o país era uma “democracia racial”. Isso significa que, dada a miscigenação da sociedade, os brasileiros naturalmente não teriam como ser preconceituosos.

Hoje, ao contrário, enxerga-se com clareza que o racismo não só existe no país como também tem sido historicamente um dos alicerces das relações sociais, econômicas e políticas do Brasil, beneficiando a população branca e prendendo a população negra nas posições mais baixas da sociedade. É o que se chama racismo estrutural.

O historiador Mateus Gamba Torres, que leciona história do futebol e história da ditadura militar na Universidade de Brasília (UnB), explica que Pelé foi corajoso ao chamar a atenção do mundo para as crianças pobres do Brasil justamente no momento em que o país, governado por generais, vivia o auge da repressão:

— A ditadura fazia a propaganda do “Brasil grande”, levando a sociedade a crer que estava tudo dando certo: o PIB crescendo 10%, grandes obras de infraestrutura em andamento, multinacionais se instalando aqui, empregos surgindo para a classe média nas empresas e no serviço público,



Pelé comemora o tricampeonato mundial no México, em 1970

muita gente com o seu Fusca zero na garagem. A censura se encarregava de vetar qualquer notícia capaz de sujar a imagem ufanista do “Brasil grande”, como a falta de democracia, a perseguição dos adversários do regime e o aprofundamento das desigualdades sociais. Pelé, de certa forma, furou o bloqueio imposto à imprensa e chamou a atenção para a miséria das crianças brasileiras.

Os militares fizeram vista grossa para o atrevimento. Vasconcelos Torres e Arnon de Mello, que aplaudiram o milésimo gol e a preocupação com a infância miserável, eram senadores da Arena, o partido que apoiava os generais no poder. Um ano depois, em razão da conquista do tricampeonato no México, o senador Petrônio Portella (Arena-PI) chamou Pelé e companhia de “generais da vitória”.

Na avaliação de Gamba Torres, o movimento negro certamente teria alcançado mais visibilidade e vitórias se tivesse contato com a militância de uma estrela de renome internacional como Pelé. O professor da UnB entende que, apesar disso, não se poderia exigir do rei do futebol que levantasse a bandeira da luta contra o racismo:

— Até meados dos anos 1970, qualquer movimento social era considerado subversivo e acabava sendo desmantelado pela ditadura. Isso valia

para o movimento negro. Pessoas que se envolviam em militância eram perseguidas e tinham a carreira prejudicada ou até destruída. Pelé não queria isso. No fim dos anos 1970, na abertura do regime, os movimentos sociais se reorganizaram e passaram a cobrar a adesão de Pelé, mas ele nunca quis ser um baluarte da luta negra. Era um direito dele. Se não aderiu à militância, tampouco a atrapalhou. Ele jamais criticou o movimento negro ou negou a existência do racismo no Brasil.

O historiador avalia que, mesmo não militando, Pelé abriu muitas portas para os negros. Isso, de acordo com ele, não se deu apenas por meio das suas ações pontuais que ficaram registradas nos papéis históricos do Arquivo do Senado — o fim da exploração dos jogadores de futebol, a exortação para que negros votassem em negros, a defesa das crianças das periferias.

— A mera figura de Pelé abriu muitas portas para a população negra — ele explica. — Na Copa de 1950, antes dele, espalhou-se que o Brasil perdera a final para o Uruguai em pleno Maracanã porque os jogadores brasileiros negros, incluindo o goleiro, amarelaram. A culpa foi jogada neles. A interpretação racista se repetiu em 1954. Em 1958, o jovem Pelé, com apenas 17 anos, marcou três gols na semifinal e dois na final, dando o primeiro título ao Brasil, e mostrou que aquela interpretação era falsa. Pelé, simbolicamente, foi importantíssimo para a autoestima das pessoas negras, porque atingiu projeção mundial com seu talento e se transformou num modelo em que elas puderam se espelhar. A figura de Pelé é, ainda hoje, um golpe no racismo estrutural.



Índice onomástico

A

Abrantes, Visconde de 27
Aguiar, Nelson 120
Albuquerque Lima 81
Alcântara, Laélia de 104-116
Alencar, José Martiniano Pereira de 11, 18
Alves Branco 36
Andrada, Antônio Carlos 10, 15, 18
Andrada e Silva, José Bonifácio de 14, 16, 18
Arbage, Jorge 121
Arouca, Sérgio 128
Arouche Rendon 22
Arruda, José Roberto 154
Assis Mascarenhas, Manoel de 39, 40, 41

B

Barbosa Lima Sobrinho 95, 96, 98
Barreira, Draurio 131
Bastos, Lygia Lessa 54, 55
Batista de Oliveira 29
Bernard 157
Betinho 122, 129
Bezerra, Raimundo 126
Biluczky, Roberto 148
Bittencourt e Sá, Manoel Ferreira da Câmara 15
Bogo, Vicente 128
Borges, Neusa 144-146
Bowles, Camila Parker 140
Braga, Sônia 120
Brea, Sandra 122
Brilhante, Neuma 17
Brizola, Leonel 141
Brossard, Paulo 107, 147

C

Cafeteira, Epitácio 137, 141
Caiado de Castro 66
Cairu, Visconde de 13
Campelo, Valmir 138, 141, 144
Capucim e Silva, Giovana 51, 56, 57
Cardoso, Fernando Henrique 149, 153, 155
Carneiro da Cunha 12
Carneiro de Campos 10
Carneiro Leão 22, 25, 28, 30

Carneiro, Nelson 52, 54, 81, 96, 98, 99, 143
Carneiro, Ruy 85, 158, 159
Carvalho, Beth 142
Carvalho, Íris de 53, 54
Carvana, Hugo 146
Castro, Fidel 66
Cavalcante, Luiz 76
Cazuza 122
Charles, príncipe 140
Chico Humberto 126
Chico Mário 129
Coelho, Sílvio 108
Collor de Mello, Fernando 143-145
Cooper, Kenneth 50
Corona, Lauro 122
Correa, Onofre 126
Costa Barros 11, 13
Costa Pereira, Saturnino da 26
Cruz Alves, Iracélli da 111, 115
Cunha Bueno 143

D

Diana, princesa 140
Dias, José Custódio 9
Dutra, José Eduardo 155-157

E

Eduardo Jorge 125
Escobar, Ruth 112

F

Fawcett, Farrah 120
Feitosa, Abigail 123
Fernandes Távora 63, 64, 66
Ferrari, Fernando 60, 61, 67, 69
Ferreira, Benedito 76
Ferreira de Lima, Maurílio 127
Ferreira Lima 128
Figueiredo, João 110, 114
Fogaça, José 154
Fonseca, Deodoro 142
Fragelli, José 109
Franco, Francisco 145
Franco, Itamar 110, 114, 143, 149
Franco Montoro 98

G

Gamba Torres, Mateus 159-161
Gambi, Thiago 40

Gaúcho, Renato 142
Geisel, Ernesto 93, 97, 99, 102
Genoino, José 125
Gianna, Maria Clara 131
Gonçalves, Milton 145, 146
González, Felipe 145
Goulart, João 64, 67, 143
Gregório, Vitor Marcos 23, 24, 32, 33
Guajajara, Sonia 88
Guimarães, Cissa 144, 146
Guimarães, Ulysses 90-102, 114

H

Havelange, João 156
Henfil 122, 125, 128, 129
Hitler, Adolf 145
Holanda Cavalcanti 36, 39, 40

J

João VI, D. 37, 44
Jobim, Danton 83, 87, 95, 99, 100
Johnson, Eri 142
Julião, Francisco 63-65, 67
Jurema, Aderbal 113

K

Kennedy, Edward 75
Kennedy, John 75
Kubitscheck, Juscelino 67, 148

L

Lages, Afrânio 63
Lenk, Maria 49-52
Lima Teixeira 63, 65
Lindoso, José 76, 94
Lula da Silva, Luiz Inácio 88, 125, 141

M

Maciel da Costa 13, 18
Maculan, Nelson 61
Magalhães, Antônio Carlos 155
Magalhães, Jutahy 136
Magalhães, Renan Vinícius 67, 69, 70
Magalhães Pinto 64
Magno, Cláudia 122
Maia, Mário 126, 128
Mainardi, Ivo 126
Maranhão, Ney 145, 148
Marcondes, Renato Leite 42
Marília Gabriela 120
Markito 118, 120, 121, 129

Mauá, Barão de 38, 42, 44
Medeiros, Tarciana 44, 45
Médici, Emílio Garrastazu 74-76, 78, 86, 100
Mello, Arnon de 158-160
Menezes, João 54
Michiles, Eunice 106, 107, 110, 112
Millet, Clodomir 81
Minnelli, Liza 120
Miranda, Mauro 126
Montezuma 13
Moreira, Mila 120
Müller, Amaury 127
Muniz Tavares 15
Murad, José Elias 123
Mussolini, Benito 145

N
Nascimento, Abdias 116
Neves, Tancredo 64, 143, 148
Novaes Filho 63-65

O
Olinda, Visconde de 39

P
Pacheco, Orlando 120
Palmares, Zumbi dos 139, 152
Pan Chacon, Tales 122
Passarinho, Jarbas 108, 136, 137, 147
Paula Souza 25, 30
Paulo, apóstolo 120
Pedro I, D. 6-19, 37, 139
Pedro II, D. 23, 25, 33, 36, 42, 137, 139, 142, 143, 148
Pelé 56, 150-161
Pereira dos Santos, Adalberto 95
Platini, Michel 157
Portella, Petrónio 160

Prado Júnior, Caio 62
Prestes, Luís Carlos 63
Péres, Jefferson 151, 152
Perez, Daniella 128-140
Perez, Glória 128-140
Pessoa, Epitácio 41
Pires Rebello, José 80
Pitt, William 55
Poincaré, Raymond 80
Pompeu, Tomás 8-10, 15, 18, 19
Prestes, Júlio 82

Q
Quadros, Jânio 148

R
Ramos, Saulo 60
Rattes, Anna Maria 127
Rezende, Eurico 76, 96
Richa, José 109
Rodrigues, Eliel 122, 123
Rodrigues Torres 41, 42, 44
Rollemberg, Francisco 146
Rondon, Cândido 81
Ross, Diana 120
Russo, Renato 122

S
Sá, Mem de 75
Sá Motta, Rodrigo Patto 100-102
Saboia de Carvalho, Cid 139, 147
Sader, Éder 125, 128
Saldanha, João 55
Sales, D. Eugênio 121
Sant'Anna, Carlos 128
Santos, Ruy 83
Sarney, José 130, 132
Scheffer, Mário 131

Sena, Adalberto 75
Serra, João Duarte Lisboa 42, 44
Silva, Benedita da 116, 125, 156
Silva, Marina 116
Silva Lisboa, José da ver *Cairu, Visconde de*
Silveira da Mota 43
Simon, Pedro 107, 110, 140, 145, 148
Sousa, Irineu Evangelista de ver *Mauá, Barão de*
Sousa, Herbert de ver *Betinho*
Souza França, Manoel José de 13
Steinbruch, Aarão 67
Suassuna, Ney 136, 137
Suplicy, Eduardo 139, 141, 152, 153

T
Teixeira, Osires 81, 85
Terena, Maurício 88, 89
Thatcher, Margaret 145

V
Valente, Rubens 78, 79, 87
Vargas, Getúlio 48, 60, 61, 66, 67, 69, 148
Vasconcelos, Bernardo Pereira de 28
Vasconcelos Torres 75, 81, 96, 157, 160
Vergueiro 28, 31
Viana, Aurélio 79, 80
Vilela, Teotônio 114

W
Waipichana, Joenia 88
Wedekin, Nelson 139

X
Xuxa 120

Z
Zico 157





Sabia que os brasileiros já foram às urnas para dizer se queriam ter um rei e um primeiro-ministro no lugar do presidente da República?

Que o Paraná nasceu na época de D. Pedro II a partir da divisão de São Paulo ao meio?



E que o futebol feminino já foi proibido no Brasil e uma CPI pediu a legalização?

**LEIA ESTAS E OUTRAS
HISTÓRIAS NESTE VOLUME**



Arquivo S: um olhar jornalístico que revela a riqueza dos documentos históricos do Arquivo do Senado.

SENADO FEDERAL



ISBN 978-65-5676-531-0



9

786556

765310